

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

OS PENSADORES MILITARES

Coordenadores

TCOR ENG Leonel José Mendes Martins
MAJ INF Carlos Filipe Lobão Dias Afonso

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Setembro 2016

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CID/IUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CID/IUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- *Papers*, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 - Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAFS” para a configuração do constructo

Coronel Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 - Entre a República e a Grande Guerra:

Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: MAJ INF Carlos Afonso

3 - A Abertura da Rota do Ártico – (Northern Passage)

Implicações políticas, diplomáticas e comerciais

Coronel Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 - O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança

(Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós Graduação e, Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente Coronel Rui Vieira

Professora Doutora Teresa Rodrigues

5 - Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África

Coronel Tirocinado de Cavalaria Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 - Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 - Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente Coronel Leonel Mendes Martins
Tenente Coronel António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Joaquim Manuel Martins do Vale Lima
- 9 - A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola.
Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Cor Tir Art José Luís de Sousa Dias Gonçalves
T Cor Inf José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 - O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”
“*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo

Diretor

Vice Almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro

Editor-chefe

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côte-Real Andrade

Coordenador Editorial

Coronel de Infantaria Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Capitão-de-mar-e-guerra SEF Carlos Alberto dos Santos Madureira

Coronel Manuel Joaquim Moreno Ratão

Propriedade

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: 213 002 100

Fax.: 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores

Rua Diogo Cão, 1242 r/c Esq

4200-259 Porto

Tel.: 225 025 005

E-mail: fronteirado caos@netcabo.pt

www.frenteirado caoseditores.pt

ISBN 978-989-99532-8-4

ISSN 2183-2129

Depósito Legal

Tiragem 100 exemplares

© Instituto Universitário Militar, setembro, 2016.

ÍNDICE

A guerra pensada no Ocidente	1
Major de Infantaria Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso	
Os pensadores militares	7
Tenente Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins	
A Guerra das Gálias – Júlio César	15
Major de Transmissões Luís Batista	
Major de Infantaria João Albuquerque	
Major de Infantaria Ricardo Camilo	
Epitoma Rei Militaris – Caio Vegécio	31
Major de Infantaria José Andrade	
Major de Artilharia Sérgio Rocha	
Major de Administração Militar Nuno Pedro	
A Arte da Guerra – Nicolau Maquiavel	47
Major de Transmissões Pedro Santos	
Major de Material Tiago Costa	
Major de Artilharia José Maldonado	
Reflexões sobre a Arte de Vencer – Frederico II	63
Major de Infantaria Hugo Ferreira	
Major de Artilharia Artur Alves	
Major de Administração Militar Margarida Santos	
Como fazer a guerra – Napoleão Bonaparte	79
Major de Artilharia Nuno Gonçalves	
Major de Infantaria José Carvalho	
Teoria do Combate – Carl von Clausewitz	93
Major de Artilharia Rui Alvarinho	
Major de Infantaria António Marques	
Major de Artilharia Rui Heleno	
Compêndio da Arte da Guerra – Antoine Henri Jomini	113
Major de Engenharia Fernando Malta	
Major de Infantaria Pedro Costa	
Major de Engenharia Sérgio Trindade	

A GUERRA PENSADA NO OCIDENTE**Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso**Major de Infantaria (Mestre)
Docente da Área de Ensino de Estratégia
Investigador Associado do CIDIUM
Instituto Universitário Militar
Lisboa, Portugal
carloafonso@yahoo.com

Por conveniência, costuma-se classificar o estudo da História por especialidades temáticas ou cronológicas. Nenhuma é absolutamente satisfatória e não pode, nem deve, ser considerada hermética. A História é uma e é vasta. Convencionou-se que a abordagem da História numa ótica militar pode ser designada por História Militar mas, ainda assim, não existe um conceito estabilizado. Para um historiador, investigar em História Militar pode significar somente que o seu objeto de estudo está relacionado com a guerra, mas o método de investigação pode nada estar relacionado com a vida e a doutrina militares. Num outro extremo, os militares, interessados num uso prático da História que confira instrumentos para melhorar a *performance* da sua função, chamam História Militar a atividades que utilizam o passado, mas que estão pouco relacionadas com metodologias de investigação em História.

Concretizando, um historiador militar pode estar muito interessado no estudo científico minucioso da criação de cavalos nas coudelarias portuguesas do Século XVIII e na sua possível utilização nos corpos de cavalaria do Exército. Trata-se, certamente, de uma matéria bastante interessante, mas será pouco útil a um oficial de operações ou um comandante da atualidade para o desempenho da sua função. No entanto, serão indiscutíveis o seu valor enquanto obra científica e o contributo para o avanço do “estado da arte”.

Em contrapartida, um trabalho ligeiro, sem grande rigor científico, mas apoiado nalguma bibliografia sobre a contrassubversão portuguesa em África entre 1961 e 1974, pode constituir uma valiosa ferramenta. Não apresenta valor nenhum para a História enquanto campo de conhecimento científico, mas faz uso de representações do passado e foi desencadeado com o intuito de aproveitar ensinamentos para o presente e futuro.

Há ainda uma terceira via: aquela que conjuga a primeira com a segunda, ou seja, a que integra os resultados de investigação histórica rigorosa com

as necessidades da vida militar atual. Certamente que nem toda a investigação histórica interessa, mas talvez não seja de desprezar, por exemplo, que um oficial incumbido de reestruturar todo o sistema de treino, deite um olhar sobre os desafios que se puseram a Frederico II da Prússia quando, no século XVIII, treinou um dos exércitos mais formidáveis da Europa de então. Pode até não ganhar muito, mas certamente que não perde nada.

O historiador Michael Howard resumiu, num só parágrafo, o caráter abrangente da utilidade da História Militar. Segundo ele, “o estudo da História Militar não só deve proporcionar ao civil o entendimento da guerra, mas também permitir ao militar melhorar as suas competências na profissão” (Howard, 1962, p. 4).

Ian Speller, na esteira de Michael Howard, analisa os usos da História Militar e divide-os em três categorias: “popular”, “académica” e “profissional” (Speller, 2012, p. 3).

Na primeira categoria, inclui produtos de cariz comercial, incluindo relatos históricos de acontecimentos militares, produções cinematográficas ou atividades de grupos de recriação histórica¹. A respeito desta categoria, acrescenta que não tem nada de errado, se encarada como entretenimento.

A História Militar de cariz académico está fundamentalmente confinada às Universidades e Institutos Superiores e, tal como outras vertentes da História, conta com boletins, seminários e colóquios, artigos científicos revisados por pares e centros de investigação. Algumas editoras especializaram-se em literatura científica e militar². Neste ambiente universitário, no entanto, a História Militar tem sido encarada como uma espécie de “parente indesejável”. Com efeito, nem todos os setores da comunidade científica estão dispostos a considerar este ramo da História ao mesmo nível de outros ramos. Em Portugal esta clivagem não parece ser tão acentuada como a que se verifica no panorama norte-americano³.

A última categoria considerada é a História Militar de cariz profissional, também designada, por vezes, de História Militar Aplicada. Baseia-se no pressuposto de que a História Militar pode ter uma utilidade direta e encontra eco nas Forças Armadas, especialmente nos estabelecimentos de ensino militar. Em relação a este aspeto, os historiadores são mais cautelosos, e

¹ Veja-se, por exemplo, como das “Feiras Medievais” e as encenações de episódios da Guerra Peninsular proliferaram em Portugal na última década.

² Speller menciona a McMillan e a Palgrave (Speller, 2012, p. 4), mas poderíamos acrescentar, para o caso português, a Tribuna da História. A Fronteira do Caos e as Edições 70 são editoras que, não publicando em exclusivo assuntos militares, seguem linhas editoriais relacionadas com temas afins.

³ A respeito do panorama norte-americano, veja-se Speller, 2012, p. 5.

Speller oferece uma mão cheia de utilizações razoáveis da História Militar por parte dos militares. Em primeiro lugar, o estudo da História promove o desenvolvimento intelectual, cria hábitos de pesquisa, de seleção, sistematização e análise da informação, para além de contribuir para a redação de textos coerentes. Este efeito consegue-se com qualquer especialidade da História, mas os militares tendem a estar mais vocacionados para o fazer através da História Militar. Um outro aspeto é o que está relacionado com a obtenção de lições do passado. Segundo Michael Howard, não é a História que fornece lições do passado, mas sim os historiadores e as suas interpretações (Howard, 1962, p. 11). No entanto, um envolvimento profundo nas problemáticas militares da História pode ser útil na medida em que a compreensão de fenómenos passados pode ajudar a compreender fenómenos semelhantes no presente. “Exemplos históricos podem mostrar dados sobre ações militares que não correram bem, sugerindo outras vias que proporcionem melhores resultados”⁴. Em suma, a História pode não contribuir com respostas, mas certamente que alerta para aspetos que foram importantes no passado e que podem ser igualmente importantes no presente. A História Militar pode ser também utilizada para incutir espírito de corpo e moldar a cultura institucional.

A qualificação de oficiais superiores do Exército Português com as competências para o planeamento e condução de operações terrestres é efetuada no Curso de Estado-Maior Exército. Durante um semestre, os oficiais que o frequentam aprofundam conhecimento e desenvolvem trabalho de estado-maior (essencialmente prático) no âmbito da Tática de Operações Terrestres. Em complemento, e com cariz de matérias enquadrantes, proporcionando substrato de suporte, o curso inclui três outras unidades curriculares: Geografia Militar, Estratégia Militar e História Militar.

A Unidade Curricular de História Militar orienta-se em função de três objetivos:

- Interpretar a História Militar, do ponto de vista estratégico-militar, com incidência na Civilização Ocidental e nos períodos moderno e contemporâneo, de forma a retirar ensinamentos úteis para o desempenho de funções de Estado-Maior;
- Demonstrar a utilidade da História Militar como elemento de apoio ao estudo da Estratégia Militar e do Emprego de Forças;
- Desenvolver o gosto pelo estudo da História Militar.

É possível fazer um exercício de análise crítica a cada um dos propósitos da Unidade Curricular, podendo até encontrar-lhes ambições que saem fora das possibilidades reais quer de docentes, quer de discentes (atente-se,

⁴ Speller, 2012, p. 6.

especialmente, no terceiro). Mas, em todo o caso, apontam claramente que a abordagem deve incidir em três vias complementares. Pela ordem apresentada, pretende-se que a História Militar ministrada aos futuros oficiais de Estado-Maior: i) forneça elementos concretos que permitam aplicação direta nos assuntos militares dos tempos atuais; ii) se constitua numa chave de interpretação para as restantes Unidades Curriculares; iii) crie condições para que os oficiais de Estado-Maior leiam e estudem História em autonomia numa perspetiva de valorização pessoal direcionada para as funções militares.

É, portanto, nestas diretrizes que se desenvolve a Unidade Curricular. E é igualmente neste contexto que um dos elementos de avaliação dos discentes⁵ é um Trabalho de Aplicação de Grupo que, dentro do possível, se deve igualmente enquadrar nos objetivos definidos em Plano de Curso.

No ano letivo de 2014-2015, o trabalho proposto ao Curso de Estado-Maior Exército subordinou-se ao tema geral “A Guerra pensada no Ocidente”. Cada grupo de trabalho, constituído por dois ou três oficiais, foi convidado a estudar uma fonte histórica impressa e publicada de um pensador militar⁶. A análise foi efetuada tendo por base o mesmo modelo, em seis pontos:

- Enquadramento/ contextualização do espaço em causa e da época;
- Enquadramento/ contextualização do autor;
- Propósitos da obra à época;
- Conteúdo da obra;
- Impacto prático da obra ao longo da História;
- Questões e problemas do presente que podem ser colocadas à obra.

Os sete trabalhos representam uma viagem no tempo, por quase dois milénios, onde estão em análise dois autores da Antiguidade Clássica (Júlio César e Vegécio), um do Renascimento (Maquiavel), um da Idade Moderna (Frederico II) e três da Idade Contemporânea (Napoleão, Clausewitz e Jomini).

O volume que o IUM agora edita, com o conjunto dos trabalhos, tem a aspiração simples de permitir ao leitor um breve contacto com elementos do pensamento militar ocidental ao longo dos tempos. Trata-se de trabalhos de aplicação (e não de investigação), elaborados no âmbito de um curso muito intenso, em que as preocupações dos discentes são múltiplas. Para além de proporcionar uma visão sobre sete autores de “clássicos militares” de acordo com um mesmo modelo de análise, a grande mais-valia deste conjunto talvez resida no facto de agregarem ingredientes das três abordagens à História Militar preconizadas por Speller: a exiguidade do espaço e tempo atribuídos

⁵ Representando 90% da classificação final. Os restantes 10% correspondem à designada “avaliação contínua”.

⁶ Em todos os casos foram utilizadas edições críticas.

aos grupos de trabalho, associados à escassa experiência em lidar com fontes históricas fazem os textos aproximarem-se bastante de uma “história de divulgação”; o cumprimento do modelo de análise e das normas de elaboração de trabalhos científicos no IUM aproxima-os de uma “história acadêmica”; e o convite à identificação do impacto prático da obra ao longo da história, e também a colocação de questões militares do presente, são compatíveis com uma “história de aplicação”.

Independentemente da linha de pensamento que possamos escolher acerca da utilidade da História Militar, o conjunto que agora se publica permitiu, em relação aos oficiais que o elaboraram, conhecer as origens remotas de realidades que ainda hoje têm expressão no mundo militar. E esse conhecimento do passado certamente que permite aumentar o leque de opções quanto à procura de respostas a problemas do presente inerentes a essas mesmas realidades. Do mesmo modo que o proporcionou aos oficiais do Curso de Estado-Maior Exército 2015, esperamos que o possa proporcionar ao leitor.

Bibliografia

- Howard, M., 1962. The Use and Abuse of Military History. In: *Journal of the Royal United Service Institution n.107*. s.l.:s.n., pp. 4-10.
- Speller, I., 2012. The use and abuse of history by the military. In: *Building a Better Future*. Maynooth: MACE.

OS PENSADORES MILITARES

Leonel José Mendes Martins

Tenente Coronel de Engenharia (Mestre)
Docente da Área de Ensino de Estratégia
Investigador Integrado do CIDIUM
Instituto Universitário Militar
Lisboa, Portugal
martins.ljm@gmail.com

O estudo de uma batalha pode apresentar uma variedade enorme de resultados e todos podem ser válidos e ajudam a caracterizar aquela batalha. Pode-se estudar os efetivos e compará-los; a organização e as táticas dos exércitos envolvidos; e até o armamento e os equipamentos utilizados, podendo-se avaliar que uns estarão obsoletos e outros são tecnologicamente mais avançados. O treino dos soldados, a moral e o comportamento daqueles no campo de batalha também pode merecer atenção, com a possibilidade de se transformar num elemento decisivo no resultado final da batalha. O início da batalha com a adoção de determinado dispositivo ou a reação ao dispositivo adotado pelo inimigo, percebendo que houve um plano para o emprego da força militar que pode não ter sido seguido no decurso da batalha. É a diferença entre o planeamento e a realidade do combate. O planeamento tinha soluções para todos os problemas que surgiram no combate? Podia não ter. Houve falhas e deve-se procurar uma resposta para corrigi-las. Na batalha seguinte já foram incorporadas correções ou, o mesmo é dizer que no futuro não podem ser cometidos determinados erros. No final da batalha qual foi o saldo das perdas, tanto humanas como em material? Como funcionou a sustentação das nossas forças? E das forças opositoras? Houve diferenças nítidas?

O período do ano em que decorre a batalha e a área geográfica são outras considerações que necessitam de ser devidamente enquadradas. As dificuldades em travar a batalha podem obrigar os exércitos a uma paragem forçada, a reorganizarem-se e/ou a prepararem a próxima batalha, ou até uma futura campanha.

Uma batalha pode ser decisiva ou, caso contrário, são várias as batalhas que contribuem para os objetivos traçados. Uma sequência de batalhas caracteriza uma campanha. Esta pode variar de diversas formas. A derrota numa batalha inicial pode ser um ardil para o resto da campanha e

iludir o inimigo nas verdadeiras intenções ou possibilidades do exército. Mas, também, um resultado inesperado numa batalha pode ser o ponto de viragem para o desfecho de uma campanha. Isto pode ser explicado? No plano material podem ser encontradas razões que a lógica e observação de procedimentos permite tirar conclusões o mais objetivas possíveis. Mas, outros aspetos do foro das manifestações do espírito caem no génio que muitas vezes é atribuído aos comandantes.

As batalhas, as campanhas, os intervenientes, a sua organização, os equipamentos, o espaço e o tempo, são elementos que constituem a estrutura do pensamento militar. Destes elementos o que importa estudar? A resposta é simples: tudo! Desde a descrição das batalhas e das campanhas, dentro dum percurso cronológico ou com uma análise da forma como a força foi empregue, até uma reflexão mais profunda dos erros cometidos, da tentativa de encontrar respostas para a sua mitigação e procurando gerar uma maneira mais adequada de conduzir a guerra. Esta resposta é encontrada nos diversos trabalhos dos pensadores militares ao longo da História. Nos últimos 2 500 anos, muitas obras foram produzidas para explicar a guerra. Algumas ainda estão entre nós como referências fundamentais, tanto para aqueles que estudam a guerra, como para aqueles que se vêm na situação de a conduzirem. Claro está, não é possível referir todos os trabalhos que foram feitos no âmbito do pensamento militar, mas alguns merecem o destaque e ser lembrados pelo seu conteúdo inovador e pela sua influência do decurso da História Militar.

A matéria da Unidade Curricular (UC) História Militar do Curso de Estado-Maior do Exército, do Instituto Universitário Militar, procura analisar o desenvolvimento do combate terrestre nos últimos 2 500 anos. Neste contexto, serão referidas algumas obras que se revelaram fundamentais no pensamento militar, destacando aquelas que com maior detalhe estão tratadas nesta publicação.

Entre 453 e 221 a. C. foi o período dos Estados guerreiros na China. Sun Tzu escreveu a "Arte da Guerra", obra incontornável do pensamento militar, intemporal, que nos dias de hoje é praticamente referência obrigatória. Em 371 a. C. a hegemonia de Esparta termina após a derrota na batalha de Leutra, perante o exército de Tebas comandado pelo General Epaminondas. No período 334-323 a. C. as campanhas de Alexandre, o Grande, estenderam a influência ocidental para leste, e em 146 a. C., com a queda de Cartago e Corinto, os romanos passam a controlar todo o Mediterrâneo. Contudo, as tribos a norte da península da Itália ameaçavam as fronteiras de Roma. Entre 58 e 50 a. C., **Júlio César** derrota os gauleses integrando no domínio romano um vasto espaço a norte, alargando as fronteiras e a segurança do território romano, e ainda, marcando a influência romana nas ilhas britânicas. A obra

Commentarii de Bello Gallico ou a “Guerra das Gálias” é o relato daquela campanha, descrevendo a luta contra os gauleses e ainda fornecendo informação sobre os povos com os quais os romanos tiveram de lidar, desde os próprios gauleses até aos habitantes das ilhas britânicas. A obra, sendo uma narrativa muito importante para a história militar, não deixou de ser, também, um elemento de propaganda pessoal de Júlio César.

No primeiro século d. C. duas obras ficaram famosas: *O Strategos* de Onasander, e *Strategemata* de Frontinus. Em 117 o Império Romano atinge a sua máxima extensão. No final do século IV, **Flávio Renato Vegécio** publica *Epitoma Rei Militaris*, ou “Um Sumário das Matérias Militares”, um trabalho escrito sobre a tática e a organização militares dos romanos. Vegécio não era um soldado mas um administrador ao serviço do Império Romano. Ele não descreveu o exército romano da sua época, mas preocupou-se em analisar as organizações passadas do Exército Romano e inferir sobre a melhor forma do exército funcionar como um todo. Como afirma Creveld (2000, p. 51) é provável que a organização militar que Vegécio descreve nunca existiu. Em 800, Carlos Magno é coroado imperador de Roma. Nesta época, numerosas cópias do manuscrito de Vegécio circulavam e eram considerados uma necessidade para os comandantes (Phillips, 1985, p. 67). Mais tarde, Ricardo I de Inglaterra, ou Ricardo Coração de Leão, levava sempre consigo nas suas campanhas a obra de Vegécio, à semelhança daquilo que fazia o seu pai, Henrique II de Inglaterra. Na sua *Memorie della Guerra*, publicada em 1703, o conde Raimondo de Montecuccoli, um comandante italiano ao serviço da coroa austríaca que derrotou os turcos na Batalha de São Gotardo¹, escreveu: “...com a coragem suficiente para se acreditarem grandes capitães assim que sabem lidar com um cavalo e usar uma lança num torneio, ou assim que leram os preceitos de Vegécio” citado por Phillips (1985, p. 67). Tanto a *Strategemata* como a *Epitoma Rei Militaris* foram escritas em latim e isto facilitou a sua divulgação durante a Idade Média.

Em 476 deu-se a queda do Império Romano do Ocidente. No final do século VI aparece o *Strategikon* escrito por diversos autores em nome do imperador Maurício. De 1336 a 1453 ficou gravado na história como a Guerra dos Cem Anos. Em 1400, Honoré Bonet, um monge estudioso das leis, escreveu *L'Arbre des batailles* onde coloca várias interrogações que hoje seriam perfeitamente normais dentro da Lei dos Conflitos. A obra reflete a Guerra dos Cem Anos e o exemplo de uma questão é: um inglês a viver em

¹ Esta Batalha de São Gotardo entre os Austríacos e os Turcos Otomanos foi em 1 de agosto de 1664. Houve outra Batalha de São Gotardo, em 13 de dezembro de 1705, entre o Exército Húngaro e uma força combinada de austríacos, croatas e sérvios.

Paris com a finalidade de completar os seus estudos, pode ser preso? (Creveld, 2000, p. 62). O fim deste período da Guerra dos Cem Anos coincidiu com a queda de Constantinopla às mãos dos Otomanos, em 1453.

Em 1494 começou a luta entre franceses, espanhóis e austríacos pelo controlo da Itália. Nesse ano, Carlos VIII de França invadiu a Itália e levou um trem de cerco sem precedentes na época. As mais modernas fortalezas que encontrou eram de muralhas altas e rapidamente foram deitadas abaixo com o poder de fogo dos seus canhões. Creveld (1989, p. 81) afirma que **Nicolau Maquiavel** escreveu no seu livro *Il Principe*, “O Príncipe”, que as fortalezas caíram de “giz na mão”. Bastava a um oficial francês fazer uma marca na porta para que a sua guarnição se rendesse. A expressão que aparece na obra de Maquiavel é: “Do que resultou que Carlos, rei de França, pôde tomar a Itália com o giz”. Em 1520-21, Nicolau Maquiavel escreveu *L’Arte della Guerra*, “A Arte da Guerra”. A Arte da Guerra foi escrito sob a forma de um diálogo passado num jardim de Florença. Na batalha fictícia descrita na Arte da Guerra, Maquiavel impõe que a artilharia dispare apenas uma vez e sem eficácia antes que os exércitos entrem em confronto. Basta confiar na infantaria para tornar a artilharia inútil. A pouca importância dada à artilharia é um erro na obra de Maquiavel. Segundo Gat (2001, p.7) seis anos antes do aparecimento da Arte da Guerra, os canhões de Francisco I quebraram a terrível infantaria suíça na Batalha de Marignano (1515)². Maquiavel não compreendeu o novo paradigma da guerra com o emprego dos canhões no campo de batalha. Contudo, tinha observado o efeito devastador dos canhões contra as fortificações do final do século XV. A resposta à artilharia foi dada pelos engenheiros militares italianos. Em 1522 assiste-se ao primeiro uso do “sistema italiano” de fortificação, conhecido pela *tracce italiana*. Nasceu a fortificação abaluartada. O período que se segue é um longo processo de ação-reação no que concerne ao desenvolvimento da artilharia e da fortificação. A um maior alcance da artilharia de cerco responde com um aumento da profundidade das obras de defesa da praça e a possibilidade de instalar maior quantidade de canhões para responder ao fogo inimigo e evitar o assalto.

No período 1705-06, o engenheiro militar francês Sébastien le Preste de Vauban publica *Traité de l’attaque des places* que coligia uma série de importantes esquemas e indicações úteis para o ataque e defesa das praças. Em 1720 Jacques François de Chastenot, marquês de Puysegur, escreveu *L’Art de la guerre par des principes et des règles*, “A Arte da Guerra por Princípios e Regras” tentando adaptar o sistema de Vauban à guerra em campo aberto.

² Francisco I foi rei de França de 1515 a 1547 e tomou o Ducado de Milão na Batalha de Marignano, em 1515.

Existia a percepção de que a guerra não eram apenas os cercos e defesa das principais cidades. As campanhas que obrigavam as forças opositoras a movimentarem-se e a darem batalha continuavam a ser em maior número. A própria história encarregou-se de confirmar esta preocupação em planear para as batalhas em campo aberto. Chandler (1976, p. 234) refere, na sua obra sobre a vida do Duque de Marlborough, que poucos períodos da história foram mais dominados pela guerra de cerco do que o período de 1680 a 1748:

<i>Período</i>	<i>Grandes Cercos</i>	<i>Batalhas Campais</i>
1618-1679	22	77
1680-1748	167	144
1749-1815	289	568

Em 1732, O Marechal de Saxe escreveu *Mes Réveries*, expondo a guerra no século XVIII. Redescobriu a marcha cadenciada, perdida desde o tempo dos romanos, e promoveu transformações no combate da infantaria.

No período 1741-63 decorreram as campanhas de **Frederico, o Grande**. Em 1747, após um período de doença, escreveu “As Instruções de Frederico, o Grande, para os seus Generais”. É um livro notável para um príncipe de apenas 35 anos de idade. Foi revisto em 1748 sob o título “Princípios Gerais da Guerra”. Uma cópia foi enviada ao seu sucessor ao trono, em 1748, com um pedido especial de que aquele livro não deveria ser mostrado a ninguém. Em janeiro, 1753, uma edição de 50 cópias foi impressa e enviada a um grupo de oficiais que o rei entendia serem os melhores. Uma ordem interna obrigava cada destinatário do livro a jurar não levar nenhuma cópia consigo para o campo e cuidar dela para não cair em mãos alheias. Os detentores dos livros teriam de acautelar que antes da sua morte, a cópia era devolvida ao rei e selada. Em 21 de fevereiro de 1760, num incidente de pouca importância, presumia-se, o general Czettertiz foi capturado pelos austríacos. Só que o general trazia consigo a sua cópia do manuscrito secreto de Frederico. A obra foi devidamente vasculhada, reimpressa em alemão em 1761 e traduzida para francês e impressa em França no mesmo ano. Foi traduzida para inglês em 1762 sob o título *Military Instructions by the King of Prussia*. Em 1794, foi reimpresso e editado por ordem do general Gerhard von Scharnhorst para fins de instrução e contribuiu para as suas reformas no exército prussiano.

Em 1772, Jacques Antoine Hippolyte Guibert escreveu o *Essai tactique générale*, “Ensaio de Tática Geral”, apontando o caminho para o sistema militar da França Revolucionária, e assim influenciando Napoleão profundamente. Guibert foi um divulgador assumido dos métodos de Frederico. A introdução de uma organização divisional permanente no Exército francês pelo Duque de

Broglié em 1759 tornou possíveis os novos avanços na mobilidade e a rápida disposição das forças militares do qual Napoleão tirou grande vantagem (Phillips, 1985, p.309).

Em 1789 rebenta a Revolução Francesa, e logo em 1792 é a guerra contra a Primeira Coligação, e a *levée en masse* é proclamada. No período 1796-9, Georg Heinrich von Berenhorst publicou *Betrachtungen über die Kriegskunst*, “Reflexões sobre a Arte da Guerra”, realçando a importância dos fatores morais. Em 1799, Adam Heinrich Dietrich von Bülow escreve *Geist des neuern Kriegsystems*, “Espírito do Sistema Moderno da Guerra”. Partindo dos mapas, inventou as “bases” e as “linhas de comunicação”.

Em 1800 a Batalha de Marengo ilustrou o poder de *la manoeuvre sur les derrières*, a manobra de eleição de **Napoleão Bonaparte**. Napoleão travou mais batalhas que Alexandre, Aníbal e César juntos (Phillips, 1985, p.403). Surpreendia os seus adversários pela rapidez esmagadora com que abordava as suas batalhas. Ele marchava contra o inimigo e o seu plano para a batalha era parte do seu plano de marcha. Procurava contornar secretamente o flanco do seu inimigo para atingir as linhas de comunicação. Isto forçava o inimigo a virar ou reajustar o seu dispositivo e combater em desvantagem. Napoleão foi o primeiro grande estrategista do mundo ocidental. As suas batalhas foram o resultado dos seus movimentos estratégicos e eram cuidadosamente calculados. A arte da estratégia, tal como desenvolvida pelos escritores do século XIX, tem a sua fundação nas operações de Napoleão. O Barão Jomini foi o grande divulgador dos métodos de Napoleão. O grande livro de Clausewitz, *Da Guerra*, foi da mesma forma uma consequência natural dos estudos de Napoleão.

Napoleão nunca escreveu as suas teorias ou princípios de conduta da guerra, embora frequentemente expressasse a intenção de o fazer e observava que todos iriam ficar surpreendidos de tão simples que elas eram (Phillips, 1985, p.403).

Em 1813, a Batalha de Leipzig marcou o auge das Guerras Napoleónicas, e em 1815, a Batalha de Waterloo pôs um fim à França Revolucionária e às Guerras Napoleónicas. Os escritos de **Antoine Henri Jomini** são mais do que meras recitações históricas ou o resultado impresso de sonhos teóricos. Napoleão não estava errado quando avaliou Jomini como sendo um homem que pensa acerca da guerra. Jomini não dizia apenas o que tinha acontecido, mas procurava continuamente explicar porque certas modalidades de ação tinham sucesso e porque algumas falhavam. Ele parecia estar sempre a procurar os princípios básicos nos quais o sucesso da guerra poderia ser garantido. Ele começou a sua pesquisa pelos princípios básicos no seu primeiro trabalho significativo, o seu *Traité des Grandes Opérations*

Militaires (oito volumes, Paris, 1804-1816) no qual afirmou: “Existiram em todos os tempos princípios fundamentais nos quais dependem os bons resultados da guerra. Estes princípios são imutáveis, independentes do tipo de armas, do tempo histórico e do lugar”. Hoje este pensamento é repetido pelos professores da arte militar (Anon., 1987, p. 402-403).

Em 1832 foi publicado, postumamente, o livro *Vom Kriege*, “Da Guerra”, de **Carl von Clausewitz**, pela sua viúva. Rapidamente ganhou a fama de “um tesouro do espírito humano”, provavelmente o maior trabalho sobre a guerra alguma vez publicado no Ocidente. Clausewitz, em 1818, foi promovido a Major General e chamado a Berlim para se tornar diretor da Escola de Guerra Prussiana, lugar que manteve até um pouco antes da sua morte. As suas funções, infelizmente, ficaram limitadas à administração da escola e ofereciam-lhe pouca oportunidade para melhorar o seu currículo na continuação das suas ideias revolucionárias da guerra. Encontrando-se privado de qualquer outra saída, Clausewitz dedicou-se à escrita como único meio de expressar e desenvolver as suas ideias. Foi durante este período que escreveu a maior parte dos seus trabalhos militares, especialmente o mais famoso “Da Guerra” (Anon., 1987, p. 308). As suas ideias foram primeiro postas em ação por Helmuth von Moltke, chefe do estado-maior do exército prussiano após 1857; e o sucesso da Prússia nas guerras de 1866 e 1870-71 foi considerada a prova da validade dos ensinamentos de Clausewitz. Um sucessor de Moltke, o conde Schlieffen, era também um grande admirador e discípulo de Clausewitz. Moltke, que tinha estado na Escola de Guerra sob o comando de Clausewitz, reconheceu que alguns ajustamentos tinham de ser feitos à aplicação das teorias de Clausewitz, por causa dos desenvolvimentos técnicos, sociais e económicos resultantes da Revolução Industrial. Tanto ele como Schlieffen perceberam, por exemplo, que a decisão de Clausewitz em favor do ataque frontal concentrado não era viável, por causa do poder defensivo das armas modernas, e em vez disso propuseram derrotar o inimigo por movimentos torneantes estratégicos (resultando o famoso Plano Schlieffen de 1905). Tal abertura mental e interpretação alargada dos princípios de Clausewitz dota-os com significado duradouro, não importando que as condições modernas podem diferir daquelas que existiam na época de Napoleão e Clausewitz (Anon., 1987, p. 312).

O trabalho de Jomini foi o texto para a conduta da Guerra Civil Americana. Tem sido dito que a Guerra Civil foi travada com Jomini no bolso de todos os oficiais de alta patente. A influência de Clausewitz sentiu-se mais profundamente na Guerra Franco-Prussiana de 1870 e na Guerra Mundial (Phillips, 1985, p. 405). Tanto Jomini, como Clausewitz, escreveram sobre métodos táticos e estratégicos, e cada um deles apreciou a grande importância

da moral; eles estavam conscientes que a batalha era qualquer coisa fluida, em mudança, e sujeita à sorte (Anon., 1987, p. 408-409).

No período 1854-6 ocorreu a Guerra da Crimeia. Em 1859 foi a Guerra Franco-Austríaca. Na década de 60 Charles-Jean-Jacques Ardant Du Picq escreveu *Études de combat*, “Estudos da Batalha”, focando-se no comportamento dos homens na batalha. No período de 1861-5 foi a Guerra Civil Americana. Tratou-se do primeiro conflito em que houve o emprego em larga escala do combóio, do telégrafo e das espingardas de culatra. Em 1866 a Guerra Austro-Prussiana testemunhou o triunfo do Estado-Maior. Em 1870-71 a Guerra Franco-Prussiana estabeleceu a hegemonia alemã na Europa.

Bibliografia

- Anon., 1987. *Roots of Strategy: 3 Military Classics. Book 2.* Mechanicsburg, PA: Stackpole Books.
- Chaliand, G., 1994. *The Art of War in World History: From Antiquity to the Nuclear Age.* Berkeley: University of California Press.
- Chandler, D., 1976. *The Art of Warfare in the Age of Marlborough.* Staphurst: Spellmount.
- Creveld, M. V., 1989. *Technology and War: from 2000 B.C. to the Present.* New York: The Free Press.
- Creveld, M. V., 2000. *The Art of War: War and Military Thought.* London: Cassell.
- Gat, A., 2001. *The Origins of Military Thought: from the Enlightenment to Clausewitz.* Oxford: University Press.
- Handel, M. I., 1986. *Clausewitz and Modern Strategy.* Abingdon: Frank Cass.
- Jones, A., 1987. *The Art of War in the Western World.* Oxford: University Press.
- Murray, W., 2006. *The past as prologue. The importance of history to the military profession.* Cambridge: University Press.
- Paret, P., 1986. *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age.* New Jersey: Princeton University Press.
- Phillips, T. R., 1985. *Roots of Strategy: The 5 Greatest Military Classics of All Time.* Mechanicsburg, PA: Stackpole Books.

A GUERRA DAS GÁLIAS – JÚLIO CÉSAR

Major de Transmissões Luís Batista
Major de Infantaria João Albuquerque
Major de Infantaria Ricardo Camilo

Introdução

A obra de Júlio César, *A Guerra das Gálias*, constitui um tratado clássico que, para além do seu valor documental e histórico, apresenta contributos para o estudo do pensamento estratégico.

Assim, começaremos por fazer a contextualização do espaço e da época, procurando enquadrar a obra no ambiente geopolítico e geoestratégico em que se insere e que marcou o conflito analisado no seu texto. Seguidamente, iremos abordar biograficamente o autor, enquadrando o seu percurso pessoal e militar, contextualizando-o no âmbito da obra que realizou. Entraremos, então, na análise da obra, procurando primeiramente entender quais foram, à época, os seus propósitos e a quem se destinou, para depois e de forma resumida, analisarmos o seu conteúdo. Após esta fase, mais dedicada ao estudo do texto e dos fatores que levaram a que fosse escrito, iremos verificar qual o impacto da obra ao longo da História, numa perspetiva prática. Tentaremos assim perceber de que forma ela influenciou o pensamento estratégico e diretamente os líderes, no decurso dos tempos. Por fim, procuraremos identificar as questões e problemas do presente que poderão, na obra, buscar indicações para a sua resposta ou solução.

No final do trabalho, teceremos algumas considerações, em jeito de conclusão, onde iremos identificar os contributos resultantes da leitura e análise da obra, procurando ainda fazer algumas recomendações de leitura da mesma.

1. Contextualização do espaço em causa e da época

A Guerra das Gálias ou *Commentarii de Bello Gallico* no latim original, foi escrita durante a campanha de Júlio César na Gália, entre 58 a.C. e 50 a.C.

A Gália era uma região da Europa ocidental habitada por um conjunto de tribos celtas, as quais os romanos agrupavam sob a denominação generalista de gauleses. Essa região era constituída, grosso modo, pelos territórios da atual França, do Luxemburgo, da Bélgica, a maior parte da Suíça, de partes do norte de Itália, e das partes dos Países Baixos e da Alemanha a oeste

do rio Reno. Desse território, em 58 a.C., Roma controlava a Gália Cisalpina (a parte da Gália que ficava aquém dos Alpes do ponto de vista romano, aproximadamente o vale do rio Pó no norte de Itália), conquistada em 220 a.C., e a Gália Transalpina ou Gália Narbonensis (a parte da Gália que ficava além dos Alpes, aproximadamente as regiões do Languedoc e da Provence no sul de França), anexada em 121 a.C. (ver Figura nº1).

O restante território gaulês era controlado pelas várias tribos gaulesas (conforme a Figura nº1). Estas tribos tinham uma cultura guerreira mas, a sua divisão em tribos distintas era uma fraqueza que Júlio César iria aproveitar na sua campanha. Apesar de ainda não serem romanizados, os gauleses eram um povo semicivilizado, fruto do contacto com a cultura e com o comércio proveniente de Roma. Não havia nos gauleses uma consciência de inferioridade relativamente aos romanos. Esta noção de igualdade perante os romanos e a atração que a prosperidade de Roma exercia sobre os gauleses, mantinham Roma sob a ameaça constante de invasão e saque. Para além da pilhagem como fator potenciador de uma invasão por parte dos gauleses, havia ainda outra causa possível para essa invasão: a pressão das tribos germânicas. Estas tribos, que viviam para lá do rio Reno, eram menos civilizadas e mais aguerridas que as tribos gaulesas por estarem mais afastadas da esfera de influência romana. Tal como os gauleses, os germanos sentiam uma atração quer por Roma, quer pelos próprios territórios gauleses, por serem terras propícias para o saque. A invasão de território gaulês por parte destas tribos poderia ter como consequência empurrar os gauleses para sul e obrigá-los a invadir as províncias romanas (Robalo, 2004).

A ameaça de invasão por parte de tribos bárbaras estava ainda bem presente no imaginário da população romana que, ainda não tinha passado meio século, tinha sofrido as invasões dos Cimbros e Teutões (tribos celtas ou germânicas originárias da Escandinávia) (Robalo, 2004). Sendo assim, a região da Gália revestia-se de particular importância estratégica para a República Romana. O controlo desta região permitiria impedir a invasão das províncias italianas por parte de outros povos, neutralizando a ameaça gaulesa, e conter o possível o expansionismo germânico, combatendo contra estes últimos o mais afastado possível de Roma.



Figura nº 1 – Gália e respetivas tribos *circa* 58 a.C.

Fonte: (Feltscherg, 2005).

Desde o final das Guerras Púnicas (146 a.C.), a República Romana sofreu uma expansão acelerada, aumentando em muito a sua prosperidade e tendo passado a controlar a maior parte do mar Mediterrâneo após a queda de Cartago (ver Figura nº 2). Este aumento de prosperidade tornou os cargos de governação da República extremamente apetecíveis, levando a lutas de poderes pelo controlo dos mesmos. Os anos anteriores às Guerras da Gália viram Roma mergulhada numa guerra civil entre os populares, liderados por Gaio Mário, e os *optimates*, liderados por Lúcio Sila. Os populares identificavam-se com a plebe romana, derivando o seu poder das assembleias populares e dos tribunos da plebe, enquanto os *optimates* identificavam-se com os patrícios romanos e derivavam o seu poder do Senado.

Júlio César cresceu durante estes tumultos. Proveniente de uma família patricia, denotou desde cedo grande capacidade de retórica e grande ambição. Sobrinho por afinidade de Mário, associou-se aos populares como forma de alcançar os seus objetivos políticos. Em 59 a.C., juntamente com Marco Crasso¹ e Cneu Pompeu², formou o primeiro triunvirato, conseguindo os três exercer uma influência dominante sobre a política da República.



Figura nº 2 – Territórios controlados pela República Romana *circa* 58 a.C.

Fonte: adaptado de (Wikipédia, 2007).

Nesse mesmo ano, César foi eleito cônsul. Este cargo, com a duração de um ano, para além de ser o topo da carreira política na República Romana, tinha como vantagem adicional a nomeação do cônsul para um comando militar de uma província após o término do mandato. O Senado romano, temendo a ascensão de César visto ele estar associado aos populares, decidiu atribuir-lhe terras em Itália para o seu comando militar em vez de, como era costume, uma província. César, que tinha como ambição governar Roma, sabia que,

¹ Marco Licínio Crasso, patricio, muito rico, General e político. Ficou conhecido por ter derrotado a revolta de escravos liderada por Espártaco.

² Cneu Pompeu ou Pompeu Magno. General e político romano, considerando no ano de 86 a.C., a pessoa mais influente em Roma e um dos melhores Generais no comando das legiões romanas.

para conseguir suplantar a fama militar de Pompeu, tinha de se afirmar não apenas como político mas também como conquistador. Além disso, necessitava do dinheiro que o governo de uma província inevitavelmente lhe traria para conseguir pagar as dívidas contraídas na sua ascensão política. Para conseguir cumprir os seus objetivos, César viu na Gália a solução para os seus problemas. Utilizando a sua influência política, César teve sucesso na anulação da decisão anterior do Senado e conseguiu para si o governo das duas Gálias (Cisalpina e Transalpina) bem como da Ilíria (região junto ao mar Adriático, entre a Albânia e Itália). Também conseguiu que o seu tempo como governador fosse válido por cinco anos em vez de apenas por um, como era hábito na altura (Gilliver, Goldsworthy, & Whitby, *Rome at War - Caesar and his legacy*, 2005).

Após assumir o governo da sua província, César procurou um motivo para iniciar uma campanha na Gália a fim de conseguir o prestígio que isso lhe traria. Quando a tribo dos Helvécios, radicada sensivelmente nos territórios da atual Suíça, tentou passar pelas províncias romanas à procura de melhores terrenos, César viu a sua oportunidade (Robalo, 2004). Aproveitando esse motivo, deu início a uma campanha que durou nove anos e que o levou a percorrer toda a Gália, bem como a Britânia e a Germânia, e que culminou no domínio da Gália pela República Romana.

2. Contextualização do autor

Caio Júlio César, Caio é o nome próprio, Júlio nome do clã e César o nome de família, nasceu em 100 a.C. Pertencia a uma família de patrícios³ muito conceituada no seio político de Roma. A mãe, Aurélia, teve um papel fulcral na educação e preparação de Júlio César para a vida profissional. Ele estudou diversas línguas, história romana e nunca descurou o treino físico. Foi preparado para uma vida pública em Roma.

Desde muito novo que acompanhou o pai⁴ em visitas ao fórum romano⁵, demonstrando mais uma vez a importância que a sua família deu na preparação do futuro de Júlio César. O seu pai faleceu quando ele tinha 15 anos de idade, altura em que começou a sua vida política. Aos 16 anos casou-se com Cornélia Cinila, uma jovem também de uma família de patrícios muito rica e poderosa. Contudo, por volta de 81 a.C., Júlio César sai de Roma para iniciar a sua carreira militar na Ásia Menor⁶. Esta decisão deveu-se principalmente às

³ Nome pelo qual eram designadas as famílias aristocratas de Roma.

⁴ Com o mesmo nome: Caio Júlio César.

⁵ Praça central da Roma antiga. Parte mais importante da vida pública romana (Gilliver, Goldsworthy, & Whitby, *Rome at War - Caesar and his legacy*, 2005, p. 99).

⁶ Em campanha na província romana de Cilícia (atual Turquia), ao serviço de Lúcio Licínio Lúculo, durante quatro anos.

ligações familiares que não favoreciam a sua vida política, fruto da herança política do seu tio Caio Mário⁷, que era inimigo de Lúcio Cornélio Sila⁸.

Na carreira militar, Júlio César demonstra o seu valor em combate em várias situações. Estas valeram-lhe notoriedade e várias condecorações militares de elevado prestígio, "...distinguindo-se em combate durante o cerco de Mitilene. Foi-lhe então atribuída a coroa cívica" (Robalo, 2004, p. 48). Após a morte de Sila, regressa a Roma e inicia uma carreira como advogado, ficando conhecido pelos seus dotes de retórica, desenvolvendo a arte fundamental de grande orador.

Por volta de 69 a.C. consegue uma nomeação para um cargo administrativo⁹ na província de Hispânia. Diz-se que foi nesta altura que Júlio César, perante uma estátua de Alexandre o Grande¹⁰, "chora, porque Alexandre aos 29 anos de idade já tinha conquistado o mundo, e ele com 33 anos, nem uma província tinha submetido" (Gilliver, Goldsworthy, & Whitby, Rome at War - Caesar and his legacy, 2005, p. 7). Esta passagem demonstra bem a ambição, vontade de vencer e conquistar que Júlio César possuía.

Quando regressa a Roma, consegue entrar no Senado e é nomeado responsável pelo entretenimento em Roma. Nesta altura, por volta de 68 a.C., à morte da sua primeira mulher, casa-se com Pompeia Sila, da família Sila. Como não tinha o apoio do Senado, procura o apoio da população de Roma. Consegue-o através de grandes jogos e festividades.

Em 63 a.C., é nomeado para Pontífice Máximo da religião estatal romana, função que lhe permite ganhar mais apoios e notoriedade. Por esta altura, divorcia-se da sua segunda mulher.

No ano de 61 a.C., desempenha a função de governador da província de Hispânia. Apesar de ser uma área com poucos focos de instabilidade, dá início a uma intensa ação militar nas regiões a norte do Tejo, com dois objetivos estratégicos. O primeiro relacionado com a necessidade de garantir o domínio de Roma e o segundo para se apoderar das zonas ricas em minério, ouro e estanho (Robalo, 2004, p. 50).

Também por esta altura, faz importantes alianças com os homens mais influentes e poderosos de Roma, Crasso e Pompeu, formando o primeiro triunvirato e de seguida é nomeado cônsul.

Nomeado governador da Gália Transalpina (58 a.C.), Júlio César ao comando das suas legiões avança para norte e submete as tribos gaulesas ao

⁷ General e senador da facção popular do Senado.

⁸ Senador dos conservadores e nomeado ditador após a guerra civil de 86 a.C.

⁹ Cargo de edil, função de magistrado, responsável por aplicar a justiça.

¹⁰ Alexandre III, Rei da Macedónia, conquistou um império IV a.C.

domínio romano¹¹ (Gilliver, *Essential Histories: Caesar's Gallic Wars* 58-50 BC, 2002). Muitos feitos dignos de nota foram registados nesta época, desde a construção de pontes sobre o rio Reno, grandes batalhas e conquistas, até a duas incursões à ilha da Britânia¹². Durante a guerra das Gálias, Júlio César não descarta a sua vontade de regressar à vida política e todos os seus triunfos são escritos e reportados para Roma. Ele tem a perfeita noção que estas vitórias abrem-lhe o caminho para a política como é sua ambição, pretende governar Roma.

A morte de Crasso, na Batalha de Carrae, decorreu de uma expedição mal planeada e preparada contra o império de Partia¹³. O exército romano sofreu uma enorme derrota. Como se não bastasse, a morte da filha de César, mulher de Pompeu, provocou o afastamento de César e Pompeu e marcou o fim do triunvirato.

O Senado, consciente do perigo político, dá ordem a Júlio César para regressar a Roma, mas este não obedece inteiramente a esta imposição do Senado. Júlio César decide regressar a Roma, mas com as suas legiões e quando atravessa o rio Rubicão¹⁴ diz “ A sorte foi lançada”. O Senado consegue colocar Pompeu contra Júlio César, dando origem a uma guerra civil, com batalhas em quase todas as províncias da República (Robalo, 2004, p. 55).

Júlio César e as suas experientes legiões vencem a guerra. A mais famosa das batalhas foi a batalha de Farsália, na Grécia, onde Júlio César conseguiu uma batalha decisiva contra Pompeu, mas não o conseguiu capturar. Este consegue fugir para o Egito, na ânsia de procurar aliados, mas é assassinado. Quando Júlio César chega ao Egito é-lhe entregue a cabeça de Pompeu. Este gesto desagradou a Júlio César que não reconheceu autoridade ao rei egípcio para tratar um romano daquela forma, mesmo que esse romano fosse um seu adversário. O período que se seguiu ficou imortalizado pelo romance entre Cleópatra, rainha do Egito, e Júlio César.

Após a vitória contra os exércitos de Pompeu e do Senado, Júlio César, à frente das suas legiões, entra vitorioso em Roma e instaura uma ditadura perpétua. Nesta altura, por volta de 45 a.C., torna-se o homem mais poderoso de Roma. O feito mais relevante desta época é a substituição do calendário lunar, pelo calendário solar, com 365 dias.

¹¹ Segundo (Varandas, 2004, p. 42), 300 tribos submetidas e mais de 800 cidades conquistadas, com um milhão de escravos e 3 milhões de mortos.

¹² Nome que os romanos davam à parte centro Sul da Grã-Bretanha.

¹³ Corresponde, grosso modo, aos territórios dos atuais Síria e Irão.

¹⁴ O rio Rubicão marcava a fronteira entre a província sob administração de César e a província de Roma.

Os maiores inimigos de Júlio César continuam a ser os aristocratas conservadores e os senadores que os representam não querem que Roma fique sob o poder de apenas um homem. Assim, no ano de 44 a.C., 50 senadores conspiram, planeiam e executam o assassinato de Júlio César, “Segundo a tradição, Júlio César foi morto com 35 apunhaladas” (Robalo, 2004, p. 57).

Para a história, Júlio César fica eternamente conhecido como o melhor general e político romano, que conquistou vastas regiões e que dominou as tribos da Gália. Ficou também conhecido como o homem que abriu o caminho para o grande Império Romano, sendo que o primeiro Imperador foi o seu herdeiro e filho adotivo, Octávio César Augusto, que governou o império de 27 a.C. a 14 d.C.

Ao longo dos tempos, o nome de César tornou-se sinónimo de Imperador. Esta associação não se cingiu apenas ao próprio Império Romano, mas também a impérios posteriores em que os imperadores adotaram variações do nome César, dos quais podemos destacar a título de exemplo o *Kaiser* na Alemanha e o *Czar* na Rússia.

3. Propósitos da obra à época

Ao longo dos nove anos que a campanha das Gálias durou, César granjeou não só grande estima e consideração entre os seus legionários mas também entre a plebe romana, que o idolatrava como só os grandes conquistadores eram idolatrados na Roma antiga. Esta popularidade de César assustou os membros do Senado, a maior parte deles pertencentes aos *optimates*, tendo em conta que César estava associado aos *populares*, como já foi anteriormente referido neste trabalho.

O triunvirato que César tinha estabelecido com Pompeu e Crasso, que tinha servido para o catapultar para o posto de cônsul e lhe tinha entregado o governo da Gália, já não existia. A morte de Crasso em 53 a.C. na invasão falhada da Partia, bem como a da sua filha, mulher de Pompeu, tinha efetivamente afastado Pompeu de César. Pompeu, cujas vitórias militares pareciam já fazer parte da história antiga de Roma, tinha sido eclipsado junto do povo pelas batalhas do mais recente conquistador, César. Pompeu, temendo ser suplantado por este na governação da República, toma a decisão de se aliar aos *optimates* e ao Senado, conspirando contra César e recusando as aberturas deste último para se reaproximarem (Gilliver, Goldsworthy, & Whitby, Rome at War - Caesar and his legacy, 2005).

Os membros do Senado começaram a fazer circular rumores sobre a atuação de César na campanha das Gálias, acusando-o de iniciar as campanhas da Gália de forma ilegal, bem como de utilizar os meios pertencentes à República Romana, por extensão ao povo romano, em proveito próprio.

Estas acusações tinham como objetivo denegrir a imagem de César junto ao povo e permitir ao Senado retirar-lhe os poderes e privilégios sem interferência da plebe. De referir que nem todas as acusações eram sem fundamento, pois César tinha já em mente conquistas militares quando recebeu o governo das suas províncias, pelo que aproveitou as mínimas razões para iniciar guerras, pese no entanto que muitas delas tiveram motivos válidos para serem iniciadas. Também era normal na altura os governadores aproveitarem os seus tempos no posto para acumular património e influência. No entanto, era também costume deixar esses abusos incólumes, sendo apenas efetuadas acusações caso um rival conseguisse algum tipo de proveito próprio em as lançar, o que era o caso nesta situação em particular.

César apercebe-se das movimentações e dos planos de Pompeu e do Senado. Para conseguir apresentar a sua versão da campanha ao povo romano e tentar livrar-se das acusações contra ele lançadas, ele sentia a necessidade de fazer chegar a sua história sem ser por documentos oficiais, que estavam necessariamente sujeitos ao escrutínio do Senado. Sendo assim, ele decide utilizar os vários relatórios que tinha redigido sobre os anos passados em campanha e enviados regularmente ao Senado, divulgando-os junto dos seus associados para difusão aos romanos (Varandas, 2004). Esta obra, escrita na terceira pessoa e numa prosa simples e acessível, descreve as várias batalhas em que César esteve envolvido, bem como informações de carácter geral sobre a Gália (costume das tribos, geografia, etc...).

Assim sendo, o propósito de Júlio César ao escrever *A Guerra das Gálias* não era mais do que utilizar este livro como instrumento de propaganda política junto à faixa da população com a qual ele contava para o suportar politicamente, de forma a refutar as acusações tecidas pelos seus opositores e negar aos mesmos a liberdade de ação na arena política romana. Apesar disso, César esforça-se por não denunciar o julgamento e decisão, apresentando-os como consequência inevitável dos acontecimentos (Silva, 2006). Desta forma, constatamos que, embora possa haver a perceção de que o autor tenha propositadamente exagerado os seus feitos, verifica-se que o conteúdo da obra se mantém fiel à realidade. Esta constatação consubstancia-se no facto de nenhum dos seus opositores ter denunciado a obra como uma falsidade, ou enformada de imprecisões e erros, mesmo tendo em conta que, entre os seus oficiais, César contava com membros de famílias suas inimigas no Senado.

4. Conteúdo da obra

Esta é uma obra singular que aborda os nove anos da campanha de César nas Gálias, enquanto procônsul, até às vésperas da guerra civil. Foi escrita no estilo *commentarii*, que remonta ao grego *hypomnema*, estilo que

tem a sua origem ligada a notas e relatos em jeito de memórias. Podemos situar a obra na intersecção entre a história e a biografia, entre a literatura e a propaganda (Silva, 2006).

O texto encontra-se dividido em oito livros, sendo que o último não é da autoria exclusiva de Júlio César. Enquanto alguns historiadores atribuem a elaboração do oitavo livro a Aulus Hirtus, como tendo sido adicionado após a morte de Júlio César, ligando acontecimentos das campanhas gaulesas com outros da Guerra Civil (50-48 a.C.) (Varandas, 2004). Outros, contudo, atribuem parte desse texto ao próprio Júlio César (Canfora, 2002).

Livro Primeiro

Este livro inicia-se com uma breve descrição da Gália e de como os Helvécios foram incitados a revoltarem-se por Orgetorix em 61 a.C., tendo, inclusivamente após sua morte, continuado os preparativos que os levariam à guerra em 58 a.C. Uma vez que eles pretendiam, durante a sua marcha, passar pela fronteira da província romana, César não autoriza e, considerando que eles constituíam uma ameaça aos interesses de Roma, dá-lhes combate e derrota-os.

Em seguida, entra em guerra com os Germanos, trazidos para a Gália pela tribo dos Séquanos. De um modo algo inexplicável, há um momento de pânico entre o exército romano, mas ainda assim conseguem recuperar a coragem e infligir uma vitória esmagadora sobre os Germanos. Contudo, um dos principais líderes germanos, Ariovisto, consegue escapar.

Livro Segundo

O segundo livro aborda os eventos ocorridos um ano mais tarde, em 57 a.C. Agora, César combate os Belgas no Norte da Gália, enquanto Publius Crasso se ocupa dos estados marítimos na costa da Gália. Estas ações fazem aumentar a área de influência de Roma e o feito é reconhecido pelo Senado e celebrado pela população.

Livro Terceiro

Neste livro, encontramos César no ano de 56 a.C., na altura em que ele envia Servius Galba para os Alpes, com o intuito de controlar o movimento dos mercadores e exigir o pagamento de portagem. Perante este facto, Servius é atacado pelas tribos dos Sedunos e Veragros e vê-se forçado a retirar para um território mais seguro, onde permanece durante o Inverno.

Entretanto, na costa dá-se a rebelião dos Vénetos contra Crasso e César vê-se forçado a intervir e consegue subjugar não só esta tribo, mas também duas outras, os Morónios e os Menápios.

Livro Quarto

O livro quarto aborda as tribos germanas Usípetes e Tencteros, que foram forçadas a abandonar as suas casas pelos Suevos em 55 a.C. Quando estas atravessam o Reno, em busca de um novo território, César derrota-as e desloca o seu exército, pela primeira vez, para o interior da Germânia. Em seguida, dando resposta ao apoio militar que as tribos haviam recebido da Bretanha, César decide atravessar o canal, algo que nunca havia sido tentado. Derrota por duas vezes os Bretões e regressa à Gália, para controlar a rebelião dos Morónios e aceitar a rendição dos Menápios. Uma vez mais é aclamado pelo Senado, em Roma, que lhe atribui a honra de decretar 20 dias de ação de graças.

Livro Quinto

Este livro trata da Invasão da Bretanha, em 54 a.C., na qual César atravessa o canal com uma frota de 600 navios. Derrota os Bretões, liderados por Cassivelaunos. No regresso à Gália, depara-se com a revolta de Ambiorix e Catuvolcus. O primeiro consegue derrotar a legião romana comandada por Sabinus e Cotta. Os Nérvios atacam um outro acampamento romano mas o comandante, Cícero, consegue contê-los até à chegada de César com reforços. Labienus derrota uma força gaulesa numerosa, liderada por Indutiomarus, chefe dos Tréveros.

Livro Sexto

O mais pequeno dos livros da Guerra das Gálias, relata as façanhas de César durante o ano de 53 a.C. e aborda as diferenças culturais entre germanos e gauleses. No que respeita às batalhas travadas, versa as revoltas de várias tribos, contidas por César e Labienus. César atravessa novamente o Reno, mas os Suevos retiram para os seus territórios na floresta de Bacenis e ele decide não os perseguir, regressando à Gália. Aqui, derrota a rebelião dos Eburões, comandados por Ambiorix.

Livro Sétimo

Por oposição ao último, este é o mais longo dos livros nesta narrativa de César. Aqui é descrito como César fez frente à revolta de 14 tribos gaulesas, muitas delas levadas a juntar-se por intrigas políticas mais do que pelas suas próprias convicções. Apesar das forças romanas tomarem um grande número de posições fortes, incluindo Avárico, quase são derrotadas em Gergóvia. As revoltas gaulesas atingem uma grande dimensão lideradas por Vercingétorix, um grande guerreiro arveno, filho de Cestilius que tinha sido príncipe de toda a Gália. Numa grande batalha em Alésia, César termina definitivamente a revolta, acabando com a rendição de Vercingétorix. Mais

uma vez, Roma concede a Júlio César honras máximas, proclamando ações de graças de 20 dias.

Livro Oitavo

Este livro, da autoria de Aulus Hirtus, foi escrito após o assassinato de César e retrata algumas campanhas de consolidação. Nomeadamente, contra os Belóvacos, naquela que é a última revolta da Gália. Relata depois o regresso de César a Roma, passando por todos os municípios e colónias onde é recebido com honra e afeto, até ao preâmbulo da guerra civil.

5. Impacto prático da obra ao longo da História

Da análise de várias obras, podemos constatar que, para a História, a obra de Júlio César, teve, tem e continuará a ter impacto, quer como livro utilizado no ensino do Latim, quer como obra de referência para um variado leque de estudiosos nas mais diversas áreas, dos quais se destacam os ramos do direito, da literatura, da administração, da filosofia, da sociologia e da política. Todos eles por motivos diferentes, mas com o mesmo propósito, estudarem a vida e os feitos militares e políticos de Júlio César.

A título de exemplo, Napoleão Bonaparte era um admirador de Júlio César, ao ponto de ter inclusivamente comentado a obra através de notas pessoais (Muniáin & Balbuena, 1986).

A *Guerra das Gálias*, que retrata os relatos históricos narrados pela testemunha ocular e personagem principal, Júlio César, é considerada uma obra-prima da prosa em latim, motivo pelo qual ainda hoje continua a ser uma obra de referência para o seu ensino. Mas, para além do brilhantismo e elegância literária, a obra é também um relato vivo das batalhas travadas pelas legiões romanas contra as tribos gaulesas.

Apesar da intenção de Júlio César na altura ser principalmente política, com o objetivo claro de publicitar os seus feitos/triunfos junto do povo em Roma, para preparar o seu caminho na vida política, a obra descreve com bastante pormenor o modo de vida e os costumes das tribos que encontrou. Neste sentido, a obra constitui uma fonte histórica inigualável e única, sendo referência para historiadores.

No âmbito estritamente militar, a obra permite conhecer factos sobre as estratégias, táticas e técnicas, utilizadas pelos romanos, bem como a organização e composição das suas legiões.

Assim, podemos afirmar que a obra constitui-se como um grande legado sobre a civilização romana, como uma das que mais contribui para o crescimento intelectual da humanidade.

6. Questões e problemas do presente que podem ser colocadas à obra

Os *commentarii* escritos por César à época, não tinham o carácter completo de uma autobiografia, nem a necessária *ornata* para serem um texto historiográfico e tão pouco se podem classificar, exclusivamente, como meros relatos militares de uma campanha. Na verdade, estes textos, enviados periodicamente para o Senado em Roma, com a finalidade de serem difundidos ao público em geral, acabam por acolher os estilos e os objetivos dos vários tipos literários referidos (Silva, 2006).

Decorrente dos conflitos das últimas décadas no Iraque e no Afeganistão, assistimos hoje à proliferação de produção literária com contornos semelhantes aos *commentarii de bello gallico*. Da autoria exclusiva dos próprios, ou com o recurso às artes de jornalistas, vemos serem dadas à estampa inúmeras biografias e autobiografias dos mais famosos generais e secretários da defesa americanos.¹⁵ São chefes militares, com reconhecido currículo nos conflitos atrás referidos e os protagonistas políticos que os enquadraram. Claro que será demasiado abusivo considerarmos que preconizam os mesmos objetivos propagandísticos que encontramos na obra de César. Mas, estas obras servem hoje, antes de mais, para criar ou recuperar uma determinada imagem na opinião pública americana e internacional. Escritas, na sua maior parte, num estilo direto e fácil, tal como César o fez, contrastam com a escrita hermética e elaborada que encontramos num grande número de obras da literatura militar, mais associadas à área da Estratégia. Nestas designadas *memoirs*, os generais procuram, através do relato da sua participação em campanhas nas mais elevadas funções, mostrar a sua personalidade, evidenciar os seus dotes de liderança, desfazer equívocos e, de alguma forma, preservar a sua imagem perante o povo americano. Este facto, em alguns casos, tem-lhes garantido o acesso a cargos de destaque na sociedade americana.

Vimos noutro capítulo o impacto da obra de César ao longo da História. Sabemos, que a tecnologia militar, os conhecimentos de geografia e culturais eram, à época, muito diferentes dos que temos hoje. No entanto, reconhecemos a magnitude dos feitos de César e do Império Romano e conseguimos identificar nas descrições deste grande general “a excelência das suas qualidades políticas, culturais, económicas, militares, em sobreposição aos rudimentares sistemas de organização de gauleses e germanos.” (Varandas, 2004).

¹⁵ Para citar alguns: *American Soldier*, General Tommy Franks (2004); *Without Hesitation*, General Hugh Shelton (2010); *Eyes on the Horizon*, General Richard Heyes (2010); *All In (The Education of General David Petraeus)*, Paula Broadwell (2012); *My Share of the Task*, General Stanley McChrystal (2014); *Worthy Fights*, Leon Panetta (2014); *Duty*, Robert M. Gates (2015).

A forma como César aborda esta campanha, leva-nos a refletir sobre os atuais conflitos, no âmbito da contrainsurgência. Para as províncias romanas na Gália, era disso que se tratava, combater as tribos que se insurgiam. Através dos seus escritos, Caio Júlio César, para além de narrar com algum detalhe as batalhas, as marchas forçadas, os acampamentos, a tática e a estratégia militares, demonstra em inúmeras passagens uma preocupação constante em identificar os líderes e suas motivações, em descrever e comparar os diversos povos, caracterizando, inclusivamente, os seus hábitos e a sua forma de combater.

Esta necessidade de uma análise holística de um conflito com estas características, não sendo para nós, nos dias de hoje, novidade, vem lembrar-nos que esta tipologia de conflito, não termina com a vitória da Batalha, antes se prolonga em campanhas duradouras onde várias tribos têm de ser combatidas de forma diferente e em alturas e locais distintos.

Conclusões

A elaboração deste trabalho permitiu-nos contactar com uma das mais importantes obras no panorama da cultura ocidental. Consideramos que estamos perante um tratado de estratégia militar, mais do que de uma obra historiográfica, essencialmente, por três motivos, para além da questão do ornamento oratório anteriormente abordada: a estrutura por acontecimentos em vez da tradicional analítica romana, a pesquisa das causas e circunstâncias de cada ato e a ausência da justificativa e da moral (Silva, 2006).

O valor de um escrito clássico como o *Commentarii de bello gallico* é difícil de ponderar. Para além do que já foi referido nos capítulos anteriores, importa constatar que esta é “uma importantíssima fonte para a reconstituição do pensamento militar e estratégico da Roma republicana” (Varandas, 2004) constituindo-se, assim, como uma leitura fundamental para quem estuda esta civilização em particular, e para todos quantos se ocupam do estudo da evolução do pensamento estratégico. O texto ganha, assim, importância histórica pelo seu valor literário e pela relevância do seu protagonista e autor.

A objetividade emprestada por Júlio César nas análises efetuadas, quer no âmbito militar, quer em considerações de natureza política, social ou cultural, deve inspirar os líderes militares atuais, assim como o fez ao longo da história, a registar e sistematizar as suas atividades, em campanha ou não, de forma a poderem constituir-se no futuro como referência, antes de mais pessoal.

Assim, gostaríamos de recomendar a análise e leitura desta obra a todos os oficiais, em particular aos oficiais superiores, porquanto a sua formação em matérias do âmbito da estratégia e da arte operacional, lhes per-

mitirá tirar um maior proveito das reflexões apresentadas por Júlio César nos seus textos.

Procurámos com a elaboração deste trabalho e através do estudo e leitura da obra, de acordo com a metodologia sugerida, analisar aquele que poderá ter o valor inestimável, de ser um dos primeiros textos que ajudaram a enformar a forma como a “Guerra (foi) pensada no Ocidente”.

Bibliografia

- Canfora, L., 2002. *Júlio César o ditador democrático*. Translated by A.d.S. Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade.
- Feitscherg, 2005. *Map Gallia Tribes Towns*. [Imagem Eletrónica] disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_Gallia_Tribes_Towns.png [Consultado em 04 julho 2015].
- Gilliver, K., 2002. *Essential Histories: Caesar's Gallic Wars 58-50 BC*. 1st ed. Oxford, UK: Osprey Publishing.
- Gilliver, K., Goldsworthy, A. & Whitby, M., 2005. *Rome at War - Caesar and his legacy*. 1st ed. Oxford, UK: Osprey Publishing.
- Júlio César: "Não sou Rei. Sou César"*. 1997. [Film] Directed by Phil Grabsky. Inglaterra: Seventh Art Productions.
- Muniáin, J.G. & Balbuena, M., 1986. *La Guerra De Las Galias - Con las notas de Napoleón*. 1st ed. Barcelona: Ediciones Orbis, S. A.
- Robalo, M., ed., 2004. *A Guerra das Gálias*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Silva, P.R.S.d., 2006. *A Figura de César, Autor e Personagem, nos commentarii de bello gallico*. Dissertação de Mestrado em Letras Clássicas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Varandas, J.M.H., 2004. "A guerra das gálias", de Júlio César, publicada em *Estudos Clássicos. Boletim, n° 42*. Recensão Crítica. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Wikipedia, 2007. *Roman Republic-44BC*. [Online] disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Roman_Republic-44BC.png [Consultado em 07 julho 2015].

EPITOMA REI MILITARIS – CAIO VEGÉCIO**Major de Infantaria José Andrade****Major de Artilharia Sérgio Rocha****Major de Administração Militar Nuno Pedro****1. Contextualização do espaço em causa e da época**

A obra é contemporânea ao Império Romano e descreve o seu exército como sustentação principal de poder. A longevidade e a extensão do território do Império Romano impressionam. Este manteve a sua integridade por mais de mil anos e estendia-se desde a Península Ibérica até à Capadócia e Síria e desde as ilhas Britânicas até ao norte de África. A máquina de guerra romana chegou a contar com cerca de 435 000 soldados, chegando mesmo a ser considerada como a mais eficiente e poderosa à face da terra (Monteiro & Braga, Vegécio *Compêndio da Arte Militar*, 2009, p. 15).

O sucesso do exército romano assentava fundamentalmente em seis fatores principais: a sua elevada organização e disciplina, a grande capacidade de adaptação, a sua persistência e determinação, a impiedade, a elevada flexibilidade tática e um treino regular e bastante intenso (Monteiro & Braga, Vegécio *Compêndio da Arte Militar*, 2009, pp. 16-17).

A *Epitoma Rei Militaris* terá sido escrita entre o final do século IV e início do século V por Vegécio. Aquela obra é um tratado militar que descreve as práticas do “antigo” exército romano. O seu grande objetivo terá sido servir de base para uma nova organização do exército, desde o recrutamento de pessoal até à condução de batalhas (Giacomoni, 2011).

Neste período da história romana, a organização militar das legiões já era bastante diferente quando comparada com a organização das legiões do séc. I e II. Segundo Giacomoni (2011, p. 11), as legiões do tempo de Vegécio não eram capazes de vencer os bárbaros e assim sendo, obras como a *Epitoma Rei Militaris* tinham toda a pertinência. Nesta perspetiva, Vegécio escreve a obra com o intuito de contrariar uma tendência de crise do império, fornecendo um conjunto de ferramentas que conduziriam ao retorno das valiosas instituições militares dos antigos romanos. O autor refere que diversos povos, como os gauleses, germanos e gregos, conseguiam obter, em diversas situações, superioridade face aos romanos mas que esta acabava sempre por ser compensada pelo criterioso recrutamento e treino das legiões. Vegécio acreditava que as práticas militares do seu tempo eram um

retrocesso quando comparadas com as das legiões antigas e é devido a este facto que, ao escrever a obra, enuncia aquilo que considera como elementos problemáticos. O autor refere diversas vezes a necessidade do exército se manter em treino o que é indiciador de que, provavelmente, esta prática parece ter sido descuidada. O mesmo estaria a acontecer com o treino de técnicas mais específicas como a marcha militar, os treinos com postes e escudos de vime (Giacomoni, 2011, p. 12).

As referências constantes do autor à ideia de crise do Império Romano enquadram-se naquilo que é denominado pela historiografia tradicional como o período de “Declínio e Queda do Império Romano”, que vai desde o século III até à invasão de Roma pelos godos (Araujo, 2012, p. 116). Este conceito de decadência, no entanto, é encarado por outros historiadores como um processo de revolução social de carácter político-militar e religioso. Na sequência da crise do século III, o poder político das elites romanas transitou para diversos militares bárbaros que controlavam forças de dimensão considerável. Este processo decorria naturalmente porque estes chefes militares bárbaros tinham sido incorporados no exército, deixando por isso de ser considerados meros mercenários e eram, para todos os efeitos, cidadãos romanos, detentores da *civitas* romana (Brown, 1972, cit. por Araujo, 2012, p. 116). Um processo semelhante terá ocorrido entre as velhas elites senatoriais e homens influentes provenientes da província, que gradualmente foram substituindo as elites pelo facto de terem acumulado poder considerável através da coleta de impostos e supressão de revoltas locais (Mendes, 2002, cit. por Araújo, 2012, p. 118). Um outro aspeto deste processo de revolução social, apontado por Tainter (1977, cit. por Araujo, 2012, p. 117) refere-se à necessidade de um maior número de soldados para manter a paz, maiores coletas de impostos, mais provisões de alimentos e obras públicas que constituíam despesas elevadas impossíveis de sustentar e que levariam à conseqüente queda do império.

Para além destas considerações, Vogt (1964, cit. por Silva e Soares, s.d., p. 149) afirma que, no século III, o Império foi alvo de uma série de ataques nos limites das suas fronteiras (*limes*). Este facto teve um impacto direto na vida dos imperadores, forçando-os a prolongar a sua ausência de Roma para defender as fronteiras do império e a favorecer o exército.

A rotura da designada *pax romana*, desencadeada nos governos de Marco Aurélio e Cómodo, provocam o desequilíbrio entre diversas variáveis até então estáveis. A capacidade defensiva do *limes* é suplantada pelo poder bélico dos bárbaros, as despesas com as campanhas militares excedem os recursos económicos disponíveis, os gastos com a manutenção do Estado são superiores à arrecadação de impostos, a autoridade do Senado diminui face ao poder de intervenção da *domus*, a tradição republicana perde preponderância

face às tendências monárquicas e a cultura clássica é remetida para segundo plano perante as correntes “irracionais” (Remondon, 1967, cit. por Silva e Soares, s.d., p. 150).

Vegécio, percebendo que se vive uma crise grave, um processo de decadência que poderá levar o império ao colapso num curto espaço de tempo e acreditando que só a máquina militar o poderá reverter, reúne na sua obra o que considera serem as melhores práticas da Roma antiga, restringindo-se apenas ao que julgava serem os pontos deficientes do seu tempo (Giacomoni, 2011, p. 11).

2. Contextualização do autor

As fontes consultadas são unânimes ao afirmar que pouco se conhece acerca do autor. As informações existentes são provenientes das mesmas fontes: a sua própria obra *Epitoma Rei Militaris*, em manuscritos e numa outra obra, intitulada *Digesta Artis Mulomedicinae*, que também lhe é atribuída. Esta última constitui um tratado veterinário que compila informação acerca do tratamento de equinos e gado.

O seu próprio nome não é consensual, na medida em que surge referido em diversos manuscritos, como *Flavius Vegetius Renatus*, *P. Vegati Renati*, *Fl. Vegeti Renati*, *Renatus* precedido por *Vegetius*, *Vegittius*, *Vegetus*, *Vegetis* ou *Vigitus*. No que diz respeito ao primeiro nome, verifica-se a alternância entre *Flavius* e *Publius*. O primeiro é mais comum na *Epitoma Rei Militaris* e o segundo na *Mulomedicinae*. O nome *Flavius* passou a ser adotado por altos funcionários e oficiais a partir do ano de 324 e era entendido mais como um título honorífico do que um nome. Pensa-se que o autor terá adotado o título *Flavius* para que a sua obra *Epitoma Rei Militaris* tivesse maior projeção. Por outro lado, terá adotado o nome *Publius* na *Mulomedicinae* pelo facto de se tratar de uma composição destinada a um círculo de amigos e, por isso mesmo, sem grande necessidade de projeção. Quanto ao nome *Renatus*, significa “o renascido” e é um indicativo da crença no cristianismo. Pelas razões apontadas, o nome *Publius Flavius Vegetius Renatus* terá sido muito provavelmente o seu nome (Giacomoni, 2011). Ao longo deste trabalho iremos utilizar a designação Vegécio.

No que diz respeito ao autor propriamente dito, as informações existentes também têm a sua origem nos dados recolhidos diretamente dos manuscritos. De acordo com Russel (1985, cit. por Monteiro e Braga, 2009, p. 89) o autor seria “um alto servidor civil do imperador” e Reeve (1995, cit. por Monteiro e Braga, 2009, p. 89) considerava-o como “um servidor altamente posicionado”. A conclusão destes dois autores baseia-se na utilização do título “Flávio” e no facto do autor se apresentar na abertura da *Epitoma* como “*vir illustris*” e “*comes*” conforme tradição manuscrita medieval.

Segundo Richardot (1998, cit. por Monteiro e Braga, 2009, p. 89) “*vir illustris*” era um título reservado aos detentores de altos cargos como prefeitos do pretório, prefeitos urbanos, mestres das milícias, condes dos domésticos, condes das sagradas liberalidades ou grandes camareiros. Milner (1996, cit. por Monteiro e Braga, 2009, p. 89) é da mesma opinião de Richardot e refere que, para além disso, a análise das assinaturas da *Epitoma* levam-nos a uma categoria reservada a altos escalões da burocracia imperial ou aos Chefes do Estado-Maior (Monteiro & Braga, Vegécio Compêndio da Arte Militar, 2009, p.89) Como o próprio autor afirma não ser nenhuma autoridade nos assuntos militares, poder-se-á concluir que seria um burocrata.

A leitura da *Mulomedicinae* permite perceber que Vegécio tinha um conhecimento profundo de diversas regiões do Império, bons conhecimentos técnicos e até opiniões próprias sobre os equinos. Estas constatações levam a várias hipóteses. O seu conhecimento de diversas regiões do Império levam a crer que poderia ter sido um “conde das sagradas liberdades” (o equivalente ao ministro das finanças) que por inerência das funções acompanhava sempre o Imperador. Por outro lado, os seus conhecimentos técnicos acerca dos equinos apontam para uma outra função, a de “conde do sagrado estábulo” ou seja, o responsável administrativo pela cavalaria imperial (Giacomoni, 2011, p. 22).

A partir da *Mulomedicinae* podemos deduzir que o autor era um criador de cavalos, percebe-se que tinha vastos conhecimentos da geografia do Império Romano e tinha boas informações sobre, por exemplo, os cavalos dos Hunos e sobre o mundo bárbaro ocidental. Estes aspetos levam ainda a uma outra hipótese que se relaciona com a origem geográfica do autor. A península Ibérica e a Gália eram, nos séculos IV e V, os principais polos de criação de cavalos do Império Romano. O nome *Vegetius* era um nome característico das regiões da Gália Transalpina, Gália Cisalpina, Nórlica e Hispânia que, segundo Richardot (1998, cit. por Monteiro e Braga, 2009, p. 90), em 41,8% das ocorrências era proveniente da Hispânia. Para além disso, Russel (1997, cit. por Monteiro e Braga, 2009, p. 90) refere que Vegécio seria relativamente próximo do imperador Teodósio I, de origem hispânica, e que tinha grande admiração pela figura de Sertório (general romano exilado na Hispânia entre 82 e 72 a.C.). Estes argumentos reforçam a hipótese de Vegécio ter nascido ou, pelo menos, ter ligações muito próximas com a Hispânia. Milner (1996, cit. por Monteiro e Braga, 2009, p. 91) deixa ainda em aberto uma outra hipótese, referindo que é plausível que o autor possuísse terras na Gália ou na Hispânia e que proviesse de uma pequena nobreza municipal na qual teria ascendido ao estatuto senatorial.

Vegécio poderá ainda ser caracterizado como um homem culto e versátil, experiente na alta finança e no recrutamento e aprovisionamento dos

exércitos (Allmand, 1998, cit. por Monteiro e Braga, 2009, p. 91). Era admirador da poesia de Vergílio e das histórias e monografias históricas de Salústio e estaria dentro do perfil típico do aristocrata senatorial do séc. IV. O autor regista ainda diversos costumes militares sob o ponto de vista médico, acrescentando mais uma questão: teria algum treino médico ou seria autodidata? (Milner, 1996, cit. por Monteiro e Braga, 2009, p. 91).

A *Encyclopædia Britannica* refere-se a Vegécio como um especialista militar romano, mas um homem com pouca experiência militar. O seu tratado *Epitoma Rei Militaris*, também conhecido por *Rei militaris instituta*, foi escrito entre os anos 384 e 389, mas acabou por não ter quase nenhuma influência nas forças militares em decadência do Império Romano.

3. Propósitos da obra à época

Fazendo uma leitura da obra é possível compreender o que o autor pretendia com a mesma, verificando-se que esta representa uma compilação e uma arrumação de práticas e costumes do Império Romano. O autor refere, no seu primeiro livro, a forma como a escolha e o treino dos recrutas deveria ser realizado para que o Imperador, se assim entendesse e não porque não o soubesse, pudesse consultar aquilo que outros imperadores fundadores do Império Romano haviam feito no passado. Desta forma, o autor pretende colocar à disposição do Imperador todo o conhecimento, ensinamentos e práticas do passado e que tinham produzido bons resultados em prol do bem-estar da República (Monteiro & Braga, 2009, p. 177).

No entanto, Monteiro (2013, p. 1) refere que o autor romano decidiu preparar para o seu Imperador um compêndio da arte da guerra, onde se condensa a memória das principais práticas marciais que garantiram, durante séculos, o sucesso de legiões e o triunfo de Roma sobre grande parte do mundo então conhecido. Refere também que Vegécio decidiu fazer um esforço e oferecer ao Imperador “um guia” de como recuperar os segredos mais importantes das vitoriosas legiões da República e do Alto Império, que haviam construído o maior e mais duradouro império que o mundo ocidental até então conheceria.

O autor, ao longo da sua obra, refere-se de forma “inibida” à mesma, particularmente ao seu primeiro livro, apelidando-o mesmo de “pequeno livrinho” e “obrazinha”. Com esta atitude, considera-se que o autor procura transferir para o conteúdo da própria obra a atenção do Imperador e dos demais, referindo-se aos assuntos nela tratados como “temas mais importantes e sempre necessários”. O autor revela assim uma preocupação genuína com a situação do Império Romano naquela época e não procura o “reconhecimento do Imperador” e a “fama”, como acontecia com outros autores

de obras produzidas e oferecidas ao Imperador naquela época. Esta ideia é reforçada quando o autor refere que “sou em muito inferior aos antigos escritores, é lícito que nesta obrzinha não sejam necessárias, nem a harmonia das palavras, nem a subtileza do espírito, mas sim um trabalho diligente e fiel”, percebendo-se a preocupação e a seriedade com que o autor aborda os assuntos tratados na obra e os procura apresentar em público “em benefício dos Romanos” (Monteiro & Braga, 2009, p.177). Esta ideia ajuda a perceber que o autor tem uma preocupação geral e intemporal, referindo-se aos Romanos e não a um Imperador, considerando-se que o propósito da obra não é responder ou satisfazer as intenções de um Imperador em particular mas dos futuros Imperadores Romanos e desta forma servir todo o Império Romano.

No seu segundo livro, o autor procura “desculpar-se” da ousadia e atrevimento em escrever sobre a arte militar, referindo que o Imperador, “pelos feitos recentes e a forma hábil e completa como conserva e domina os ensinamentos dos antepassados sobre a arte militar”, não necessita dos livros que uma “mente terrena” possa conceber sobre aquilo que o próprio Imperador já havia feito. Esta ideia de “desculpabilização” torna-se ainda mais evidente quando o autor refere “como me fosse ordenado resumir o mais possível por escrito (...) certos assuntos, não tanto para os ensinar como para os lembrar, a dedicação entrou muitas vezes em conflito com a timidez” (Monteiro & Braga, 2009, p. 215). Com esta postura, depreende-se que o autor, apesar da sua dedicação ao Império Romano e como seu “modesto servidor”, “tem medo” das consequências da sua atitude e receia sobre o que poderia acontecer, podendo interpretar-se que a sua obra poderia não ser bem aceite e tornar-se incômoda, por ela representar “um alerta” ou “uma chamada de atenção” e por essa razão, o seu autor, poder ser alvo de alguma “punição” ou sofrer “represálias”.

Pela leitura da obra, percebe-se que o autor recorreu a outros autores para escrever sobre a arte militar, os quais cita com frequência nos quatro livros, chegando a referir que “não me arrego nenhuma autoridade, apenas organizo sob a forma de resumos as matérias daqueles que acima referi e que se encontram dispersas” (Monteiro & Braga, 2009, p. 187). Ao mesmo tempo, identifica povos que se notabilizaram na sua forma de combater ao longo do tempo e enaltece-os de tal forma que chega a referir “Ó homens dignos de ser louvados com a maior das admirações que quiseram aprender principalmente esta arte sem a qual as outras não podem existir!” (Monteiro & Braga, 2009, p. 255). Esta postura poderá representar um “desabafo” de alguém que se encontra “desesperado” e que procura apelar a quem de direito para seguir tais exemplos, podendo ser o próprio Imperador.

No seu terceiro livro, o autor coloca-se mesmo numa posição de inferioridade, referindo mesmo que “ordenaste há minha mediocridade”, salientando

de seguida os feitos daqueles que dominaram no campo de batalha, por vezes com exércitos inferiores em números e que derrotaram exércitos numericamente superiores, alertando que “quem desejar a paz, que prepare a guerra”, pois ninguém ousa agredir aquele que se encontra preparado e que lhe parece superior em caso de combate (Monteiro & Braga, 2009, pp. 255-257). Neste contexto, o autor procura salientar que houve um período de paz que conduziu à segurança e que levou os homens ao ócio e às carreiras civis, ao mesmo tempo que o treino militar foi encarado de forma mais negligente, por vezes abandonado e que acabou por cair no esquecimento.

No seu quarto e último livro, o autor revela uma maior confiança e determinação sobre o que escreve e o seu propósito, isto porque, provavelmente, os livros antecessores haviam tido boa aceitação. O autor chega mesmo a atribuir o mérito da obra ao Imperador, referindo “como complemento da obra empreendida por ordem de Vossa Majestade, eu resumirei ordenadamente (...) os conhecimentos por meio dos quais as nossas cidades devem ser defendidas ou as dos inimigos destruídas” (Monteiro & Braga, 2009, p. 337).

Ao longo da obra, o autor transparece uma preocupação constante com a situação em que o exército se encontra, procurando “alertar” para as técnicas e procedimentos das antigas legiões com eficácia comprovada, face à inexistência ou fracasso da prática naquela época. Com esta obra, o autor procura dar um contributo significativo nesse sentido, através da arrumação dos assuntos da arte militar do Império Romano para que fosse possível imitar as virtudes do passado e assim restaurar o exército, ao mesmo tempo que se corrigiam os erros dos antecessores e que o autor, de forma tímida e receando consequências, acabava por revelar.

Embora não exista uma referência direta ao destinatário da *Epitoma Rei Militaris* e não haja certezas se se tratava do imperador Teodósio I (378 – 395 d.C.) ou Valentiniano III (425 – 455 d.C.), o autor escreve a sua obra, conforme refere Piotrowski (2009, p. 1), numa tentativa de influenciar o seu Imperador a trazer de volta os ideais romanos e com eles a glória dos tempos áureos. Para isso, o autor procurou investigar o sistema militar do povo romano e escrevê-lo de forma fiel, tornando-o assim intemporal (referindo mesmo que o que se escreve torna-se eterno) e ao serviço do Imperador e de todos os romanos (Monteiro & Braga, Vegécio Compêndio da Arte Militar, 2009).

4. Conteúdo da obra

No seu primeiro livro, o autor ensina sobre a seleção dos jovens, de que lugares ou que tipo de soldados devem ser aprovados ou por meio de que exercícios devem ser treinados.

O autor começa por dar ênfase à seleção do recruta e ao seu treino, ao mesmo tempo que identifica um conjunto de critérios a ter em conta na seleção, como sejam a zona e a idade, devendo os recrutas serem jovens porque aprendem melhor, sendo preferível “que o jovem alegue que a idade de combater ainda não chegou do que lamente que já passou” (Monteiro & Braga, 2009, p. 183). O autor refere também que deveria ser analisada a estatura do recruta, a impressão causada pelo recruta no recrutador e a sua profissão, referindo que algumas profissões não estimulavam a bravura e que “a segurança de toda a República estava em causa e dever-se-ia escolher não só pelos corpos mas pelos espíritos” (Monteiro & Braga, 2009, pp. 185-187).

Relativamente ao treino do recruta, o autor refere que deveria ser progressivo e conduzido pelos mais experientes, capazes de ensinar aquilo que já sabiam, devendo abordar todas as técnicas necessárias: correr, saltar, nadar, manejar armas e escudos, arremessar mísseis, setas, pedras, dardos, montar a cavalo, transportar equipamento, usar proteções, executar marchas, entre outras técnicas, de forma que o recruta se apresentasse em combate preparado e as exigências do mesmo não o fizessem fugir e desertar ou sucumbir perante o inimigo (Monteiro & Braga, Vegécio *Compêndio da Arte Militar*, 2009).

No seu segundo livro o autor procura apresentar a tradição do antigo exército romano segundo a qual um exército pedestre pode ser constituído. O autor começa por referir os ramos da arte militar, salientando a existência da infantaria, da cavalaria e da marinha e o papel de cada uma em combate, a par de uma descrição detalhada da sua organização e composição, voltando a salientar a necessidade de treino e exercício para integrar estas forças e as forças vindas de diferentes locais, como acontecia com as tropas auxiliares. Neste livro o autor descreve a decadência das legiões, apontando a negligência e a ambição como causas, em que as promoções por favor em vez de mérito eram uma realidade, os soldados licenciados não eram substituídos e também porque a disciplina, o esforço e o rigor na legião eram superiores ao que se verificava nas tropas auxiliares, para onde os soldados começaram a seguir e a prestar juramento. Este segundo livro apresenta com elevado detalhe e clareza a organização e a composição das legiões e das coortes, transmite o significado da simbologia das insígnias utilizadas, identifica os títulos e graus dos oficiais que integravam estas organizações, quais as responsabilidades que detinham e o seu papel na legião, descrevendo de forma simples as dinâmicas e rotinas do exército romano quando em acampamento e em combate. Através da leitura deste livro percebe-se o papel da contabilidade na legião, necessária para elaborar escalas de serviço, contar os soldos a pagar aos soldados e o valor que o dinheiro da legião tinha para os soldados, que não permitia que estes desertassem. Aqui também é revelada a forma

como as promoções deveriam ocorrer, que obrigava a passar por diferentes coortes e diferentes funções até serem promovidos, terminando o livro referindo que a legião deveria transportar tudo para combate de forma que, quando montasse o acampamento, se transformasse numa cidade armada (Monteiro & Braga, Vegécio Compêndio da Arte Militar, 2009).

No seu terceiro livro o autor procura expor os tipos de artes que parecem ser necessárias ao combate terrestre. Aqui o autor aborda as técnicas e as táticas a desenvolver pelo exército, começando com orientações de carácter geral, como sejam o tamanho do exército e os cuidados a ter com a saúde, apresentando também preocupação com as provisões, revelando aqui um pensamento sobre a logística e a sustentação, chegando mesmo a referir que “a fome é mais cruel que o ferro”. Este livro versa ainda sobre a disciplina e o controlo de “motins”, revelando que estes ocorriam quando os soldados não se encontravam acostumados ao trabalho, sendo por isso necessária e fundamental uma disciplina férrea e obediência no exército, podendo tal “desordem” ser colmatada com privações e treino intenso. O autor detalha também as formas de comando e controlo possíveis, apresentando depois os sinais militares para o ouvido e para a vista, materializados através de toques de vários instrumentos e a utilização de insígnias e flâmulas. Neste livro, o autor escreve sobre o local do combate e a sua escolha, como ordenar a linha, a distância entre elementos, a disposição da cavalaria, o posicionamento das reservas, o lugar dos comandantes e outros elementos, os sete dispositivos de combate, a “rotura de combate”, o perigo das emboscadas e o emprego de camelos e elefantes em combate. Este livro apresenta na sua parte final uma “compilação de verdades”, referindo-se o autor às mesmas como “regras gerais da guerra”, podendo inferir-se que tal “resumo” poderia representar o “fecho” do seu trabalho de escrita. No entanto, o autor escreveu um quarto e último livro, onde enumera todas as máquinas com as quais as cidades ou são atacadas ou são defendidas e ainda acrescenta os preceitos da guerra naval (Monteiro & Braga, Vegécio Compêndio da Arte Militar, 2009).

Neste quarto livro o autor detalha sobre os ângulos das próprias paredes, a organização e composição das muralhas e dos muros de apoio, os materiais utilizados, o emprego de materiais inflamáveis, a construção de fossos e as suas características, a disponibilidade e o tipo de pedras, como cortar e obter água, sal e abastecimentos, entre outros pormenores. O autor aborda ainda o ataque conduzido pelos sitiadores e o que se procura com ele, bem como as máquinas que podem ser empregues no ataque e defesa das cidades, o emprego das torres móveis e o seu papel, que passa por superar a altura das muralhas, referindo ainda que poderão ser escavados túneis por baixo das muralhas e onde as torres serão colocadas de forma a fazer desabar a própria muralha

ou levar à queda da própria torre. O autor escreve sobre os meios a empregar pelos sitiadores e pelos sitiados, passando por meios para arremessar pedras e dardos, a forma de combater os aríetes, como conduzir ataques subterrâneos e como atuar se o inimigo conseguir entrar na cidade, como desenvolver ciladas e artimanhas e refere a necessidade de sistemas de alerta, onde os animais como o cão e o ganso assumem papel importante, ao mesmo tempo que os acampamentos dos sitiadores devem ser protegidos contra alguém que saia da cidade para o atacar. O autor aborda também o combate naval, revelando ser importante dispor de uma frota pronta, referindo os detalhes e aspetos a ter em conta no corte e preparação da madeira para a construção das liburnas. Sobre este assunto refere a dimensão das liburnas e o papel dos botes de exploração, ao mesmo tempo que salienta a importância de dominar a arte de navegar, saber quais as melhores alturas do ano para o fazer, perceber as alturas das tempestades, conhecer o mar antes do confronto, dispor de armas e engenhos a bordo das liburnas, identificar as ciladas e a forma de combater do inimigo (Monteiro & Braga, Vegécio Compêndio da Arte Militar, 2009).

5. Impacto prático da obra ao longo da história

Vegécio, por ter sido o primeiro romano-cristão a escrever sobre assuntos militares, foi objeto de estudo durante séculos, sendo a sua obra considerada a “Bíblia militar da Europa” (Encyclopedia Britânica Deluxe edition, 2012).

Segundo Ruiz-Domènec e Costa (2008, p. 9), Vegécio terá sido o pai do conceito de *belum justum* ou “guerra justa”, como forma de conjugar os valores do cristianismo com a necessidade de fazer a guerra, conceito também utilizado por Santo Agostinho na sua obra, mais tarde generalizado e utilizado como fundamento para as cruzadas.

A obra de Vegécio foi alvo de cerca de 320 reproduções (Giacomoni, 2011, p. 12) e inúmeras traduções ao longo dos séculos, sendo muito utilizado como livro de bolso devido ao seu tamanho e à simplicidade da escrita (Sánchez, 2004, p. 5) e inspirou comandantes militares e pensadores da idade média até ao século XIX.

Outro facto que corrobora a importância da obra de Vegécio ao longo da Idade Média é a sua popularidade, traduzida nas inúmeras reproduções de que foi objeto, que a tornaram uma das obras militares mais difundidas no ocidente até Clawsewitz (Wheeler, 2011, p. 1).

Um dos primeiros registos de influência direta da obra de Vegécio encontra-se no tratado *de procinctu romanae militiae*, um manual de treino e instrução militar que resume e adapta a *Epitoma*, publicado por Rábano Mauro (780 – 856), abade de Fulda, escritor e professor do séc. IX, contemporâneo

da dinastia carolíngia, no reinado do imperador Lotair II (Monteiro, Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos, 2009, p. 80).

No séc. XII, João de Salisbury (1115 – 1180), teólogo e pensador Inglês e mais tarde bispo de Chartres, transpôs para a sua obra *Policraticus*, um tratado sobre pensamento político, muitos dos preceitos da *Epitoma* (Monteiro, Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos, 2009, p. 83). Também Gilles de Rome (1247 – 1316), extrapolou para a sua obra *de regimine principum* os ensinamentos de Vegécio, contribuindo de forma decisiva para a grande projeção do tratado de Vegécio na Idade Média (Wheeler, 2011, p. 1).

No séc. XIII, o poeta e escritor Francês Jean de Meun (1250 – 1305) editou uma tradução da *Epitoma*, dando ênfase à ilustração dos sistemas de armas aí propostos (Monteiro, Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos, 2009, p. 88).

Também no Séc. XV, em Ingraterra, o monge beneditino John Lydgate (1370 – 1451) enaltecia nas suas obras os métodos de treino militar preconizados na *Epitoma* e que, face ao seu estatuto junto da corte, terá influenciado o rei Henrique V (Monteiro, Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos, 2009, p. 90), o mesmo sucedendo com a obra de Thomas Hoccleve (1368 – 1426): *Regiment of Princes* (Monteiro, Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos, 2009, p. 99).

Em Castela, o rei Henrique III terá tido a influência de frei Alonso de San Cristobal, com a sua tradução de Vegécio intitulada “Regras Gerais da Guerra”, no final do séc. XIV (Monteiro, Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos, 2009, p. 100), enquanto um século antes, o próprio Afonso X de Castela terá transposto para as suas *Siete Partidas* muitas das ideias de Vegécio (Monteiro, Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos, 2009, p. 103).

Segundo o autor desconhecido de uma reimpressão britânica da *Epitoma* datada de 1940, Ricardo Coração de Leão levava consigo para todas as batalhas um exemplar da *Epitoma*, tal como fizera seu pai, Henrique II. Idêntica utilização terá sido dada por Carlos Magno e pelo Conde Everard de Frejus (Brevik, 2001, p. 2).

Ao nível militar, foi usado por comandantes como o Conde Sebastiano de *Montecuccoli*, nobre italiano que serviu a coroa francesa no séc. XVI (Vinas, 2014), os Condes de Anjou, Ricardo Coração de Leão, rei de Inglaterra (Sec. XII), Maurício de Nassau, Príncipe de Orange (Sec. XVI) e Gustavo Adolfo, rei da Suécia (séc. XVII) (Giacomoni, 2011, p. 12). Neste aspeto, Monteiro (Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos, 2009, pp. 101-110) vai mais longe, enumerando de forma exaustiva as

utilizações militares de ensinamentos da *Epitoma* nas batalhas da Idade Média, das quais se destacam: Carlos o Calvo (823 – 877), na guerra contra os *vikings*, utilizando técnicas de cerco; Foulques de Nera, conde de Anjou (987 – 1040), utilizando técnicas de transposição de cursos de água; Godofredo de Plantageneta, conde de Anjou (1113 – 1151), utilizando técnicas de cerco; Du Gesclin (1320 – 1380), Condestável de França, na Guerra dos 100 Anos; Eduardo III de Inglaterra (1312 – 1377) e seu filho Eduardo, o Príncipe Negro (1330 – 1376), na Guerra dos 100 Anos; Carlos o Temerário (1433 – 1477), utilizando técnicas de cerco, como no cerco de Neuss; Philip de Clèves (1459 – 1528), na Guerra da Holanda e ao serviço da Áustria e da França.

Ao nível da utilização doutrinária, serviu de fonte a diversos autores, desde Jean-Charles de Folard (1669 – 1752), teorizador militar francês do século XVIII, que defendeu a utilização de colunas de infantaria, conjugadas com as tradicionais linhas, explorando a massa, para fazer face ao curto alcance das armas de fogo (Vinas, 2014).

O maior contributo na análise do impacto da obra de Vegécio ao longo da história reside no estudo realizado por Allmand, que investigou inúmeras traduções e reproduções da *Epitoma*, analisando as anotações efetuadas pelos seus proprietários ao longo dos tempos, o que lhe permitiu identificar as personalidades históricas que, de facto, utilizaram a obra e, por outro lado, aferir que partes da obra lograram obter maior destaque dos leitores (Monteiro, Vegécio e os leitores medievais - a última estocada, 2013, p. 3).

Assim, para além, da forte influência que a obra teve a nível monástico até ao séc. XII, Allmand realça as influências diretas ou indiretas nos grandes estratégias militares da Idade Média. Como exemplo, realça a influência de Vegécio em Philippe de Mézières, preceptor de Carlos VI de França (1368 – 1422) ou a influência direta nos *condottieri* Francesco Sforza (1401 – 1466) e Braccio da Montone (1368 – 1424) (Monteiro, Vegécio e os leitores medievais - a última estocada, 2013, p. 13).

No entanto, a influência de *De Re Militari*, não se cinge ao campo militar. De facto, muitos autores de outras áreas do saber utilizaram as máximas de Vegécio nas suas obras, como são exemplo, João de Salisbury e Gilles de Roma, que lhe concederam dimensão política (Monteiro, Vegécio e os leitores medievais - a última estocada, 2013, p. 14).

Allmand regista também a influência de Vegécio em tratadistas militares como Cristina de Pisano que, através das suas obras *Livre du Corps de Police* e *Livre Des fais d'armes et de chevalerie* influenciou fortemente a coroa francesa, contribuindo para as reformas do rei Carlos VII que levaram à constituição de um Exército profissional permanente através das Companhias de Ordenanças (Monteiro, Vegécio e os leitores medievais - a última estocada, 2013, p. 16).

Ao nível das reformas militares, a obra de Vegécio terá tido influência direta em grandes nomes como Carlos o Temerário (1433 – 1477), que aplicou os métodos de seleção, treino e disciplina preconizados na *Epitoma* (Monteiro, Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos, 2009, p. 92) e se inspirou nas estruturas das legiões romanas como base para as suas “Ordenações borgonhesas” (Monteiro, Vegécio e os leitores medievais - a última estocada, 2013, p. 17), enquanto Nicolau Maquiavel verteu nas suas principais obras “O Príncipe” e “A Arte da Guerra” muitos dos ideais de Vegécio, desde a necessidade de um exército profissional, voluntário, leal e devidamente treinado, ao monopólio estatal da violência, passando pelas táticas de decepção e construindo os princípios da guerra a partir das intemporais “Regras Gerais da Guerra” vegecianas (Monteiro, Vegécio e os leitores medievais - a última estocada, 2013, p. 18).

Com o advento da imprensa, multiplicaram-se as reproduções da *Epitoma*, tornando-a numa obra de divulgação universal e de fácil acesso, contribuindo para o aumento da sua divulgação.

6. Questões e problemas do presente que podem ser colocadas à obra

A obra de Vegécio, sendo um dos principais tratados da antiguidade, tem uma preponderância do ponto de vista da História, constituindo-se como fonte primária para diversos estudos e permitindo compreender a dinâmica do fim do Império Romano do ocidente, enquanto a análise das diversas traduções e adaptações que sofreu ao longo dos séculos, permite identificar o cunho que os autores subsequentes lhe procuraram dar. Esta abordagem é confirmada por Ruiz-Domènec e Costa, quando afirmam que a obra “é de inestimável valor para o estudo da estrutura, organização e disciplina da legião clássica.” (2008, p. 5).

Em termos militares, com o fim da guerra fria, o mundo ocidental desenvolveu um sentimento de ausência de guerra, assumindo a inexistência de um inimigo declarado e desinvestiu nos orçamentos de defesa, conferindo enorme atualidade à passagem da *Epitoma* citada por Bichara: “a segurança da longa paz arrastou parte dos homens às ocupações civis, de sorte que primeiro se descurou do adestramento militar e depois se lhe dissimulou a prática” (Bichara, 2004, p. 22).

De facto, os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 colocaram-nos perante uma ameaça real, embora difusa, obrigando a uma diferente abordagem. Os ditames de Vegécio sobre treino, organização, liderança, logística, etc. permanecem atuais e a sua intemporalidade permite que os seus conceitos continuem a ser versados nos manuais doutrinários modernos.

E se tal acontece, será que esta obra, que representa um “grito de revolta” contra o declínio de um grande império, não contém a resposta para os vários desafios que a Europa enfrenta atualmente, enquanto espaço político e monetário de relevo mundial, que incorporou diversos povos e Estados até ao limite das suas fronteiras e que agora se vê confrontada com ameaças e desafios a Sul, como sejam o terrorismo no Norte de África (Mali e Tunísia) e a emigração (no mediterrâneo), a Este, com o surgimento do Estado Islâmico no Iraque e a guerra “interminável” na Síria e a Nordeste, com o ressurgimento do “gigante russo” e a sua “política expansionista” com a ocupação da Crimeia, “pseudo anexação” de províncias da Ucrânia e agitação nos Estados do Báltico, ao mesmo tempo que internamente a Grécia desafia a sua “autoridade”?

Apesar de esta obra não ter conseguido impedir o declínio do Império Romano, teve o mérito de ser seguida durante muito tempo podendo, ainda hoje, ser interpretada à luz de acontecimentos no mundo ocidental, podendo servir de referência à reestruturação dos exércitos no espaço europeu que, no passado recente, sofreram cortes significativos nos seus orçamentos e que agora se veem confrontados com novas ameaças e desafios à segurança dos seus povos.

É esse teor concetual da obra, que lhe confere um caráter de perenidade e intemporalidade e garante a sua utilidade e atualidade, como se pode constatar a partir da sua mais famosa máxima: “*Igitur qui desiderat pacem, praeparet bellum*”, ou seja, “quem deseja a paz, prepare a guerra”.

Bibliografia

- Araujo, B. O., 2012. *Uma introdução ao Baixo Império Romano: Pesquisa e Debate Científico no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Bichara, R., 2004. [Em linha] Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2004/rodrigo_bichara.pdf [Consult. 09 jun. 2015].
- Brevik, M., 2001. [Em linha] Disponível em: www.digitalattic.org/home/war/vegetius/ [Consult. 14 jun. 2015].
- Encyclopedia Britânica Deluxe edition, 2012. *Vegetius*. Chicago: Encyclopaedia Britânica.
- Giacomoni, M. P., 2011. *Ecos de uma tradição: a ideia de decadência na obra Epitoma Rei Militaris. de Flavius Vegetius Renatus*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Giacomoni, M. P., 2011. [Em linha] Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30637/000779759.pdf?...1> [Consult. 13 jun. 2015].

- Monteiro, J. G., 2009. Vegécio e a prática militar medieval: influência real e condicionalismos. *Biblos*, Volume VII, pp. 69-118.
- Monteiro, J. G., 2013. Vegécio e os leitores medievais – a última estocada.
- Monteiro, J. G. & Braga, J. E., 2009. *Vegécio Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ruiz-Doménec, J. & Costa, R. d., 2008. [Em linha] Disponível em: http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2008_02.pdf [Consult. 09 jun. 2015].
- Sánchez, A. D. D., 2004. [Em linha] Disponível em: <http://deim.urv.cat/~blas.herrera/reimilitarisesp.pdf> [Consult. 13 jun. 2015].
- Vinas, A., 2014. *Méditerranées*. [Em linha] Disponível em: http://www.mediterranees.net/civilisation/armee_romaine/vegece/ [Consult. 14 jun. 2015].
- Wheeler, E., 2011. [Em linha] Disponível em: www.history.ac.uk/reviews/review/1293 [Consult. 14 jun. 2015].

A ARTE DA GUERRA – NICOLAU MAQUIAVEL

Major de Transmissões Pedro Santos
Major de Material Tiago Costa
Major de Artilharia José Maldonado

1. Contextualização do espaço em causa e da época

A presente obra foi publicada por Nicolau Maquiavel em 1521 na cidade de Florença, uma das cidades-estado da Península Itálica. Nesta península foram travadas sucessivas guerras entre os finais do séc. XV e início do séc. XVI.

De salientar que no período que antecede à publicação da obra, dão-se dois acontecimentos que marcaram a alteração do paradigma de conflitualidade na Europa. O primeiro está relacionado com a revolução no emprego da utilização das armas de fogo, nomeadamente o emprego da artilharia, pelo que, com consequência, dá-se o desenvolvimento das fortificações geométricas (Parker, 1988). O segundo acontecimento está relacionado com o culminar da Guerra dos Cem Anos em 1475 (Seward, 1999) onde a utilização das técnicas de infantaria atingem o seu expoente máximo. Estes dois acontecimentos são os impulsionadores da “revolução militar” descritos na obra “*The Military Revolution*” de Geoffrey Parker (Alvarez, 2014).

Após o fim da Guerra dos Cem Anos, França passou a desviar a atenção do reino de Inglaterra para ocupar-se com a Península Itálica, pelo que em 1494, deu-se o início da invasão francesa nessa península. Essa ação provoca desde logo uma grave crise social italiana, especialmente nos campos moral e militar, pelo que se inicia o declínio de um período de prosperidade no tocante à economia e à cultura (Baron, 1966).

A invasão à península italiana aconteceu por ordem do rei Carlos VIII de França, para, de uma parte, requerer o trono de Nápoles e, de outra, reforçar o apoio a Ludovico Sforza¹ do Ducado de Milão (Martelo, A Arte da Guerra, 2010). Em novembro desse mesmo ano, Florença governada por Piero de Médici submete-se às forças francesas. Contudo, nesse mesmo ano, dá-se a libertação de Florença por parte de França, com a expulsão do seu anterior governante, dando-se, desta forma, início a um regime Republicano no qual Maquiavel fez parte. Face a essa situação, os prósperos Principados e

¹ Era regente do sobrinho que tinha apenas sete anos na altura (Duque de Milão).

Repúblicas do Norte de Itália entram num período de grande instabilidade originando múltiplas guerras entre si.

Em janeiro de 1495, Carlos VIII conquistou Roma com a ajuda de mercenários escoceses, suíços, alemães e italianos, destacando-se de entre aqueles, Fabrizio Colonna (o principal interlocutor da obra *A Arte da Guerra*), que desempenhou funções de comando equiparadas a um general na época presente (Martelo, *A Arte da Guerra*, 2010).

O papa Alexandre VI acabou por não atuar, pelo que o exército invasor acabou por ser beneficiado com a situação existente.

Contudo, o rei de Nápoles, Fernando II viu-se impossibilitado de deter o exército francês, quicá pela mudança de campo de vários mercenários, sendo que, em fevereiro de 1495, a cidade de Nápoles caiu para o exército invasor.

Entretanto, em 1495, é formada por Milão, Veneza, o imperador alemão Maximiliano de Áustria, o papa Alexandre VI, e por Fernando, rei de Aragão, uma coligação contra Carlos VIII. Esta acabou por obrigar as forças francesas a recuar para o Norte de Itália.

Em julho de 1496, Fernando II com o apoio de um pequeno exército espanhol, liderado por Gonçalo de Córdoba, reconquistou Nápoles. De realçar que a partir desse momento, Fabrizio Colonna passou a apoiar Fernando II.

Em 1498, dá-se o falecimento de Carlos VIII subindo ao trono Luís XII, descendente de Valentina Visconti. Pelo facto da família Visconti ter sido lesada do poder pela família Sforza em 1450, Luís XII passa a ambicionar para além de Nápoles o Ducado de Milão. O papa Alexandre VI e Veneza passam a apoiar Luís XII na sua pretensão. Em agosto de 1499, o exército francês entra em Itália e obriga Ludovico Sforza a retirar-se de Milão.

A 11 de novembro de 1500, dá-se o Tratado de Granada, no qual Fernando de Aragão e Castela aceita apoiar a pretensão de Luís XII à coroa de Nápoles, sendo esta dividida entre a França, Aragão e Castela.

Em 1501, Fernando II apercebe-se da traição do seu antigo aliado e acaba por ser, nesse mesmo ano, derrotado dada a superioridade francesa, caindo todo o reino nas mãos dos invasores.

Em virtude do Tratado de Granada, procedeu-se à partilha do território conquistado pelos franceses e pelos espanhóis, sendo que em 1502 se dá início ao desentendimento entre os dois países. A partir desse momento, encetaram-se combates entre esses dois reinos, tendo Fabrizio Colonna apoiado as tropas espanholas.

No início de 1504, iniciou-se uma trégua, que duraria três anos, entre a Espanha e a França, pelo que, nessa altura, deu-se um alívio de conflitos no Norte de Itália. Face a essa situação, aumenta-se a intensidade do conflito entre Florença e Pisa, permitindo que Maquiavel organizasse um exército, em

1505, composto apenas por florentinos, deixando de parte os apoiantes mercenários. Os resultados acabaram por não ser os esperados, assistindo-se, assim, ao início do declínio de Florença no contexto geográfico italiano.

Entretanto, em 1507, desencadeou-se uma série de conflitos, devido a desentendimentos entre o imperador Maximiliano da Alemanha e Veneza, pelo que face a alianças estabelecidas, o papa Júlio II excomunga a República Veneziana, antes da manobra militar entre a coligação secreta² de Maximiliano e Veneza.

Entretanto, Veneza inicia esforços no sentido de, através de vias diplomáticas, persuadir o papa Júlio II a abandonar a coligação. O papa acaba por reconsiderar a posição tomada relativamente à coligação, nomeadamente, face à postura Francesa em solo italiano, pelo que em fevereiro de 1510 se dá a reconciliação com a República de Veneza. Assim, os venezianos recuperaram a iniciativa dos combates, voltando a existir disputas em solo italiano, que opunham franceses e espanhóis. O exército espanhol, nessa altura, apresentou, então, um ultimato à República de Florença, pondo fim ao regime republicano e atribuindo o poder à família Médicis. Os florentinos não conseguiram resistir face ao desequilíbrio de exércitos pelo que em setembro de 1512 os Médicis recuperaram o poder perdido em 1494. Devido à desproporção de poder ao nível das tropas, os florentinos foram vencidos e os Médicis recuperaram, assim, o poder que haviam perdido em 1494 (Lynch C., 2003).

Nesse momento, Veneza estabelecia uma aliança com a França, de forma a enfrentar o Ducado de Milão. Os suíços acabaram por aliar-se à República de Veneza, sendo que, quando o exército francês se preparava para atacar as proximidades de Novara, este viu-se surpreendido pela resistência encontrada, sendo derrotado e retirando-se para França.

O papa Júlio II iniciou, então, esforços para pôr fim à guerra em curso na Península Itálica, sendo que as suas diligências acabaram por ser parcialmente sucedidas, uma vez que se manteve apenas uma guerra de baixa intensidade entre o imperador alemão e Veneza.

Em janeiro de 1515, deu-se a sucessão ao trono francês por parte de Francisco I intitulado-se rei de França e duque de Milão. Francisco I garantiu a vitória militar e política, devido à ausência de resistência por parte de Maximiliano Sforza.

Por conseguinte, assinou-se um acordo de paz entre Francisco I e o papa Leão X, o que levou à retoma do poder, em Florença, pelos Médicis. Foi ainda concedido por parte do papa a possibilidade do exército espanhol conduzir até Nápoles as suas forças sobre os Estados Pontifícios.

² França, Espanha, Hungria e Estados Pontifícios.

Neste enquadramento foi possível descrever uma parte das guerras de Itália que antecederam a escrita da obra *A Arte da Guerra*, que data de 1519. De salientar que estes conflitos apenas terminaram a 3 de abril de 1559, com o Tratado de Cateau-Cambrésis, que implicou o abandono do domínio francês em Itália (Martelo, *A Arte da Guerra*, 2010).

2. Contextualização do autor

Nicolau Maquiavel (Niccolò di Bernardo dei Machiavelli), escritor, político, nasceu em Florença a 3 de maio de 1469, sendo o terceiro de quatro filhos de Bernardo Maquiavel e Bartolomeu Nellia, e o primeiro rapaz. Em 1501, com trinta e dois anos de idade, casou-se com Marietta di Luigi Corsim, com quem teve seis filhos. Faleceu a 21 de junho de 1527, com cinquenta e oito anos de idade.

Em termos da sua educação, desde cedo, que seu pai, Bernardo Maquiavel, se empenhou na procura de lhe proporcionar as melhores condições possíveis, tendo aos sete anos de idade começado o estudo da matemática, aos oito, entrado para a escola de Batista de Poppi e, aos doze anos iniciado o estudo do latim (Maquiavel, 2002, p. 13).

A sua vida foi marcada pela transição de uma era, coincidente com o desabrochar da Idade Moderna e com todo o conjunto de transformações desse facto decorrentes, tal como, a abolição do conceito de estado feudal, caracterizado pela descentralização política, onde cada nobre era detentor de parte da soberania, para o conceito de estado moderno, caracterizado pela centralização e unificação do Poder, e do qual Maquiavel “será um dos principais ideólogos” (Maquiavel, 2002, p. 16). Nicolau Maquiavel foi contemporâneo dos grandes descobrimentos marítimos, e viveu num dos períodos mais conturbados por parte da Igreja Católica, com uma sucessão de conflitos entre os Estados Pontifícios e outros Estados, como a França, e substituição de papas.

Em termos profissionais, Maquiavel, iniciou funções no mundo da política em 1498, após a família Médici ter sido expulsa de Florença, esta ter sido proclamada uma república, e Savonarola, que tinha tomado o poder de Florença após a família Médici, ter sido condenado e queimado na fogueira. De 1498 a 1512, desempenhou o cargo de secretário da segunda chancelaria do governo de Florença, onde exerceu funções relacionadas com os assuntos militares (guerra), em que “pessoalmente observou e reportou ao seu governo, a dimensão, composição, armamento, moral e capacidades logísticas dos mais eficazes exércitos dos seus dias” (Machiavelli N., *The Art of War*, 2003, p. xiv) e, especialmente, com os assuntos das relações externas de Florença com os outros Estados. Assim, até 1512, altura em que a família Médici volta a exercer a sua autoridade em Florença e Maquiavel é exonerado das suas

funções. Realiza várias missões diplomáticas, que lhe permitem uma contínua aprendizagem sobre assuntos da política e do contexto militar, para além de conhecer e travar experiências com diversas personalidades da época, nomeadamente, César Bórgia, filho do papa Alexandre VI, o qual, por intermédio de um conjunto de ações políticas e militares, defende a ideia da unificação italiana³, igualmente compartilhada por si. Em 1505, Maquiavel, recebe a incumbência de constituir uma milícia para a República de Florença, tendo recrutado, organizado e treinado as tropas. Contudo, este seu trabalho foi considerado como não oferecendo as garantias às instituições republicanas e conseqüentemente abandonado (Maquiavel, 2002, pp. 17-19) (Machiavelli, 1905, pp. xi-xiii). Durante todo esse período, 1498-1512, Maquiavel é autor de inúmeros relatórios, despachos e monografias decorrentes das várias missões diplomáticas, e tendo “Por dever e por conveniência acompanhar de perto a política interna de Florença, onde os seus inimigos e rivais abundavam. E em todos esses anos, ele estava realizando com vigor incessante e indizível o grande sonho de sua vida militar, a fundação de uma Milícia Nacional e a extinção de Companhias Mercenárias” (Machiavelli, 1905, p. xiii).

Entretanto, e tal como já referido anteriormente, em 1512, e com o regresso da família Médici ao poder de Florença, Maquiavel é exonerado de todas as suas funções e proibido de ter acesso aos locais públicos. No início de 1513, e no âmbito de uma conspiração contra a família Médici, Maquiavel faz parte dos suspeitos, sendo preso, torturado e condenado à prisão. Contudo, por falta de provas, é posteriormente libertado. Após este acontecimento, tenta, sem êxito, regressar novamente à vida política, procurando então, o exílio, na propriedade da sua família de San Andrea in Percussina, a cerca de quarenta quilómetros de Florença.

Em 1519, após morte de Lorenzo, membro da família Médici, é convidado pelo Cardeal Júlio Médici para auxiliar na organização política do Estado, e, um ano mais tarde, convidado pela Universidade de Florença para escrever a história da cidade, obra que nunca chega a acabar. Em 1526, Maquiavel realiza o estudo da fortificação de Florença, falecendo no ano seguinte, após a instauração da Segunda República, e mais uma vez ter sido “condenado” ao ostracismo (Maquiavel, 2002) (Machiavelli, 1905).

³ Na época em que Nicolau Maquiavel viveu, 1469-1527, Itália era composta por diversos Estados soberanos de dimensões territoriais, regimes políticos, sendo os principais, o Reino de Nápoles; os Estados Pontifícios, controlados pela Igreja; o Estado de Florença; o Ducado de Milão; e a República de Veneza; que em face da ausência de um poder centralizador e de uma ideia de integridade nacional, estavam suscetíveis, à ambição de monarquias como a Espanha, França, entre outros.

Nicolau Maquiavel, foi autor de diversas obras, muitas delas escritas ou iniciadas, durante o período em que esteve exilado, destacando-se a peça de teatro *Mandrágoras*, apontada como a melhor comédia do Renascimento (Maquiavel, 2002, p. 22), e, as obras clássicas e de grande difusão, *O Príncipe*, escrito em 1513; os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, escritos entre 1513 a 1520; e, *A Arte da Guerra*, escrito entre 1519 a 1520.

Durante o período de exílio, e de acordo com carta por si escrita e enviada ao seu amigo Francesco de Vettori, embaixador de Roma e com ligações à família Médici, Maquiavel, para além da angústia e solidão com que vivia, sempre procurou recuperar a sua vida política, e nos períodos da noite, em que conseguia encontrar alguma serenidade, dedicar-se ao estudo de assuntos tão veementes, como a política e a vida militar “[...] Chegando a noite, volto à minha casa e entro no meu gabinete de trabalho. Tiro as minhas roupas cobertas de sujeira e pó, e visto, as minhas vestes mais dignas das cortes reais e pontifícias. Assim, convenientemente trajado, vistas as cortes principescas dos gregos e romanos antigos. Sou afetuosamente recebido por eles e me nutro do único alimento a mim apropriado e para o qual nasci. Não me acanho ao falar-lhes e pergunto das razões de suas ações; e eles, com toda a sua humanidade, me respondem. [...] O que me leva dedicar o meu opúsculo a Juliano (Médici) é a necessidade que me aflige, porque me consumo e não posso continuar por muito tempo assim sem que a pobreza faça de mim indivíduo desprezível; e depois, eu gostaria que os Médici me dessem um emprego [...] Quanto ao meu tratado (*O Príncipe*), se for lido perceber-se-á que os quinze anos que passei aprendendo a arte da política, não os passei nem dormindo nem brincando; e deveria haver grande interesse em se servir de um homem cheio de experiência adquirida à custa de outrem.” (Maquiavel, 2002, pp. 19-20). É então neste contexto de exílio, e marcado pelas diversas circunstâncias e experiências de vida, assim como, da própria sociedade em que viveu, que Maquiavel escreve ou inicia a escrita das suas maiores obras, e que ainda hoje perduram.

3. Propósitos da obra à época

A obra foi publicada em Florença no ano de 1521, ainda durante a vida do autor, com o título “*Libro della arte della guerra di Niccolo Machiavegli cittadino et segretario Fiorentino*” (Lynch C., 2003), refletindo a “preocupação de Maquiavel com o efeito dos conflitos na sociedade” e apresentando conceitos consolidados “acerca da organização militar e o relacionamento próprio entre o Exército, o Estado e o Indivíduo” (Lynch C., 2003).

Vivia-se o auge do Renascimento e para o autor, o reviver da perfeição da antiguidade “não se devia ficar pelas belas artes, prolongando-se no ordenamento social, na política e na forma de fazer a guerra” (Wook).

As guerras que assolaram a Península Itálica nos finais do séc. XV e princípios do séc. XVI, a par das suas missões diplomáticas na Península e em cortes estrangeiras, onde tomou contacto com outras realidades, influenciaram o entendimento de Maquiavel sobre a arte da guerra.

“A forma europeia de fazer a guerra havia-se tornado prolongada e indecisa” (Geigner), tendo as novas fortificações inviabilizando as técnicas de cerco até então usadas. Não existiam Exércitos profissionais nacionais, sendo a força militar composta essencialmente por mercenários, designados de *condottieri*, que não eram de confiança (Geigner). Esta opção representava um risco, pois o governante seria obrigado a negociar a vitória alcançada com os *condottieri*, sob pena de ter o seu Estado invadido (RAMOS).

Procurando dar resposta a esta situação e criar bases para uma reforma da instituição militar de então, Maquiavel escreve *A Arte da Guerra*, focando-se na forma de levantar “um Exército efetivo capaz de servir como um instrumento de confiança da política” (Geigner).

Centrando-se na importância da unidade da Nação e ciente do perigo, instabilidade e custos elevados da dependência de mercenários para empreender os conflitos armados, enquanto Secretário do Estado, em 1505 propõe uma lei que preconizava a organização de uma milícia florentina, em linha com “uma de suas ideias preferidas: a fundação de uma República está em justiça e armas”[...] “A lealdade de um exército nacional é ao príncipe, enquanto a lealdade primária dos mercenários é devida ao dinheiro”, (Júnior H. d.) sendo este desiderato seguidamente incluído na sua obra.

Maquiavel advoga que “sem o apoio militar as boas instituições não podem sobreviver em boa ordem” (Júnior H. d.) e apesar de não ser militar de profissão, sempre demonstrou um profundo interesse pela arte militar e entende que a instituição militar sob o controlo do Estado, é condição primária para existência e estabilidade no mesmo. Inerente à necessidade de cada Estado possuir o seu próprio Exército, Maquiavel procura dar a atenção necessária à ocupação dos Soldados após as guerras, apontando exemplos do passado em que estes se “reuniram em bandos para saquear o país, sem que isso pudesse se evitado” (RAMOS), comprometendo a estabilidade social e a segurança pública.

Após a queda da República Florentina em 1512, Maquiavel foi destituído do cargo público que detinha. Durante os 14 anos seguintes, numa tentativa de voltar a recuperar a sua posição política, reúne na presente obra o seu entendimento sobre a importância, organização e aplicação do instrumento militar para a defesa de um Estado. Este trabalho é assim oferecido à família Médici, então governante, consubstanciado numa carta enviada a Lorenzo di Médici.

O autor reconhece que a disciplina e as virtudes apreendidas numa organização militar devidamente funcional, possuem elevado valor para a

vida cívica na comunidade (Sloan). De igual forma, ilustra a necessidade do aprovisionamento e fortificação das cidades, advogando que estas medidas criam um efeito de dissuasão num potencial ataque inimigo, citando o exemplo Germânico (RAMOS).

Quanto ao armamento, Maquiavel escreveu a obra num momento de transição do paradigma de conflitualidade na Europa que conduziu ao seu desenvolvimento, nomeadamente ao nível do poder de fogo da artilharia, que inclusivamente já tinha dado provas do seu valor nas Batalhas de Ravenna (1512), Novara (1513) e Marignano (1515) na península Itálica (Machiavelli, 1905). Contudo, o autor não atribui primazia ao papel do poder de fogo no campo de batalha, mantendo o seu alinhamento com o modelo do exército romano, que realça a superioridade da infantaria ligeira. Salienta ainda a importância dos soldados utilizarem as suas próprias armas e saberem utilizá-las eficazmente em combate (RAMOS).

Sugerindo um regresso aos métodos militares greco-romanos, reintroduziu a importância do treino, disciplina e classificação para a profissionalização dos Soldados (Geigner). Refere igualmente que o “Comando deve estar nas mãos de um só homem, [...] o sucesso militar depende da ordem e da disciplina [...] e o treino nunca está acabado nem completado.” (Geigner).

Para Maquiavel, uma liderança forte e capaz era uma condição essencial para um governo de sucesso, tanto militarmente como politicamente. São disso exemplos os diversos requisitos e métodos encontrados ao longo da sua obra, para estabelecer uma boa liderança, sendo focadas as características que o líder deve possuir, o que deve saber e como deve agir (Sloan). Para além de uma liderança forte “o Comandante deve estar plenamente familiarizado com as ferramentas do seu ofício” (Sloan), sendo fundamental reconhecer a importância de um planeamento cuidadoso e detalhado, a par do cumprimento de princípios gerais estabelecidos. Estes são consubstanciados ao longo da obra, como princípios gerais a par de táticas de manobra específicas, que devem ser cumpridas por um Comandante para alcançar o sucesso na guerra.

Expõe que o objetivo da guerra deve ser a completa derrota do inimigo no terreno, e que a decisão pela batalha deve enformar toda a campanha militar, sendo esta cuidadosamente planeada e coordenada, com vista a ser terminada o mais rapidamente possível com a obtenção de um resultado decisivo (Geigner).

Maquiavel entende que a guerra não deve ser mais uma função de uma classe especializada de guerreiros que lutam por interesses privados, mas sim função da atividade central do Estado e inerentemente responsabilidade do governante e dos cidadãos. Neste particular, sublinha que estes devem perceber e participar nos assuntos militares, fator essencial para deter

o controle de um exército. Destaca ainda que a criação de um exército não deve esperar pelo surgimento de uma emergência, mas deve ser resultado de um longo e cuidadoso planejamento (Sloan).

4. Conteúdo da obra

A Arte da Guerra consiste em sete livros onde, à exceção do prefácio e do Livro I em que o autor usa a primeira pessoa, existe um diálogo entre o *condottieri Fabrizio Colonna*, um dos líderes militares Italianos mais experientes, e vários senhores florentinos, nomeadamente *Cosimo Rucellai* que foi um dos dois homenageados na dedicação da obra os Discursos de Maquiavel. Segundo o autor, o diálogo ocorre durante uma visita de *Colonna* a Florença em 1517, nos jardins da família *Rucellai (orti Oricellari)*, palco de habituais reuniões intelectuais.

No prefácio, Maquiavel expõe o motivo pelo qual escreveu a obra, levar os militares de volta aos modos antigos do Império Romano, em que os militares estão integrados no Estado de forma a promover o bem comum em vez de o corromper (Lynch C., 2003).

No Livro I o autor estabelece a ocasião para o diálogo, abordando muitos dos temas da sua outra obra, o Príncipe, nomeadamente: que os contemporâneos devem imitar os antepassados, especialmente os Romanos e o período republicano; num Estado bem ordenado, seja monarquia ou República, o melhor Exército é composto por Cidadãos, que em tempo de paz reverterem para ocupações pacíficas; as melhores organizações militares são baseadas em milícias de infantaria, compostas por cidadãos locais, treinadas em tempo de paz, imbuídas de patriotismo e combinando militares menos experientes com veteranos. É ainda abordada a Milícia Florentina, que o autor ajudou a organizar e a treinar, mas que sofreu uma pesada derrota em 1512 quando confrontou o Exército Espanhol na cidade Toscana de Prato, conduzindo ao colapso da República Florentina e à conseqüente demissão de Maquiavel do seu cargo público (Lynch C., 2003).

O Livro II aborda a superioridade da infantaria face à cavalaria e conseqüente papel central em qualquer Exército, defendendo que uma força “deve mista, consistindo primariamente em lanceiros e portadores de escudos. Estes serão acompanhados de escaramuçadores de infantaria ligeira, armados com arcos, bestas, físgas, arcabuzes e cavalaria” (Lynch C., 2003). Também é detalhada a forma correta de organizar esta força, focando a unidade tática fundamental e suas subdivisões, formações para marcha e para combate e mudanças de formação.

No Livro III é explicado como o exército ideal de Maquiavel conduziria uma batalha campal, frisando como a força deveria estar treinada em tempo

de paz para ser eficaz em tempo de guerra. Destaca-se a reduzida importância que Maquiavel dá à Artilharia para conferir um resultado determinante na batalha, bem como a ênfase colocada na necessidade de manter uma organização no campo de batalha, baseada na utilização de bandeiras e instrumentos musicais (Lynch C., 2003).

O Livro IV reconhece que nenhuma única formação ou conjunto de táticas irá servir todas as situações, sendo relevada a flexibilidade na formação e nas táticas que um comandante deve exibir, adequadas à dimensão relativa e composição das suas forças, bem como ao terreno (Lynch C., 2003). São identificados aspetos ligados à liderança e ação de comando que um Comandante deve exibir para ser eficaz na batalha e para conservar o moral das tropas. É igualmente referida a importância de conhecer o inimigo e características do seu comandante. Neste livro e nos subsequentes, “Maquiavel sugere e reforça que irá melhorar as hipóteses de vitória. A vitória, não retidão cavaleiresca, é o propósito da guerra!” (Lynch C., 2003).

O Livro V abrange aspetos relacionados com a ordem de marcha através de território hostil, com vista a evitar emboscadas, sendo referido que quando alguém marcha em território inimigo, suporta um perigo maior do que na própria batalha (Lynch C., 2003). São ainda abordadas medidas contra os ardis do inimigo, provisão de víveres em campanha, travessia de rios, evasão de situações de cerco, entre outros.

No Livro VI Maquiavel apresenta um modelo do acampamento adequado para o Exército, baseado na castra utilizada pelas legiões romanas (Lynch C., 2003), focando aspetos ligados ao posicionamento dos diferentes elementos, segurança, medidas sanitárias, entre outras. Dá primazia à seleção do local tendo como referencial a possibilidade de obtenção de recursos para a sustentação das forças, em detrimento de uma posição dominante, partindo do pressuposto que pudesse ser fortificado. Também indica formas de enganar, surpreender e enfraquecer o inimigo, domínio de povos vencidos e inconvenientes de fazer a guerra no Inverno. O livro também destaca a necessidade de uma ação disciplinar pública, elogiando o sistema duro usado nos exércitos romanos (Lynch C., 2003).

O Livro VII inclui considerações sobre construção de fortificações, sua defesa ativa e passiva, a escassez de víveres e procedimentos em situações de cerco, bem como o cerco e tomada de posições fortificadas. O livro termina com uma síntese dos conselhos chave para se ser bem-sucedido na guerra, seguindo-se a explicação do porquê de *Colonna* nunca ter aplicado verdadeiramente os conselhos que recomendava. Para tal, requeria “as ações de um príncipe poderoso, não um soldado contratado.” “Destá forma, Maquiavel

retorna ao seu ponto inicial: fazer a guerra é uma questão, não do indivíduo, mas do Estado” (Lynch C., 2003).

5. Impacto prático da obra ao longo da história

O interesse e impacto da obra *A Arte da Guerra* ao longo da História têm sido marcados por diversas opiniões, algumas totalmente antagônicas, e divergindo igualmente, durante os seus vários períodos temporais. Esse mesmo facto é referido em muitas das traduções atualmente existentes da obra, e que referem o interesse de *A Arte da Guerra* por parte dos diversos historiadores, teorizadores e grandes chefes militares, e possível influência da mesma, nas suas ações. Exemplo desse antagonismo está bem patente numa das frases iniciais da tradução de *A Arte da Guerra* realizada por Ellis Farnsworth, quando refere “Inquestionavelmente Niccolò Machiavelli é um dos maiores teorizadores políticos e artistas literários da nossa civilização. Contudo, sua importância como pensador militar tem sido geralmente negligenciada no mundo de fala inglesa [...]” (Machiavelli N., *The Art of War*, 2001, p. ix).

Contudo, de forma igualmente fácil, é possível encontrar argumentos que defendem a importância e impacto da obra *A Arte da Guerra* de Nicolau Maquiavel, como é exemplo a presente afirmação “Ele prevê o futuro militar da Europa embora a sua Itália seja a última a ganhar a sua redenção de acordo com os seus planos. [...] Podemos reconhecer Machiavelli, como um verdadeiro profeta inspirado no seu conhecimento universal dos princípios da disciplina militar, e como um dos mais influentes pensadores na essência da técnica militar, com uma precisão totalmente alheio ao seu período” (Machiavelli N., *Machiavelli*, 1905, p. xlix), que para além de reconhecer o mérito da obra, realça o seu impacto na História Militar.

A corroborar igualmente o impacto de *A Arte da Guerra* ao longo da História, nomeadamente, da História Militar, está a influência da obra na “maneira de fazer a guerra”. Ellis Farnsworth é um dos autores que refere esse mesmo impacto, afirmando que Nicolau Maquiavel com a sua obra *A Arte da Guerra* começa desde logo por influenciar em 1534, a instauração, por parte do rei Francisco I de França, da organização romana da legião nas milícias provinciais francesas, conforme preconizada por Maquiavel, ainda que, posteriormente, esta não tenha obtido os resultados desejados. No entanto, nos finais do século XVI e início do século XVII, este mesmo conceito irá ser aplicado com êxito, por outros dois grandes chefes militares, Maurice Nassau e Gustavo Adolfo. Maurice Nassau, aplica nos seus exércitos, a disciplina, que tão bem caracteriza a organização da legião romana, e é tida como princípio essencial a qualquer força militar, segundo Maquiavel, assim

como o treino, igualmente tido como princípio supremo por Maquiavel (Machiavelli N., *The Art of War*, 2001, pp. xxxi-xxxii).

De igual modo, e já no século XVIII, facilmente se constata do impacto de *A Arte da Guerra* no contexto militar, conforme afirmado por Voltaire⁴ “Observemos que os arranjos, a marcha, e a evolução do conceito de batalhões, quase como eles agora são praticados, foram revividos na Europa por alguém que não era militar – por Maquiavel, que era secretário de Florença. Batalhões de três, quatro e cinco profundidades; batalhões que avançam sobre o inimigo; batalhões em quadrado para evitar serem divididos numa derrota; batalhões de quatro profundidades sustentados por outros da coluna; batalhões ladeados por cavalaria – todos são dele. Ele ensinou à Europa a arte da guerra; Há muito tempo praticada, sem ser conhecida.” (Machiavelli N., *The Art of War*, 2001, p. xxxii).

Durante o século XIX, apesar dos muitos contestatários à obra *A Arte da Guerra* de Maquiavel, é possível ainda assim, constatar do seu impacto na História, nomeadamente, no que concerne à aplicação do princípio do treino, da liderança, da iniciativa e do uso da decepção, muito comuns nos exércitos de Napoleão Bonaparte (Machiavelli N., *The Art of War*, 2001, p. xlv), e da afirmação de alguns notáveis da época como o Coronel Carrion-Nisas “oficial de Napoleão e um dos principais historiadores militares, argumenta para a importância do seu estudo” (Machiavelli N., *The Art of War*, 2001, p. xlv).

No que concerne aos tempos atuais, na história recente, se assim pudermos ousar designar, existe igualmente em nossa opinião o impacto de *A Arte da Guerra*, na condução desta. É disso exemplo, o paralelismo entre a necessidade, antes de qualquer batalha, da análise dos fatores inimigo e terreno, assim como da necessária flexibilidade tática, descritos por Maquiavel no Livro IV (Machiavelli N., Machiavelli, 1905, pp. 131-148) e a necessidade do estudo das variáveis de missão⁵, conforme doutrina militar atual (Exército Português, 2012). A influência de *A Arte da Guerra* é igualmente constatável pela importância dos princípios do treino, da disciplina, do recrutamento, de outras matérias abordadas e aprofundadas ao longo da obra nos exércitos atuais.

Assim, foi possível constatar que embora Nicolau Maquiavel tenha escrito a sua obra *A Arte da Guerra* há quase 500 anos, apesar da natural evolução, quer no plano tecnológico, quer no da sociedade, muitos dos princípios defendidos por Maquiavel continuam a ter aplicação.

⁴ Francois-Marie d’Arouet (1694-1778), mais conhecido por Voltaire, foi um escritor e público ativista francês, que desempenhou um papel singular na definição do movimento do século XVIII chamado Iluminismo.

⁵ MITM-TC: Missão, Inimigo, Terreno e condições meteorológicas, Meios, Tempo disponível e Considerações de âmbito civil (Exército Português, 2012).

6. Questões e problemas do presente que podem ser colocadas à obra

Nesta obra, o autor dá destaque a matérias relacionadas com o recrutamento, fortificação, arte de comandar, medidas de decepção e segurança, treino de tropas, e, acima de tudo, regime disciplinar e gestão do moral. Apesar destas matérias encontrarem-se descritas detalhadamente à época, alguns dos conceitos apresentados são suficientemente abrangentes para que possam ser extrapolados para o presente.

Um dos problemas do presente que se pode levantar está relacionado com o recrutamento. Atualmente, este processo é baseado em critérios de seleção distintos da época em que foi feita a obra. Contudo, em ambos os exércitos existe na sua génese a missão da defesa da pátria através do emprego da violência organizada. A questão que se levanta é a adequabilidade do atual modelo de recrutamento para os exércitos modernos face ao apresentado na obra.

O autor defende no livro primeiro que a seleção dos militares muitas vezes é viciada pois “os voluntários que não são teus súbditos não são os melhores. São pelo contrário, do que há de pior nessa província. Isto porque são os delinquentes, os ociosos, os vadios, os sem religião, os rebeldes à autoridade paternal, os blasfemos, os jogadores e os esfomeados.” (Martelo, *A Arte da Guerra*, 2010, p. 50). O autor defende um modelo chamado de eleição⁶ pelo que esses homens deverão provir das províncias subordinadas. Quando o número de eleitos não for o suficiente ou for de “má qualidade” é forçosamente necessário seleciona-los a todos pelo que a expressão passa de eleição a um simples recrutamento. Também é referido pelo autor que os melhores homens são os que vêm do campo pois em virtude do hábito aos incómodos, endurecidos pelas fadigas, acostumados ao ar livre e a suportar o ardor do sol, sabendo trabalhar o ferro, cavar uma fossa, carregar um peso e agir sem vícios nem malícia. De salientar que este distingue dois tipos de soldado, a pé e a cavalo, sendo os homens das cidades mais vocacionados para a cavalaria e os do campo para a infantaria.

Uma das questões que se poderá colocar na atualidade é o dilema do efetivo de um exército, se este deve ser numeroso e mal pago ou um exército pequeno mas bem pago. O autor remete que a manutenção de uma milícia pouco numerosa de forma a poder pagar melhor é um erro pois na sua opinião esta tenderá para a sua extinção face ao impedimento aplicado aos alistados (Correia, 1996, p. 151). Por outro lado, com uma milícia numerosa é

⁶ Baseado na seleção através de um serviço militar obrigatório onde os mais aptos eram designados mesmo que essa não fosse a sua vontade de servir nas fileiras.

possível escolher muitos ou poucos pelo que torna-se possível servir de uma força efetiva de poucos ou muitos. Este facto também permite a execução de exercícios num país extenso sem os prejuízos e incómodos que isso implica para forças mais reduzidas.

Outra questão da atualidade está relacionada com o perigo no emprego atual de contratação de empresas militares privadas⁷. O autor na obra apresenta argumentos provando a necessidade na criação de uma milícia nacional permanente em detrimento da contratação de exércitos mercenários. Este facto estava relacionado com a forma como a guerra era procurada em forma de lucro, pois em tempo de paz os próprios exércitos mercenários instigavam a guerra pelo que essa situação poderá ser extrapolada para a atualidade.

Outro quesito é a importância da infantaria face às evoluções tecnológicas existentes, podendo contribuir para uma alteração do paradigma na forma de fazer a guerra. Durante o período o qual reporta a obra, bem como no presente, verificam-se evoluções tecnológicas, nomeadamente, na artilharia do século XVI, e a revolução da informação do presente. O autor apresenta na obra que a infantaria tem sempre um papel dominante na forma de fazer a guerra.

Por fim existe uma questão à qual Maquiavel responde de forma direta e que está relacionada com as qualidades dos conselheiros dos comandantes. Maquiavel salienta que esta é a mais importante preocupação que um capitão deve ter, pelo que deverá rodear-se de militares com provada fidelidade, inteligência e experiência em combate, nos quais possa estar em constante ligação no que diz respeito ao aconselhamento e informações precisas acerca dos seus e do inimigo no que diz respeito às forças, armamento, tropas de cavalaria e instrução, bem como o moral das mesmas.

Bibliografia

- Alvarez, S., 2014. *The Military Revolutions of the Hundred Years' War*. Consultado em junho 15, 2015, [http://deremilitari.org/2014/06/the-military-revolutions-of-the-hundred-years-war/\(n.d.\)](http://deremilitari.org/2014/06/the-military-revolutions-of-the-hundred-years-war/(n.d.)).
- Baron, H., 1966. *Crisis of the Early Italian Renaissance* (8ª ed.). Chinchester: Princeton University Press.
- Correia, R., 1996. *A Arte da Guerra*. Lisboa: Amigos do Livro.
- Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.

⁷ Nomeadamente as empregues no Iraque tais como a *Blackwater*; a *Triple Canopy*; a *Aegis Defense Services* entre outras.

- Geigner. (n.d.). <http://plaza.ufl.edu>. Consultado em University of Florida: <http://plaza.ufl.edu/geigner3/tech%20rich%20less/RESOURCE.FRK/PowerPoint.ppt>.
- Júnior, H. d. (n.d.). www.teoriaepesquisa.ufscar.br. Consultado em 06 08, 2015, <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/380/258>
- Lynch, C., 2003. *Art of War*. London: The University of Chicago Press.
- Lynch, C., 2003. www.deremilitari.org. Consultado em http://www.deremilitari.org/REVIEWS/Machiavelli_Art_Lynch.html
- Machiavelli, 1905. *Machiavelli*. (W. E. Henley, Editor) Consultado em junho 09, 2015, <https://archive.org/stream/cu31924092741945#page/n7/mode/2up>
- Machiavelli, N., 1905, junho 09. *Machiavelli*. (W. E. Henley, Editor) Consultado em <https://archive.org/stream/cu31924092741945#page/n7/mode/2up>
- Machiavelli, N., 2001. *The Art of War*. (E. Farnsworth, Trans.) Da Capo Press.
- Machiavelli, N., 2003. *The Art of War*. (C. Lynch, Trad.) Chicago: The University of Chicago Press.
- Maquiavel, N., 2002. *Escritos Políticos. A Arte da Guerra*. Consultado em junho 08, 2015, <http://www.libertarianismo.org/livros/nmepeaadg.pdf>
- Martelo, D., 2010. *A Arte da Guerra* (1ª ed.). (M. Robalo, Ed.) Lisboa: Edições Sílabo.
- Parker, G., 1988. *The Military Revolution*. Cape Town: Cambridge University Press.
- RAMOS, C. E. (n.d.). www.eceme.ensino.eb.br. Consultado em 06 09, 2015, <http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/230/215>
- Seward, D., 1999. *The Hundred Years War: The English in France 1337-1453*. (P. Books, Ed.) Nova Iorque.
- Sloan, J. (n.d.). www.xenophon-mil.org. Consultado em 06 29, 2015, <http://www.xenophon-mil.org/milhist/renaissance/machessy.htm>
- Stanford University, 2009. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Consultado em junho 14, 2015, <http://plato.stanford.edu/entries/voltaire/>
- Wook. (n.d.). <http://m.wook.pt>. Consultado em 06 08, 2015, <http://m.wook.pt/ficha?id=179041>

REFLEXÕES SOBRE A ARTE DE VENCER – FREDERICO II

Major de Infantaria Hugo Ferreira
Major de Artilharia Artur Alves
Major de Administração Militar Margarida Santos

Introdução

Para a realização deste trabalho foi feita uma análise da fonte histórica “Reflexões sobre a Arte de Vencer” de Frederico II da Prússia.

O modelo de análise adotado define os capítulos pelos quais este trabalho foi elaborado. Assim, no primeiro capítulo, Contextualização do espaço em causa e da época, será apresentada uma breve caracterização da Europa no final do século XVII e século XVIII. Pretende-se assim, neste capítulo, enquadrar espacialmente e temporalmente a obra, partindo do geral para o particular, ou seja, da Europa para a Prússia e da Guerra dos Trinta Anos para a conflitualidade dentro do Sacro Império Romano-Germânico. No segundo capítulo, Contextualização do autor, será realizada uma abordagem à figura de Frederico II desde o seu nascimento, educação rigorosa e expectativas de seu pai, passando pelo período em que reinou e até à sua morte. No terceiro capítulo, Propósitos da obra à época, pretende-se explorar a necessidade de Frederico II de explanar em papel os seus ideais. No quarto capítulo, Conteúdo da obra, será apresentada uma análise sintetizada dos escritos de Frederico II. No quinto capítulo, Impacto prático da obra ao longo da História, é analisado o legado de Frederico II, o seu impacto ao longo da História e consequente adoção por diversos estados e militares, europeus e não-europeus. Por fim, no sexto capítulo, Questões e problemas do presente que podem ser colocadas à obra, em modo de conclusão, é feita uma análise da atualidade comparada com os ensinamentos que Frederico II nos deixou com as suas ideias e filosofias, quer ao nível de comando dos exércitos, quer ao nível da administração do estado.

1. Contextualização do espaço em causa e da época*Breve caracterização da Europa no final do séc. XVII e séc. XVIII*

O século XVII foi marcado por um período de uma série de conflitos no centro da Europa, maioritariamente ocorridos nos territórios do Sacro Império Romano-Germânico, denominadas, em conjunto, como Guerra dos

Trinta Anos¹. Esta série de conflitos só terminou em 1648 com a assinatura dos tratados de *Münster* e *Osnabrück*, intitulados por Tratados de Vestefália ou Paz de Vestefália. Assim, deste longo conflito, a França surge como clara vencedora e torna-se a potência terrestre dominante na Europa (Gascoigne, 2001). Nesta época, 1/6 da população europeia era francesa e o seu Exército ascendia a um milhão de efetivos. Também as Províncias Unidas² e a Confederação Suíça vêm as suas fronteiras reconhecidas, a Suécia expande os seus territórios para a Pomerânia Ocidental e, no centro da Europa, o Sacro Império Romano-Germânico fica dividido em 350 pequenos estados (ver Figura 1).



Figura 1 – Sacro Império Romano-Germânico, 1648

Fonte: (Kunz, 2007).

No entanto, o período de Paz de Vestefália na Europa termina no início do século XVIII. Surge, então, a guerra da sucessão de Espanha que se prolonga por 12 anos, de 1702 a 1714. Este conflito emerge com a morte de Carlos II, que não deixa sucessor. No entanto, doa em testamento o trono a Filipe V, neto

¹ Decorreu entre 1618 e 1648 e as suas principais causas foram fatores essencialmente políticos potenciados por motivações religiosas, quando Frederico II da Boémia impõe o cristianismo.

² Atualmente a Holanda.

de Luís XIV de França, terminando assim com a dinastia de Habsburgo e dando início a dinastia dos Bourbon em Espanha. Este facto despertou nos restantes estados europeus, o receio de uma união demasiado poderosa entre a França e Espanha. Por outro lado, Leopoldo I da Áustria, casado com Maria Ana, infanta da Espanha e filha de Filipe III de Espanha, também reclama o trono para si.

Também no leste da Europa, a Rússia começava a demonstrar o seu desejo de controlar o mar Báltico e obter acesso ao mar Negro, ameaçando ao norte a Suécia e a sul o Império Otomano. Com efeito, no início do séc. XVIII a Dinamarca, a Polónia e a Rússia, invadiram sucessivamente o Império Sueco, iniciando uma guerra que viria a durar vinte e um anos, conhecida como a Guerra do Norte ou a Grande Guerra do Norte. O grande vencedor, após este período de conflitualidade, foi Pedro o Grande da Rússia, pois havia conseguido atingir os seus propósitos e ter acesso ao mar Báltico (Gascoigne, 2001).

O período seguinte de conflitualidade europeia tem início com a chegada ao trono de dois jovens monarcas, Frederico II da Prússia e Maria Teresa da Áustria e Hungria. A princesa herdeira, com 23 anos, seria a primeira mulher a assumir os destinos da casa da Habsburgo, o que provoca mau estar e instabilidade na Europa³ (Gascoigne, 2001).

O século XVIII marca a estreia de uma nova forma de guerra. Esta forma foi inovadora em duas grandes vertentes: a constituição e a utilização dos exércitos. Cidadãos armados substituíram exércitos profissionais, onde só havia lugar para os ricos. Estratégias lentas de cerco deram lugar a Estratégias agressivas, com elevada mobilidade e combatividade (Palmer, 1943).

As origens da Prússia

Para relatarmos a origem da Prússia, temos de recuar ao século XII e ao tempo das Cruzadas. Assim, a Ordem dos Cavaleiros Teutónicos, fundada em 1198, está nas origens da Prússia, ou pelo menos no espírito prussiano. Após as Cruzadas durante o séc. XIII, e depois de uma breve passagem nos territórios da Transilvânia, os Cavaleiros Teutónicos deslocam-se para o noroeste da Europa, fixando-se nos territórios das tribos bálticas, conhecidos como prussianos (World History at KMLA, 2001). Estes cavaleiros eram conhecidos por serem possuidores de uma organização bastante bem definida, serem extremamente minuciosos nas suas atividades, possuidores de rígidos regulamentos e uns combatentes bastante aguerridos e bravos. Por isto, muitos historiadores afirmam que o espírito guerreiro prussiano advém destes cavaleiros (Park, 2005, pp. 9-10).

³ Esta temática será abordada com mais detalhe no ponto seguinte.

Até ao início do séc. XVII a Prússia não era nem um estado nem um Reino. Era apenas um aglomerado de territórios germânicos, sem acesso ao mar e sem ligação entre eles, conhecidos por Brandeburgo e o Ducado da Prússia (ver Figura 2). A sua área estendia-se ao longo de cerca de quarenta mil km², tendo como capital a cidade de Berlim (Clark, 2007), incorporando vários espaços culturais, onde se falavam várias línguas, desde o alemão ao francês, do holandês e ao polaco (Rabitz, 2012).

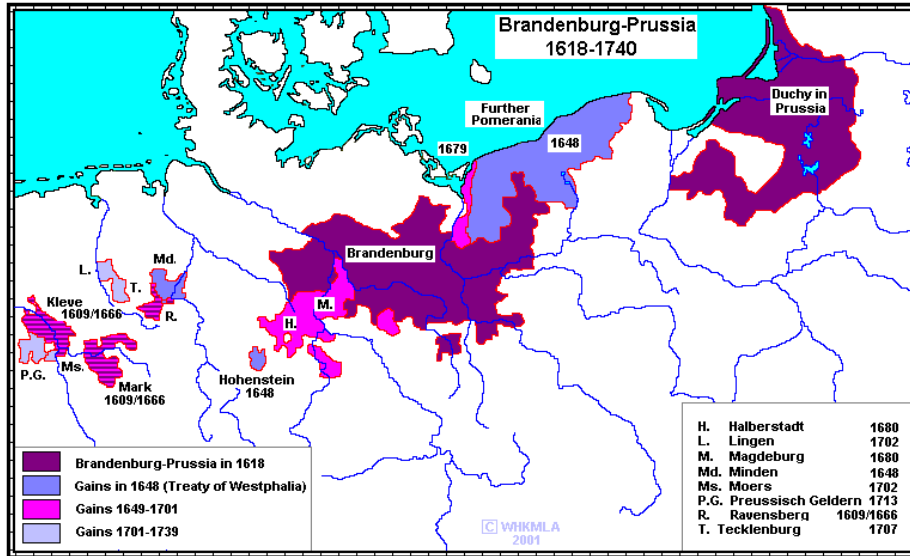


Figura 2 – Brandeburgo-Prússia, 1618-1740

Fonte: (World History at KMLA, 2001).

Mas foi em 1648, após assinatura dos Tratados de Vestefália, descritos no capítulo anterior, que a Prússia conheceu o maior alargamento sem ter tido a necessidade de combater, recebeu a região da Pomerânia e Mínde (World History at KMLA, 2001).

Um dos principais contribuidores para a ascensão da Prússia foi Frederico III da casa de *Hohenzollern*, também conhecido como o “*Grande Eleitor*”⁴. Após a devastação da Guerra dos Trinta Anos causadas pelas sucessivas invasões suecas, Brandeburgo necessitava de recuperação urgente (Park, 2005, p. 11). Assim, para Frederico III, o primeiro passo para uma recuperação sustentada era a criação de um Exército que lhe permitisse defender-se dos seus agressores. Este destinava-se principalmente para dissuasão, porque para

⁴Príncipe alemão autorizado a participar na eleição do Sacro Imperador Romano.

Frederico III os tratados e alianças eram úteis, mas ter forças próprias era bem mais útil e davam outro poder negocial.

Frederico III viria a autointitular-se Frederico I, Rei da Prússia, tendo reinado até 1713 (Park, 2005, p. 12). Em consequência da Guerra da Sucessão Espanhola, Leopoldo I necessitou de aliados e, por conseguinte, autorizou que o Frederico III, Príncipe Eleitor de Brandeburgo, em 18 de janeiro de 1701, se intitulasse rei Frederico I da Prússia (Soromenho-Marques, 2005, p. 13). Este título foi reconhecido, no final da guerra, pelas outras nações europeias através dos Tratados de 1713⁵ (Gascoigne, 2001).

Em 1713, o seu filho, Frederico I assumiu o reinado. Conhecido como muito instruído, disciplinador e devoto à religião Calvinista, viria a construir uma nação extremamente eficiente, com um exército poderoso e temido pelas restantes nações europeias, uma das principais potências do séc. XVIII (Gascoigne, 2001).

Frederico Guilherme I recebeu o cognome de “*Sargento*”, pois a sua filosofia para o Exército consistia num treino incessante com demonstrações regulares do seu estado de prontidão. Desta forma, o *Sargento* foi capaz de criar um Exército poderoso, rápido e preciso (Park, 2005, p. 13). Portanto, a Prússia deve a sua existência e identidade ao seu Exército (Palmer, 1943).

A Prússia, apesar de ser um estado com fracos recursos humanos e materiais, de entre todos os estados europeus, revelou ser um dos mais disciplinados com regras bem vincadas (Palmer, 1943).

2. Contextualização do autor

Frederico II, de cognome “*o Grande*”, nasceu em Berlim, Prússia, em 24 de janeiro de 1712 e faleceu em Potsdam⁶ em 17 de agosto de 1786 (Anderson, 2014).

Por ser o primeiro filho sobrevivente de Frederico Guilherme I, este depositava nele muitas expectativas, pois seria o herdeiro da dinastia dos *Hohenzollern* (Scatamacchia, 1992, p. 1). Mas Frederico II, desde muito jovem, aparentava estar decidido a defraudá-las. Enquanto o pai tentava dar-lhe uma educação essencialmente militar rígida, muitas vezes recorrendo a violência física e humilhação moral, ele preferia a literatura, a música e a filosofia, bem como a companhia da sua mãe e da sua irmã mais velha (Rabitz, 2012).

Como era expectável, estas vincadas diferenças criaram um distanciamento e disputas constantes entre pai e filho. Após o seu 18º aniversário

⁵ Também conhecidos como Paz de Utrecht e que puseram fim à conflitualidade resultante da crise de sucessão espanhola.

⁶ Juntamente com Berlim forma a área metropolitana da capital de Brandeburgo.

Frederico II tentou fugir para Inglaterra, mas o seu intento foi gorado e seu pai castigou-o duramente com pena de prisão, na fortaleza de *Küstrin*. Inclusive, mandou executar o seu amigo e cúmplice de fuga, Hans Hermann Von Katte, diante dos seus próprios olhos (Rabitz, 2012).

Após um período de educação rígida, Frederico II foi então obrigado a casar com a princesa Isabel Cristina, filha do duque de *Braunschweig-Bevern*. Não obstante, manteve o seu entusiasmo pelas artes, nomeadamente a música, rodeando-se de pintores, escritores, filósofos e pessoas que partilhavam os seus gostos de leitura, sendo Voltaire o mais conhecido e próximo (Rabitz, 2012). O seu gosto pela leitura, levou a que uma das suas maiores influências literárias fosse Maquiavel tendo, inclusive, escrito um ensaio crítico sobre uma das suas obras. Apesar das suas mais variadas referências, à medida que ia ganhando maturidade, Frederico II percebe as verdadeiras intenções de seu pai e o porquê da sua educação rígida, tornando-se assim a sua maior referência (Park, 2005, p. 16).

Frederico II tornou-se soberano⁷ da Prússia, após a morte de seu pai, em 31 de maio de 1740 e reinou até 17 de agosto de 1786 (Rabitz, 2012). Uma das suas primeiras medidas foi a abolição da tortura, pois sabia que para ter uma Prússia forte era necessária uma população unida (Scatamacchia, 1992, p. 6).

Frederico II foi considerado, por muitos, um brilhante comandante militar que transformou a Prússia numa grande potência militar europeia (Anderson, 2014). O seu engenho em se envolver em todos os níveis das operações militares, tais como as conhecemos hoje, desde o tático ao estratégico, foi de facto assinalável (Scatamacchia, 1992, p. 5). Tal como Loureiro dos Santos afirma “através de um intenso treino e disciplina [...] consegue retirar de um instrumento militar [...] o máximo rendimento” (Loureiro dos Santos, 2010, p. 128). Frederico II colocou inúmeras vezes a sua vida em risco combatendo ao lado dos seus soldados, que o admiravam por isso (Rabitz, 2012). No entanto, a sua qualidade mais marcante foi a disciplina, pois os seus soldados temiam mais os castigos do que o próprio inimigo (Soromenho-Marques, 2005, p. 19).

Frederico o Grande, sabendo que a Prússia era uma região pobre em recursos naturais, invadiu a Silésia⁸ sem aviso prévio em 1740. Aproveitando a oportunidade da ascensão ao trono de Maria Teresa e da falta de consenso daí resultante, Frederico II invade a região da Silésia na Áustria, dando início a uma nova guerra na Europa, a Guerra da Sucessão Austríaca. A conquista desta região quase duplicou o território da Prússia e catapultou-a para uma grande potência europeia (Palmer, 1943).

⁷ Soberano porque o reino da Prússia só viria a ser reconhecido em 1772 (Anderson, 2014).

⁸ Província austríaca mais rica (Scatamacchia, 1992, p.6).

Contudo, esta conquista não se revelou fácil, tendo sido necessárias três campanhas para que a Silésia fosse reconhecida como parte integrante da Prússia. A primeira e a segunda foram travadas durante a Guerra de Sucessão da Áustria, de 1740 a 1741 e de 1744 a 1745. Nesta última, a Rainha Maria Teresa da Áustria esperava recuperar aquele espaço. Após este conflito alterou as fronteiras entre os dois reinos, tendo a Prússia sido autorizada, pelos tratados assinados em *Aix-la-Chapelle* em 1748, a manter a Silésia na sua posse (Gascoigne, 2001). A Prússia fora o estado “que tirou algum proveito desta guerra” e que lhe atribuiu “o prestígio de uma grande potência” (Liddell Hart, 2011, pp. 129-130).

Por último na Guerra dos Sete Anos de 1756 a 1763, onde aconteceu o que ficou conhecido como o “*Milagre da Casa Brandeburgo*” (Soromenho-Marques, 2005, p. 38). Quando tudo parecia estar perdido, sobe ao trono Pedro III da Rússia, conhecido admirador de Frederico II, que manda retirar as suas forças e renunciando às suas conquistas (Soromenho-Marques, 2005, p. 26). Nestas 3 campanhas, Frederico o Grande combateu forças austríacas, russas e francesas (Scatamacchia, 1992, p. 5).

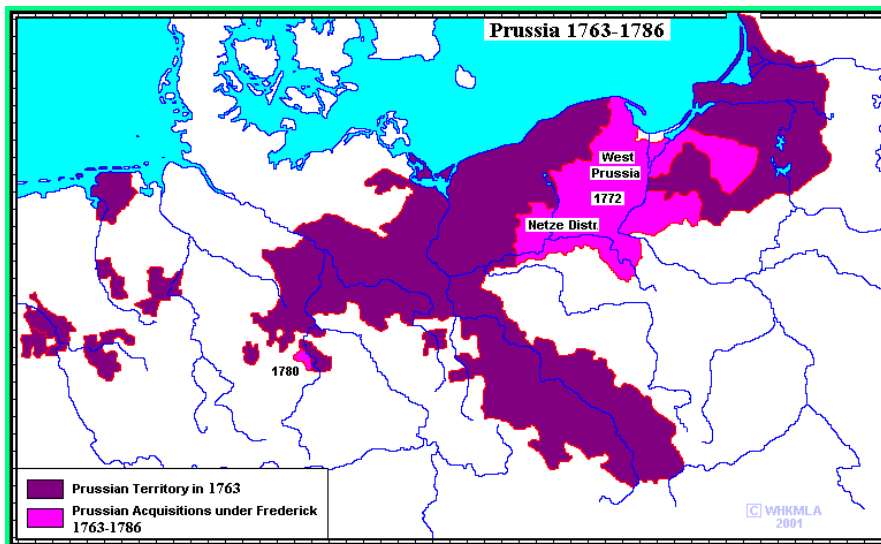


Figura 3 – Prússia, 1763-1786

Fonte: (World History at KMLA, 2001).

Frederico II morreu, sozinho, em 17 de agosto de 1786 em Sanssouci (Rabitz, 2012) e a sua fama foi ensobrada, anos mais tarde, por Hitler que utilizou os seus ensinamentos e virtudes como exemplo.

Frederico II era um talentoso escritor e pensador, cuja experiência a todos os níveis das operações permitiu-lhe deixar importantes contributos para o pensamento militar (Scatamacchia, 1992, p. 11).

O seu primeiro documento escrito surge em 1740 de título “*Anti-Maquiavel*”. Este livro foi iniciado ainda em plena juventude e terminado aquando substituiu o seu pai nos destinos da Prússia. Resulta das leituras efetuadas dos “*Discursos*” e de “*O Príncipe*” de Maquiavel.

Em 1746 escreveu os “*Principes généraux de la guerre*”⁹, inspirado na sua experiência nas duas primeiras guerras na Silésia. Este trabalho circulou, confidencialmente, pelos seus generais, pelo que só a captura de um deles pelos Franceses em 1760 possibilitou a sua publicação (Palmer, 1943). O seu conteúdo eram discussões filosóficas sobre a guerra, bem como instruções dos detalhes das batalhas (Scatamacchia, 1992, p. 12).

Posteriormente, desenvolveu as suas ideias no “*Testament politique*” em 1752, para uso privado dos seus sucessores no trono. A este testamento viria a ser anexado o seu primeiro trabalho (Palmer, 1943).

Em 1768, após o final das guerras, escreveu “*Testamento militar*” também destinado aos seus sucessores. Além disso, escreveu para os seus generais “*Elements de castramétrie et de tactique*”. Ao longo do seu reinado concebeu diversas instruções para o seu Exército, que apenas foram publicadas em 1846 (Palmer, 1943).

Nas suas escrituras em francês, apenas uma foi escrita em alemão, tentou desvendar os segredos do generalato. De um modo geral as suas ideias de organização e táticas militares não sofreram metamorfoses. Apenas no campo da estratégia e política, com Frederico II, se verificou uma mutação entre uma agressividade acentuada para uma filosofia de relativa inatividade (Palmer, 1943).

3. Propósitos da obra à época

Frederico II escreveu, as suas reflexões, de forma a deixar os seus ensinamentos sobre situações que ele próprio havia colocado em prática várias vezes.

Os seus escritos sobre a guerra “resultam da íntima combinação entre a experiência do concreto [...], da realidade empírica experimentada na primeira pessoa, e a impressionante erudição de alguém que desde o berço absorveu a herança clássica dos grandes autores que ensinam a comandar homens, tanto na paz como na guerra” (Soromenho-Marques, 2005, p. 18).

Frederico II comandou pessoalmente os seus Exércitos em cerca de vinte batalhas em que a Prússia se viu envolvida. O seu caráter transformou-o em “o Grande” e, apesar do rigor com que Frederico II efetuava as suas

⁹ Também conhecido como “As Instruções de Frederico o Grande para os seus Generais” (Scatamacchia, 1992, p.12).

ações de diplomacia, foram as batalhas travadas ao longo da sua vida que emolduraram essa sua personalidade e influenciaram a sua escrita.

De acordo com as notas do editor da sua obra, *J. -D. -E Preuss*, a mesma divide-se em duas categorias: Regulamentos e Instruções. Os regulamentos abordam as temáticas puramente técnicas e sobretudo táticas, relacionadas com o serviço militar diário, ou seja, aquilo que ele chama “da escola do soldado, escola dos pelotões e batalhões” (Preuss, 1848). Por seu lado, as instruções têm por objeto a arte da guerra, naquilo que tem de mais difícil e complexo. Estas “constituem um verdadeiro compêndio do modo de fazer a guerra no século XVIII” (Soromenho-Marques, 2005, p. 18).

Frederico II aborda, na sua obra, todos os aspetos essenciais à condução de tropas em campanha, nomeadamente: a manobra; logística; comando e controlo; abastecimentos; manutenção da disciplina; a necessidade de treino diário das tropas; aspetos de engenharia no que respeita à economia de recursos e aproveitamento do terreno para tirar partido do mesmo, entre outros. Os seus escritos, fruto da sua incansável atividade, e muitos deles esboçados à noite, tinham, como ele próprio terá dito, “o objetivo de retificar as suas ideias e opções, estudar novamente os princípios da guerra e ensinar os oficiais do seu Exército” (Preuss, 1848).

Aos regulamentos deu o nome de “Instituições Militares” e chamou-lhe o “catecismo dos seus oficiais”, por oposição às obras em que aborda os grandes princípios da guerra e que se dirige aos seus generais, a que chamou “Instruções Militares” (idem).

Através da sua obra, Frederico II expõe as duras condições de combate no século XVIII: “as longas marchas em estradas enlameadas, a incerteza e escassez dos abastecimentos, as duras condições climatéricas, a fragilidade do socorro aos feridos, o horror constante de uma vida de privações que convidava o soldado à deserção, caso o medo do castigo não fosse ainda maior do que o de enfrentar o inimigo” (Soromenho-Marques, 2005, p. 19).

As guerras em que participou e liderou levaram-no a refletir profundamente sobre os princípios “dessa arte que ergueu ou derrubou tantos impérios” e a considerar útil comunicar as suas reflexões “a Vós (os seus generais), que deveis ter o primeiro lugar no comando depois de mim, a Vós, a quem meia palavra deve explicar os meus pensamentos, a Vós enfim que, na minha ausência, deveis agir segundo os meus princípios” (idem, p. 65).

Frederico II nesta obra, partindo dos escritos que de seu pai, em 1714 e 1720, e dos escritos dos maiores generais, aditou alguns acréscimos fruto da sua experiência, com o propósito de aglomerar, numa única obra, as suas reflexões. Desta forma, elaborou a “doutrina” que aplicou à disciplina das suas tropas.

Escreveu aos seus oficiais, falando apenas daquilo que é aplicável aos prussianos e encarando como inimigo todos os seus vizinhos, esperando que “a leitura desta obra [...] demonstre aos meus generais que a disciplina das nossas tropas é o fundamento da glória e da preservação do Estado. [...] Baseio todos os meus raciocínios nas minhas Instituições Militares, e como estas são a cartilha dos oficiais, trato neste escrito apenas do que diz respeito ao general e ao que a guerra tem de maior e de mais sublime” (ibidem).

Frederico II escreve as suas reflexões de um modo muito claro, conciso e direto, descrevendo as diversas passagens com alguma *secura* de estilo, contudo é possível perceber ao longo da obra passagens onde imprime um caráter pessoal e confessional, essencialmente apelando aos seus generais que aprendam com os erros do seu próprio rei, bem como influenciando para escolhas adequadas ao seu pensamento e ao caráter disruptivo das suas opções.

Mesmo escrevendo de modo direto, Frederico II pormenoriza todos os princípios que pensa adequar-se às principais manobras de guerra, sempre com a preocupação de clareza, conforme escreveu: “fiz questão principalmente de tornar as coisas claras e inteligíveis. Se, no entanto, tendes dúvidas [...], dar-me-eis o prazer de me as expor” (Soromenho-Marques, 2005, p. 65).

Frederico II pretende, acima de tudo, sensibilizar os seus generais de que esta é uma arte inesgotável, e que há sempre algo de novo a fazer para que a Prússia, através do seu Exército, consiga garantir e manter a imagem e prestígio, quando ele o não puder fazer. Quando finaliza o primeiro texto em abril de 1748, diz “e não julgarei ter perdido o meu tempo se esta obra levar os meus oficiais a refletirem sobre uma profissão que lhes abre a mais brilhante carreira, onde se podem cobrir de glória, e que, furtando os seus nomes à noite dos tempos, lhes assegura a imortalidade contra o preço dos seus trabalhos” (Soromenho-Marques, 2005, p. 65).

4. Conteúdo da obra

A obra “Reflexões sobre a Arte de Vencer: Frederico II da Prússia” possibilita ao leitor a compreensão do vigoroso, e pouco convencional para a altura, pensamento militar de um dos maiores cabos de guerra da história do Ocidente.

Frederico II elabora as suas reflexões sobre a guerra como resultado da combinação da experiência concreta e real experimentada na primeira pessoa, aquilo que Maquiavel designou de “*verità effettuale della cosa*”. Manifesta, ainda, a sua herança cultural e de valores, que desde o cedo recebeu de grandes autores, e que ensinam a arte de liderar e comandar homens em tempo de paz e em tempo de guerra.

A obra portuguesa é precedida por um estudo introdutório, da autoria de Viriato Soromenho-Marques, amplo e profundo, acompanhado por notas esclarecedoras, onde é feita uma descrição de Frederico, o Grande, como Homem, a sua obra e a sua herança. Soromenho-Marques demonstra as inovações no modo de fazer estratégia, em geral, e na arte da guerra, em particular, no período anterior à Revolução Francesa. Segue-se uma breve cronologia de Frederico II e os dois capítulos traduzidos: *Os princípios gerais da guerra, aplicados à tática e à disciplina das tropas Prussianas* e *Pensamentos e Regras Gerais para a Guerra*.

A obra em análise, uma tradução de *“Reflexões sobre a arte de vencer* realizada a partir de: *Œuvres Militaires de Frédéric II Roi de Prusse, Tome I (Œuvres de Frédéric le Grand, Tome XXVIII), Berlin, Rodolphe Decker Imprimeur du Roi, 1856. Publiées par J.-D.-E. Preuss, Historiographe de Brandebourg*, consiste em dois capítulos distintos, originalmente escritos em francês, que se integram na classe das “instruções militares” e têm como títulos originais: *Les principes généraux de la guerre, appliqués à la tactique et à la discipline des troupes prussiennes* (edição Preuss, XXVIII, pp.1-95) e *Pensées et règles générales pour la guerre* (edição Preuss, XXVIII, pp.103-134)” (Soromenho-Marques, 2005).

São textos escritos antes da Guerra dos Sete Anos, mas que traduzem desde logo a vasta experiência que, como rei ainda jovem, Frederico II possui, bem como a sua ânsia de deixar escrito, aos seus generais principalmente, aquilo que considera serem os ensinamentos necessários para dar continuidade ao seu legado na expansão da imagem e poder da Prússia.

O primeiro capítulo, do qual existem inúmeras versões, foi consolidado em 1748 e o segundo, que se constitui claramente como um refinamento do primeiro, é datado de 1755.

No primeiro capítulo, *“Os princípios gerais da guerra, aplicados à tática e à disciplina das tropas Prussianas”*, podem ser encontrados 31 artigos, nos quais Frederico II de forma simples, clara e concisa inúmeras os princípios que considera essenciais para o aprontamento das suas tropas, no que à tática e disciplina concernem. Aborda várias temáticas como os defeitos e qualidades das tropas prussianas (face à origem dos seus combatentes), a necessidade de planear todo o apoio de combate e de serviços (de forma a garantir a sustentação das tropas), os acampamentos e todas as especificidades em função das operações a executar, as qualidades que os comandantes (generais) devem ter e ser reconhecidas entre os pares.

O segundo capítulo, *“Pensamentos e regras gerais para a guerra”*, corresponde a curtas reflexões sobre a guerra, que se constituem como um refinamento e complemento aos princípios apresentados no capítulo anterior.

Frederico II pretende retificar as suas próprias ideias, anteriormente redigidas e apresentadas, e repetir os princípios da guerra para que os mesmos sejam assimilados pelos seus generais e façam uso dos mesmos aquando da tomada de decisões.

Assim, Frederico II espera que a leitura dos seus escritos “demonstre aos meus generais que a disciplina das nossas tropas é o fundamento da glória e da preservação do Estado”. Frederico II tem consciência que, para que não deixe enfraquecer a reputação da Prússia nas suas próprias mãos, “é necessário preparar com antecedência os meios que o tempo ou os acontecimentos nos darão a possibilidade de utilizar” (Soromenho-Marques, 2005), para isso escreve estes dois capítulos onde expressa as suas reflexões.

5. Impacto prático da obra ao longo da história

Frederico II, ao longo da sua vida e fruto da sua personalidade, marcou de forma intensa e direta a história da Europa. Da análise da sua vida, aliada à sua obra escrita que deixou como legado para as gerações posteriores, é possível afirmar que Frederico II teve um impacto real ao longo da história.

Na Europa influenciou a forma de preparar, visualizar e atuar de diversos militares de referência, tendo como exemplos mais sonantes Napoleão Bonaparte e Adolf Hitler, através da importância e centralidade que dava à questão militar na construção de um estado. Já na América do Norte, influenciou líderes como George Washington, pelo primado da política-externa que desenvolveu.

A sua vastíssima cultura política, militar e artística tornou-o um visionário à época. A complexidade da sua relação com a modernidade tornou Frederico II no primeiro caso concreto do que mais tarde viria a ser apelidado de despotismo iluminado¹⁰ (Soromenho-Marques, 2005, pp. 38-48). Praticamente todas as nações europeias na época puseram em uso as inúmeras alterações sugeridas por Frederico II, na sua obra, e que viriam a ser confirmadas como sendo uma evolução positiva.

As principais inovações implementadas pelas potências europeias, inspiradas na obra de Frederico II, foram mais evidentes na área da formação militar. Saliente-se, como prova disto, a criação de escolas militares, como por exemplo a *L'École Militaire* de Paris, a criação da doutrina, como é exemplo a adoção de movimentos nos Exércitos, que permitiam a mudança

¹⁰ Despotismo iluminado é uma expressão que designa uma forma de governar característica da Europa da segunda metade do século XVIII, que embora partilhasse com o absolutismo a exaltação do Estado e do poder do soberano, era animada pelos ideais de progresso, reforma e filantropia do Iluminismo. A expressão não foi contemporânea aos acontecimentos, tendo sido forjada mais tarde pelos pesquisadores.

da formação de coluna de marcha para linha por rotação levando a que os combates pudessem acontecer, por vezes, sem consentimento mútuo.

Paralelamente, no que concerne à administração do estado, Frederico II também influenciou a Europa. Foi com ele que se iniciou a separação entre o poder executivo e o poder judicial, a implementação de regulamentos militares e códigos civis plenos, e a abolição das legislações locais, o recrutamento local, e a abolição de torturas.

Foi também com Frederico II que, a partir desta época, a aceitação das várias crenças religiosas passou a vingar na grande maioria dos estados e a ascensão do nacionalismo¹¹ passou a estar evidente, como é exemplo a França de Napoleão.

No fundo, quer na Europa, quer na América do Norte, em parte por influência de Frederico II, a ideia de liberdade do cidadão passou a estar associada ao estado, à ação de bem servir o estado, que reciprocamente tinha como objetivos o bem comum, a preocupação com os interesses do cidadão, a felicidade e o bem-estar do povo. Em algumas potências foi mesmo adotada a monarquia autocrático-burocrática de tipo militar¹² praticada por Frederico II no Reino da Prússia.

Ainda que de forma indireta, também podemos afirmar que a obra de Frederico II influenciou igualmente o início da Guerra da Independência dos Estados Unidos da América¹³, na procura do ideal de igualdade, fraternidade e liberdade associada à busca permanente do bem comum e do bem-estar do povo.

O primado da política externa que Frederico II tanto aplicou foi bastante seguido após a sua obra. Uma confirmação desse facto aparece-nos logo com Frederico Guilherme III através do Tratado de Tilsit estabelecido com a França de Napoleão. Após a rápida e violenta entrada de Napoleão na Prússia nada mais restava a Frederico Guilherme III do que a adoção de uma política realista e de prudência baseada na consciência da sua limitação militar. Também após a unificação da Alemanha, em 1871 o chanceler Bismark através do primado da política externa adotou uma opção estratégica que impediu uma guerra em duas frentes que poderia levar à repetição da Guerra dos Sete Anos.

¹¹ A luta frente a um Exército invasor (guerras napoleónicas) ou o desejo de independência (continente americano) deram ao nacionalismo um grande impulso.

¹² A monarquia autocrático-burocrática de tipo militar assentava numa governação que privilegiava a formação e estrutura militar e a administração pública do estado estava a cargo de funcionários extremamente obedientes pagos pelo rei.

¹³ Quatro anos após o final desta Guerra, em 1787, ficou pronta a Constituição dos Estados Unidos com fortes características iluministas. Garantia a propriedade privada, optou pelo sistema de república federativa e defendia os direitos e garantias individuais do cidadão.

Os ensinamentos expressos na obra de Frederico II também se fizeram sentir em Portugal, principalmente na reorganização da força militar portuguesa. Em 1762, com a vinda do conde reinante de Schaumburg-Lippe, Guilherme Schaumburg-Lippe, para o Reino de Portugal, as medidas implementadas na reestruturação do Exército foram sustentadas na escola prussiana. Esta reestruturação, baseada na ideologia de Frederico II, deveu-se ao facto do Conde de Lippe, contemporâneo de Frederico II e alemão de nascimento, ter como base da sua formação a escola prussiana. Entre outras medidas implementou aulas ministradas nas Universidades Militares, assim como bibliotecas em todas as unidades militares, regionalizou o recrutamento, foi publicado o Regulamento para o Exercício e Disciplina e passaram a existir exercícios militares periódicos, bem como inspeções às unidades militares. Demonstra, assim, uma clara inspiração por parte dos ensinamentos de Frederico II.

6. Questões e problemas do presente que podem ser colocadas à obra

Esta obra mantém na sua essência, um conteúdo que se mostra repleto de alertas e lições que, com a devida adaptação à realidade atual, podem servir de base para a resolução de conflitos que se nos deparam no presente.

Problemas político-militares como os que se vivem atualmente na Ucrânia implicarão por certo a aplicação da estratégia ao serviço da política. Obviamente que não se espera que a tática atual encontre soluções diretas na obra de Frederico II, mas a leitura dos princípios escritos por este, se entendidos de forma clara e expurgados do que por questões de evolução tecnológica dos meios e suas implicações já não tenham interesse prático, contribuirão como mais uma ferramenta de pensamento, para o auxílio na obtenção de possíveis soluções.

Já na época em que a obra foi escrita, e a julgar pelos conselhos, regras e preocupações nela vertidos pelo autor com vista a num curto prazo transmitir a sua experiência adquirida aos seus generais e num futuro temporal mais alargado perpetuar os seus ensinamentos, é notória a preocupação com a formação dos quadros e líderes do exército. Esta preocupação é intemporal, o que leva Frederico II a explaná-la.

Qualquer Exército atual deverá manter quadros e líderes bem preparados pois são o garante que toda a estrutura conseguirá planear, executar e cumprir as missões que lhe forem incumbidas. Só desta forma será conseguida a formação individual e coletiva dos soldados e forças, bem como a disciplina e coesão essenciais ao bom funcionamento da instituição militar. Preparação essa que, caso não exista, tornar-se-á caótica a tentativa de atuação no atual ambiente operacional.

Outro aspeto da obra de Frederico II, que também se aplica à atualidade, diz respeito há necessidade de um pensamento político-estratégico sempre presente. O ambiente atual, em especial os atores que direta ou indiretamente podem influenciar as nossas ações e vontades, têm que merecer uma atenção permanente. Frederico II refere-se aos vizinhos como sendo a principal ameaça. Não o diremos hoje em relação ao nosso país, mas estaremos de acordo com o autor se adaptarmos o seu pensamento realista à atualidade de muitos outros países. Podemos e devemos hoje, tal como à época da obra, estudar as influências dos países que, pela sua posição geográfica, económica, religiosa ou política podem condicionar a nossa vontade ou a das alianças a que pertencemos.

Frederico II desenvolveu bases ao nível estratégico e operacional da guerra que ainda hoje têm aplicação. Na sua obra Frederico II argumenta que "cálculos militares por si só poderão ser insuficientes para obter uma vitória pois o adversário poderá apoiar-se em aliados que inesperadamente desequilibrem a campanha [...] logo, o planeamento da campanha deverá ser realizado em consonância com a cena política atual" (Scatamacchia, 1992, pp. 22-23). Este argumento esteve bem patente na Operação Tempestade no Deserto. Durante a preparação desta operação houve o cuidado de garantir que outras forças árabes se empenhassem na ideia da necessidade da libertação do Kuwait e da necessária resposta ao ataque iraquiano em *Khafji*. Esta situação contribuiu para a coesão da coligação da aliança e impediu a oportunidade de sucesso na propaganda realizada por Saddam Hussein, que visava desacreditar a aliança evidenciando que era representada apenas pelos Estados Unidos da América¹⁴.

Frederico II revelou perfeitamente os seus dotes políticos e diplomáticos. Só dessa forma conseguiu evitar combates, ou batalhas, que à partida seriam desvantajosas para as suas forças. Hoje em dia, tal como no passado, é importante conhecer o adversário, mas também é imperativo o uso da diplomacia ao serviço do estado. Como linha de esforço permanente dos governos deve aparecer a busca incessante pela segurança e bem-estar da população. Pretendia fazê-lo Frederico II e deve manter-se prioritário atualmente.

Bibliografia

Anderson, M. S., 2014. *Encyclopaedia Britannica*. Consultado em junho 9, 2015, <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/217849/Frederick-II>

¹⁴ De acordo com o trabalho intitulado *FREDERICK THE GREAT: THEY DON'T CALL HIM GREAT FOR NOTHING* elaborado pelo Tenente-Coronel *Vincent Scatamacchia* do Exército Americano e publicado em 1992 pelo *US Army war college*.

- Clark, C., 2007. *Iron Kingdom: The Rise and Downfall of Prussia, 1600-1947*. London: Penguin Books.
- Gascoigne, B., 2001. *History of Europe*. Consultado em junho 10, 2015, <http://www.historyworld.net/wrldhis/PlainTextHistories.asp?groupid=1127>
- Kunz, A., 2007. *German History in Documents and Images*. Consultado em julho 6, 2015, http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/map.cfm?map_id=2813
- Liddell Hart, B. H., 2011. *Estratégia* (1ª Edição ed.). (T. d. China, Ed., & P. Almeida, Trans.) Lisboa: Tinta da China.
- Loureiro dos Santos, J. A., 2010. *História concisa de como se faz a Guerra* (1ª Edição ed.). (T. L. Castro, Ed.) Lisboa: Publicações Europa-América.
- Palmer, R. R., 1943. Chapter 3. Frederick the Great, Guibert, Bulow: From Dynastic to National War. In E. M. Earle, G. A. Craig, & F. Gilbert (Eds.), *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler* (1st Edition ed., pp. 49-74). New Jersey: Princeton University Press.
- Park, R., 2005. *Frederick "The Great"*. (H. P. University, Ed.) Honolulu: Hawai'i Pacific University.
- Preuss, J. D., 1848. *Œuvres de Frédéric le Grand: Œuvres philosophiques*. Berlin: R. Decker, 1848.
- Rabitz, C., 2012, janeiro 25. *Deutsche Welle*. Consultado em junho 9, 2015, <http://www.dw.de/há-300-anos-nascia-frederico-o-grande-rei-da-prússia/a-15686018>
- Scatamacchia, V., 1992. *Frederick The Great: They don't call him Great for nothing*. (U. A. College, Ed.) Carlisle, Pensilvânia: US Army War College.
- Soromenho-Marques, V., 2005. Estudo Introdutório. In Frederico II da Prússia, & M. Robalo (Ed.), *Reflexões sobre a Arte de Vencer* (1ª Edição ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- World History at KMLA., 2001. *History of Prussia*. Consultado em julho 06, 2015, <http://www.zum.de/whkmla/histatlas/germany/haxprussia.htm>

COMO FAZER A GUERRA – NAPOLEÃO BONAPARTE

Major de Artilharia Nuno Gonçalves
Major de Infantaria José Carvalho

Introdução

A obra analisada apresenta o resultado de um trabalho de recolha bibliográfica efetuada por Yann Cloarec e publicado no ano de 1973 sob o nome “*Comment faire la guerre*”. Este trabalho de reunião de conteúdos, afirmações e máximas de Napoleão não se apresenta como inédito, por parte de Cloarec, tendo os mesmos já sido coligidos por outros compiladores durante a primeira parte do século XIX (Robalo, 2003, p.33).

Apesar de a obra não ser formalmente da sua autoria, considerámos para a elaboração deste trabalho que Napoleão Bonaparte é o autor moral dos seus conteúdos e, como tal, o objeto do nosso trabalho. Não sendo possível contextualizar com precisão a data em que foram proferidos os postulados que compõem a obra, procederemos a uma contextualização recorrendo aos principais acontecimentos da época Napoleónica.

1. Contextualização do espaço em causa e da época

O acervo apresenta um conjunto de afirmações, não datadas, alegadamente proferidas ou escritas por Napoleão durante a sua vida. Assim, nesta secção, propomo-nos efetuar um breve resumo dos 25 anos de guerras napoleónicas que ilustrem no espaço e na época os princípios gerais da guerra, a defensiva e a ofensiva, segundo a visão de Napoleão Bonaparte.

Napoleão concluiu a sua formação inicial militar em Paris em 1785, na Escola Militar *Champ de Mars*, nos anos finais do Antigo Regime. Em 1789 inicia-se a Revolução Francesa que termina três anos depois, com a queda da Monarquia. Em 1793, Napoleão inicia ativamente a sua carreira militar, caindo nas boas graças da Convenção, que se encontrava ameaçada por uma invasão externa e por uma guerra civil que, entretanto, eclodira em inúmeras províncias da França e, particularmente, em Paris.

Nomeado vice-comandante do Exército para defender a Convenção contra um levantamento popular, Napoleão, através de uma inovadora ação com as peças de artilharia, desmantelou uma das últimas rebeliões em Paris, garantindo que a sua fama e prestígio se continuassem a elevar junto da liderança (Robalo, 2003, p.7 a 9).

Decorrente do seu bom desempenho e conseqüente promoção ao posto de General, em 1796 é enviado para a campanha de Itália, contra os austríacos, onde revoluciona a arte de fazer a guerra e contribui para a expansão do domínio territorial francês. Este percurso é interrompido em 1798, com nova aventura expansionista francesa pelo Médio Oriente, que não surte os resultados esperados, culminando com uma derrota no Egito às mãos dos Ingleses, na Batalha da Baía de Aboukir (Robalo, 2003, p.9).

Tendo conhecimento do reinício do conflito com a Áustria e que o Diretório se encontrava “enfraquecido”, Napoleão regressa a França e, em novembro de 1799, efetua um golpe de estado sendo nomeado para governar França como Primeiro-Cônsul.

Em 1802 é assinada nova paz entre a França e a Inglaterra. Napoleão aproveita a “fama do momento” e proclama-se Cônsul Vitalício. Em 1804, com a colaboração da Igreja Católica, coroa-se Imperador de França.

Entre 1805 e 1813 tem lugar uma nova vaga expansionista contra austríacos, prussianos, russos, portugueses e ingleses. Estes avanços, principalmente nas frentes Russa e Ibérica, originam um grande desgaste nas forças militares francesas. Este período das Guerras Napoleónicas culmina com a derrota das forças de Bonaparte às mãos das forças da Sexta Coligação, que invadiram França e chegaram a Paris em março de 1814. No mês seguinte, Napoleão é forçado a abandonar o poder e acaba exilado na Ilha de Elba, na costa ocidental Italiana.

Em fevereiro de 1815, Napoleão abandona Elba e desembarca em França, onde é recebido triunfantemente. O seu regresso leva à fuga do monarca Luís XVII e da família real para a Holanda e dá início a um período que ficou conhecido como “Os cem dias de Napoleão”. O seu regresso ao poder origina a preparação para a guerra por parte das monarquias europeias. Em resposta, Napoleão prepara a França preemptivamente para a guerra e para enfrentar uma nova Coligação.

Avançando em direção à Bélgica, derrota as forças prussianas em 16 de junho de 1815, mas dois dias depois, a Batalha de Waterloo marcaria o final da Era Napoleónica. Em Waterloo, Napoleão é derrotado por uma coligação de forças Inglesas com o remanescente das forças Prussianas que, apesar de derrotadas, lograram chegar ao campo de batalha a tempo de desequilibrar a correlação de forças.

Após a derrota em Waterloo, Napoleão abdica, apresentando o seu filho, Napoleão II, como sucessor. O propósito seria garantir a continuidade da dinastia. A Coligação não aceita a sua proposta e, receando um novo possível regresso ao poder, os britânicos, colocam-no sob guarda na Ilha de

Santa Helena no Atlântico Sul, onde viria a morrer em 5 de maio de 1821 (Robalo, 2003, p.14).

2. Contextualização do autor

De forma a melhor podermos “conhecer” o autor dos aforismos, neste capítulo iremos contextualizar Napoleão Bonaparte segundo três dimensões: Napoleão como Homem, como General e como Imperador.

Napoleão Bonaparte nasceu em 1769 na Ilha da Córsega, que tinha sido entregue à França apenas um ano antes por Génova. Provinha de uma família corsa de classe média e a sua infância e juventude foram marcadas por restrições em termos económicos, dando origem ao seu forte pendor pelo trabalho disciplinado e o seu rigor na gestão financeira (Rodríguez, p.9).

Ao longo dos anos vai revelando alguns traços que o caracterizam particularmente, como o privilegiar das relações familiares, a sua posição face à religião, o seu sentido de honra e as etapas da sua formação intelectual.

A devoção aos seus familiares é uma característica que pode ser identificada através da forma como nos seus tempos de jovem oficial dedica o seu tempo e dinheiro na formação do seu irmão Luís, não lhe sobrando grande quantia para a sua vida mundana. Podemos observar outras provas dessa devoção familiar na forma como sempre tratou as suas duas mulheres, enteado e filho, mesmo depois de as primeiras não lhe terem sido fiéis aquando das suas ausências em campanha e o modo como, através da concessão de honras de nobreza, garantiu o futuro dos seus irmãos e sempre se preocupou com o bem-estar de sua mãe (Rodríguez, p.3 a 6).

No campo religioso herdou hábitos católicos dos seus ancestrais, que o levaram a tratar particularmente da preparação para a primeira-comunhão do seu irmão Luís. Com o passar dos anos, transforma a sua fé na Igreja numa visão puramente formal, através da qual pretende ver enraizada a moralidade pública, transformando assim a Igreja e a religião num instrumento do estado. Esta visão é confirmada pela forma como se coroa Imperador, instrumentalizando o papel do papa Pio VII. Perto do fim dos seus dias, e talvez fruto do aprisionamento, a sua visão do fenómeno religioso passa a ser mais aberta e menos mecanicista, aceitando que a religião é uma parte do destino e que todas as religiões devem ser respeitadas (Rodríguez, p.7 a 9).

Os seus princípios da honra ficaram bem patentes na forma como se comportou para com os seus mestres e antigos servidores, garantindo que tinham o correto acompanhamento nos momentos mais difíceis. Ao mesmo tempo, o seu particular sentido de honra levava-o não enfrentar instantaneamente quem o ofendia, guardando esse momento para um tempo oportuno, com uma resposta adequada à ofensa (Rodríguez, p.10 a 12).

A formação intelectual de Napoleão dividiu-se em três fases: a primeira formação foi obtida entre 1779 e 1785, nas Escolas Militares de Brienne e Champ de Mars, onde se familiariza com o humanismo e a matemática; a formação como oficial artilheiro, foi obtida entre 1785 e 1789, em alguns regimentos, onde estuda os princípios básicos da tática e história militar bem como da artilharia. Num período revolucionário, a sua formação ideológica ocorreu entre 1790 e 1795, inicialmente como partidário dos jacobinos, sob a influência do “Terror” de Robespierre, e posteriormente contra eles (Rodríguez, p.13).

O General Napoleão Bonaparte demarcou-se por ser um convicto defensor da Revolução Francesa, marcado, em grande parte, pela libertação definitiva da Córsega mas também pelos “horrores” cometidos em nome da Revolução, pela igualdade de todos os cidadãos perante a lei e o pelo final de uma monarquia escorada em razões religiosas (Rodríguez, p.15).

Destacam-se das linhas gerais da “sua arte da guerra” as seguintes: a organização e ação disciplinadora do Exército, imprimindo-lhe coesão e rapidez que lhe irão garantir a iniciativa no campo de batalha; o incremento dos efetivos, através da conscrição combinada com o melhoramento dos equipamentos, permitindo-lhe mobilizar centenas de milhares de soldados, agrupados em Divisões, que se juntam em Corpos de Exército reforçados com uma reserva de cavalaria pesada e uma artilharia, à data, a mais desenvolvida da Europa; a utilização independente destas novas unidades, com relativa autossuficiência, cria uma nova modalidade de manobra, através de movimentos rápidos e ataques à retaguarda do dispositivo seguido de uma perseguição visando a destruição do inimigo, e a utilização de princípios como a concentração de esforços e a mobilidade das suas unidades segundo um princípio de utilização de “armas combinadas” (Rodríguez, p.15 a 19).

Napoleão, o Imperador, não foi um teórico da política. Sustentando o seu modelo numa prática mais pragmática mediante a qual lhe cabia unicamente a ele elaborar leis e organizar o estado teve, para isso, de fazer operar todas as instituições públicas em seu redor e inclusivamente a própria sociedade (Rodríguez, p.19). Apesar da utilização de um modelo centralizador, Napoleão teve como objetivo promover a felicidade dos cidadãos através de medidas que promovessem a igualdade, a lei e o crescimento económico. Essas alterações foram sendo promovidas, tendo sido reestruturado o código civil, promovida a implementação do ensino médio e decretada a laicidade do estado, ao mesmo tempo que foi assinada a primeira Concordata com a Igreja (Robalo, 2003, p.19 a 22).

A reunião de todos os traços de personalidade apresentados nestas três dimensões permite caracterizar Napoleão como um homem dedicado e até apaixonado pela família; intelectual, na abordagem ponderada às dificuldades;

e decidido, no modo como implementa as suas ideias que lhe permitem ficar na história como um dos maiores estrategas, políticos e comandantes militares.

3. Propósitos da obra à época

Não sendo possível identificar a época em que cada um dos aforismos foi escrito, tornou-se-nos difícil identificar o propósito de cada um deles no seu contexto e ainda mais difícil identificar o propósito da obra completa, já que esta foi coligida depois da morte de Napoleão Bonaparte. Assim, para justificarmos o propósito da obra iremos analisar o período correspondente à vida de Napoleão tentando identificar as intenções por ele apresentadas através de escritos ou das suas ações.

Napoleão escreveu muito antes de assumir o poder, quando o deteve e mesmo depois de sair da atividade política (Rodríguez, p.13).

A herança documental de Napoleão foi deixada através de vários ensaios, obras literárias, cartas, discursos, declarações públicas e notificações. Os ensaios e as obras literárias de Napoleão versam sobre temas diversos como a história, as ciências, a política, a crítica teatral, a educação, a religião, os estudos estratégicos e a tática (Rodríguez, p.13). As cartas tiveram como destino os seus familiares, as suas mulheres, os líderes religiosos e os líderes políticos das nações. As declarações, notificações e discursos tiveram essencialmente como destino os seus militares ou a estrutura do Diretório (Joseph Knight Company, 1897).

A obra versa, na sua essência, a guerra e os seus princípios e a aplicação prática da ofensiva e defensiva. Com este conjunto de aforismos recolhidos das fontes apresentadas anteriormente, Napoleão não pretendia mais do que deixar na história o seu legado sobre um presente em que os seus ideais e intelecto o tinham encaminhado até Imperador de França e dominador de um espaço físico que atualmente é a Europa (Robalo, 2003).

Existe um conjunto de indícios que nos permite inferir que a manutenção do seu nome na história é a principal preocupação de Napoleão. O curso separa-se da sua primeira mulher, Josefina, devido a esta não lhe conseguir dar um filho e não pelas suas infidelidades, sustentando a teoria da necessidade de garantir o seu legado. Napoleão não se apresentava como figura que desistisse dos seus objetivos, conforme transmite através das inúmeras cartas que escreve a ambas as mulheres apesar de saber que ambas, nas suas épocas, lhe eram infieis. A sua determinação pode ser identificada através da dedicação que demonstra aos estudos, aparentando ser marca de alguém que tem algo a provar junto de “outros”. A necessidade de demonstrar o poder pode ser identificada através do conteúdo das cartas que escreve aos seus irmãos, dando conta das suas promoções, da atribuição de funções de

maior responsabilidade e, chegado ao poder, a colocação dos seus familiares em cargos de nobreza por todo o seu domínio (Rodríguez, p.3 a 15).

A necessidade de tornar eterna a história da sua vida, das suas façanhas e do seu contributo para a evolução da guerra é demonstrada através das memórias que ditou enquanto se encontrava exilado na remota ilha de Santa Helena enquanto se aproximava do final dos seus dias (Robalo, 2003, p.23).

O que identificámos como o propósito das máximas de Napoleão, nesta obra específica, à época, não é mais que um conjunto de deduções nossas, ilustradas com base no que a bibliografia consultada disponibiliza, encontrando-nos cientes que o contributo de Napoleão no âmbito da guerra e/ou da estratégia é bem superior ao apresentado neste capítulo.

4. Conteúdo da obra

A obra de Napoleão revolucionou a forma de fazer a guerra no seu tempo. O carisma e a audácia foram duas das características fizeram dele um líder militar de referência e cujos atributos temos tentado evidenciar ao longo do trabalho. Nos pontos anteriores, procurámos contextualizar o “autor” da obra no seu espaço e época. Seguidamente iremos salientar o conteúdo da obra, com maior preponderância para os aspetos militares.

“Como fazer a guerra” é analisado em três grandes partes: a primeira dedicada aos princípios da guerra, a segunda à defensiva e a terceira à ofensiva.

Iniciando pela análise dos princípios da guerra de Napoleão, percebemos o seu carácter prático, que refere explicitamente que a guerra não é uma teoria. Salienta, no entanto, que as palavras e o conhecimento teórico têm também um grande poder e influência no combate, uma vez que a guerra se alimenta muito das perceções, fundamentalmente daquilo que é a perceção do inimigo. Esta avaliação conduz muitas vezes a suposições erradas sobre o inimigo e é aqui que os princípios da guerra se tornam de primordial importância, porque normalizam a ação militar, protegendo os Exércitos contra os erros dos chefes na avaliação da força do inimigo. Por este motivo, a arte militar deve seguir um conjunto de princípios que não devem ser violados. Napoleão apelida de criminoso o General culpado por violar os princípios da guerra.

Um dos princípios defendidos por Napoleão é a simplicidade. Refere que todas as operações devem ser como um sistema, privilegiando a simplicidade, sendo esta a primeira condição de todas as manobras. Outro princípio fundamental é a unidade de comando, em que refere que o sucesso da guerra depende da prudência, da boa condição e da experiência do General. Um comandante com uma visão global dos problemas tem condições para vencer e superar todas as dificuldades. Outro princípio de relevo é a economia de forças, em que Napoleão refere que a arte da guerra consiste em ter

sempre mais forças que o inimigo, mesmo com um Exército inferior, quer no ponto em que se ataca quer no ponto em que se defende. Segue-se o princípio da massa, em que Napoleão afirma que os meios dispersos, por mais valor que tenham, não produzem qualquer resultado. No princípio da manobra, Napoleão privilegia o envolvimento das forças em detrimento do ataque frontal, referindo ainda que não deve ser o inimigo quem determina onde se deve combater e que deve ser evitado um campo de batalha por ele escolhido. No princípio da segurança dá especial relevo às informações, principalmente na importância do inimigo não obter informação sobre as suas forças, e a importância dos seus Generais obterem informações sobre o inimigo, de modo a não arriscar a vida dos homens com base em informações pouco consistentes (Robalo, 2003, pp.33-43).

No que respeita às operações defensivas, Napoleão é muito cauteloso, referindo mesmo que a arte de triunfar está em ser, ao mesmo tempo, muito audacioso e muito prudente, e acrescenta que não se pode dizer que se tem um Exército, se ele não recuar. A tomada de uma postura defensiva é uma situação crítica e Napoleão chama a atenção que é de primordial importância não ser surpreendido pelo inimigo enquanto se articula uma defesa. Para que tal não aconteça, as tropas devem-se reunir o bastante à retaguarda. Reconhece também que a maior fragilidade das posições defensivas são os espaços entre unidades e recomenda que não fiquem intervalos na linha de batalha por onde o inimigo possa penetrar. Napoleão salienta que para se conservar uma linha defensiva, é preciso que o seu General tenha previsto bem todas as possibilidades do inimigo, mas que deve ter consciência que conservar todas as posições num momento difícil expõem fragilidades.

Napoleão é um defensor das praças-fortes, que diz que são o único meio que se tem para retardar, enterrar, enfraquecer e inquietar um inimigo vencedor. Refere que enquanto a praça não for tomada, a sorte da província não é decidida, devendo ser defendida até que já não haja pão nem munições. Contudo, diz também que os generais modernos renunciam ao sistema dos campos fortificados para o substituírem pelo sistema das posições naturais bem escolhidas.

Por fim refere que todas as pequenas operações ofensivas, que se possam realizar durante uma operação defensiva dão ao Exército a esfera de confiança e de atividade que ele deve ter. Assim para Napoleão toda a arte da guerra consiste numa defensiva bem ponderada, extremamente circunspecta e numa ofensiva audaciosa e rápida (Robalo, 2003, pp.47-54).

No que se refere às operações ofensivas, Napoleão considera como um momento crítico a passagem da ordem defensiva à ordem ofensiva, salientado que nunca se deve abandonar a linha defensiva, sob pena de se

ver obrigado a retomá-la. Nas operações ofensivas é de salientar a importância que Napoleão dá ao princípio da unidade de comando, referindo que não é preciso mais do que um Exército para conduzir uma operação, pois a unidade de comando é de primeira necessidade na guerra. Para ele não é o número de tropas que conduz ao sucesso mas sim a maneira de as reunir e de agir com vigor.

Para Napoleão toda a guerra deve ser metódica, destruindo os Corpos de Exército inimigos através de movimentos combinados. A maior parte das vezes tem que haver uma vanguarda a fim de poder manobrar, conter o inimigo, dar tempo ao Exército de chegar e às bagagens e parques de desaparecerem. Esta manobra obriga o inimigo a mostrar-se e a deixar-se avaliar.

Na ofensiva, Napoleão refere que preferencialmente se deve procurar bater o inimigo enquanto ele se organiza, atacando tudo o que estiver em marcha e não numa posição que o torne muito superior. É necessário classificar os objetivos a atingir de acordo com a sua importância e ter a esse respeito uma ideia bem clara. Por último, salientar que Napoleão refere sempre que a guerra defensiva não exclui o ataque, assim como a guerra ofensiva não exclui a defesa (Robalo, 2003, pp.57-78).

5. Impacto prático da obra ao longo da história

A Era de Napoleão foi construída na convergência do desenvolvimento da Revolução Industrial e das forças políticas desencadeadas na revolução Francesa, que resultou num aumento do tamanho dos Exércitos, numa mudança para táticas de maior mobilidade e para um novo formato de organização militar, com especial ênfase o Corpo de Exército (Tuck, 2014, p.50). O Exército de Napoleão era simplesmente demasiado grande para que pudesse ser concentrado numa única força, o que invalidava que fosse movimentado de forma eficaz. Esta foi uma das razões pelas quais subdividiu o seu Exército em Corpos de Exército, com uma estrutura mais flexível, mas com força suficiente para fixar uma força inimiga muito maior durante um determinado período de tempo. Ao fazer isto, Napoleão, abriu novas possibilidades para a fixação de uma força inimiga de maior dimensão com uma porção do seu Exército usando, em seguida, o restante para manobrar contra o flanco ou a retaguarda do inimigo (Tuck, 2014, p.83). O fracionamento dos Exércitos em grandes unidades de manobra permite que estes progridam separadamente em colunas, por itinerários diferentes, reunindo e desenvolvendo as suas formações de combate na zona do objetivo. Surgiu, desta forma, a vantagem que se pode tirar dos movimentos torneantes para fazer executar, por Corpos separados, ataques de flanco, abordando uma força inimiga para atingir a sua retaguarda, o que quebrava o seu moral devido ao fator surpresa (Lousada, 2007, p.84). Estes escalões ainda

permanecem nos documentos doutrinários militares e na organização das forças.

Durante as campanhas de Napoleão o uso de armas combinadas foi uma constante, privilegiando-se o emprego da artilharia, como forma de desgastar as forças inimigas e facilitar o ímpeto do ataque. “Em primeiro lugar, uma imensa barragem de artilharia formada por canhões postados o mais próximo possível das linhas inimigas; em segundo lugar, atrás dos canhões, uma cavalaria pronta para atacar sobre os pontos mais débeis dos adversários depois que os disparos de canhão cessassem; por fim, a finalizar a refrega, o avanço da infantaria, essencial para a dominação e conservação do campo de batalha, em um acelerado passo, impulsionado pelo rufar dos tambores, pelo toque dos clarins e pelos gritos de guerra ensaiados” (Ferreira, 2011, p.32). Durante as campanhas de Napoleão, o uso de artilharia para apoiar a cavalaria foi baseado no princípio de que a forma mais eficiente de defesa, levada a cabo pela infantaria contra a cavalaria, era a formação do quadrado. No entanto, esta formação era também o dispositivo mais vulnerável ao fogo de artilharia, o que conferia uma nítida vantagem a Napoleão para o emprego da sua própria artilharia (Tuck, 2014, p.36). Napoleão tornou-se um defensor da aplicação da artilharia em massa, e ainda hoje as operações militares preveem o emprego de fogos em massa de artilharia com vista a degradar o potencial de combate inimigo e facilitar o emprego da manobra (Robalo, 2003, p.17).

A maior mobilidade das forças, a criação de novos escalões e o aperfeiçoamento das armas conduziram a táticas inovadoras. A guerra de Napoleão é uma guerra de movimentos, com marchas constantes à procura do contacto com o inimigo. As forças que estabelecem contacto, são dotadas de capacidade suficiente para fixar as forças inimigas durante o tempo necessário para que o grosso do Exército possa progredir e intervir na batalha decisiva (Lousada, 2007, p.84). Quando Napoleão tinha superioridade total sobre o inimigo, atuava ofensivamente, manobrando sobre as suas retaguardas. Se a superioridade não existia, Napoleão ocupava uma posição central a partir da qual a manobra consistia em bater sucessivamente as forças que se lhe opunham (Lousada, 2007, p.87). Napoleão disse uma vez: “Quando, em menor força, estou em presença de um grande exército, agrupando com rapidez o meu, caio como um raio sobre uma das suas alas e venço-a. Aproveito a desordem que esta atuação produz no inimigo para atacar noutro ponto, sempre com todas as minhas forças. Bato-o assim em detalhe, e a vitória que daí resulta é sempre o triunfo da grande sobre o pequeno número” (Lousada, 2007, p.88).

Apesar de Napoleão não ter desenvolvido muitos documentos escritos sobre a forma de fazer a guerra, deixou a sua marca através de outros teóricos, como Jomini e Clausewitz. Jomini foi um continuador da tradição

franco-napoleónica e a sua obra visava fundamentalmente revelar os princípios da arte da guerra. A tradição militar norte-americana, fortemente influenciada nos seus primórdios por Jomini, manteve até hoje a definição de princípios da guerra nos seus manuais operacionais-táticos. Clausewitz, por seu lado, recusou quase sempre a definição de princípios, defendendo uma teoria geral da guerra o mais generalista possível, de modo a permitir uma abrangente preparação intelectual-prática de modo a criar nos comandos a maior flexibilidade para (re)agir numa multiplicidade de contextos distintos (Robalo, 2003, p.82).

Perante a influência destes teorizadores, até ao final século XIX os Europeus combatiam como Napoleão, e apesar da evidência do poder de fogo e da letalidade das armas modernas, os contendores iniciaram a I Guerra Mundial com doutrinas táticas que continuavam a dar primazia a uma grande concentração de forças debaixo do mesmo comando, de acordo com o modelo napoleónico, que procurava a batalha decisiva como o caminho para o sucesso na guerra (Tuck, 2014, p.60). O paradigma da batalha decisiva das Campanhas Napoleónicas acabou por cair durante a I Guerra Mundial. A partir de 1914, os estados começaram a ser capazes de projetar vários exércitos para o campo de batalha e as forças no terreno assumiram uma dimensão tal que não era possível determinar o sucesso de uma campanha apenas pela vitória obtida numa única batalha. O sucesso passa a ser obtido cada vez mais através de ações táticas coordenadas que, cumulativamente, conduziam à vitória. E este novo conceito veio invalidar o paradigma napoleónico da guerra (Tuck, 2014, p.27).

6. Questões e problemas do presente que podem ser colocadas à obra

Napoleão nasceu no final do século XVIII, como um homem de uma aristocracia modesta, que mais tarde se veio a revelar como um génio militar e moldou o mapa da Europa. Mas podemos afirmar que muitos dos desafios vividos por Napoleão, na construção do seu império, não diferem muito dos desafios que as forças vivem atualmente.

Nos seus postulados dá especial importância aos soldados e aos comandantes que com ele trabalham. Napoleão é um líder natural e sabe que o sucesso das operações depende em grande medida do desempenho dos seus soldados e dos seus comandantes. Por esse motivo procurou incentivar a todo o momento os seus homens, garantindo subordinados com carácter e espírito. Refere que “uma reunião de homens não faz soldados; o exercício, a instrução e a destreza é que lhe dão o carácter”.

Na formação dos comandantes militares, refere que como alunos da Escola Militar devem comer no rancho, viver em comunidade e ir buscar o seu jantar à cozinha. Entende-se que, por esta via, tomarão consciência da vivência do soldado.

Refere que os grandes princípios da arte militar que lhe tornaram favoráveis as operações foram: reunião de forças, atividade e firme resolução de perecer com glória. Acrescenta que “a morte não é nada: mas viver vencido e sem glória, é morrer todos os dias”.

A base do nosso Exército, à semelhança do tempo de Napoleão, continua a ser o “militar”, a sua determinação e empenho, através dos quais se obtém o sucesso das operações. A postura de liderança de Napoleão, perante os seus comandantes e soldados poderá apresentar muitas respostas àquilo que se espera de um soldado e de um líder militar.

Napoleão salienta depois o valor da experiência, referindo que os comandantes-chefes são guiados pela sua própria experiência ou pelo seu génio (Robalo, 2003, p.35). Embora diga que a guerra também se aprende, e ele próprio seja um estudioso das campanhas militares e valorize o estudo dos grandes capitães da história e das suas batalhas, questiona o valor da teoria pura, principalmente se não apoiada sobre um conhecimento experimentado sobre a guerra, seja através da escrita da história dos grandes generais e das batalhas, seja oriunda da prática das armas (Robalo, 2003, p.83). Esta questão permanece também presente nos dias de hoje. A constante evolução do campo de batalha e a necessidade dos Exércitos se prepararem para os desafios futuros de molde a conseguirem apresentar uma resposta credível e eficaz, tem que se apoiar no conhecimento que outros Exércitos obtiveram em combate, procurando incluir nas suas estruturas os equipamentos que melhor se ajustaram e as táticas que obtiveram sucesso, embora com as necessárias adaptações à realidade de cada Exército.

O ambiente terrestre também não difere do tempo de Napoleão. Consequentemente, os desafios por si vividos apresentarão certamente pontos em comum, particularmente em relação à ameaça que, embora assuma características diferentes (pelo seu natural carácter adaptativo), as preocupações mantêm-se semelhantes.

Napoleão considerava fundamental conhecer o seu inimigo para conduzir o seu plano, sem por em risco a segurança dos seus homens. Ao fazer a guerra usa as notícias para identificar a forma de atuar do inimigo, reunir as suas forças e executar o seu plano (Robalo, 2003, p.41). Chega a referir que se o General não é informado, é porque não efetuou tudo que estava ao seu alcance para o fazer. É preciso obrigar as pessoas a falar. Napoleão é cauteloso com a informação que obtém, e só dá crédito a essa informação depois de devidamente discutida (Robalo, 2003, p.42). A gestão da informação continua nos nossos dias a ser fundamental para a conduta das operações e obter a informação certa no momento certo, pode ser decisivo para o sucesso de uma operação.

No campo de batalha, o poder do fogo das armas de tiro direto impunham inúmeras baixas na realização de ataques frontais, o que induziu a procura de movimentar as forças para conduzir ataques de flanco, minimizando a exposição das forças ao raio de ação das armas, criando, deste modo, a ideia da manobra.

Os princípios essenciais da tática, que ainda hoje são verdadeiros, ficaram consagrados a partir do século XVIII, nomeadamente os princípios da massa, da manobra e da surpresa. Napoleão, na sua obra, é referido como sendo um manobrador por excelência e apresenta a arte da guerra como um sistema que resulta da combinação do fogo com a manobra bem como pela combinação da infantaria, artilharia e cavalaria (Robalo, 2003, p.95). Também nos dias de hoje, o sucesso das operações passa pela realização de operações conjuntas e combinadas, integrando as diversas valências. A necessidade de interligar diversas valências tem vindo a ganhar maior relevo nas operações à medida que a complexidade da ameaça aumenta. Neste campo, os postulados de Napoleão também apontam no sentido certo, o que altera é uma questão de escala: hoje já não é possível obter sucesso apenas com o instrumento militar, sendo necessário integrar outras variáveis, como a política e a económica.

Bibliografia

- Amazon, n.d. Amazon - Comment faire la guerre. [Online] disponível em: http://www.amazon.com/Comment-guerre-Petite-Collection-French-ebook/dp/B005OKQ0IW/ref=sr_1_1?s=books&ie=UTF8&qid=1436109718&sr=1-1 [Consultado em 30 junho 2015].
- Amazon, n.d. Amazon - How to make war. [Online] disponível em: http://www.amazon.com/gp/product/0964228424?ie=UTF8&isInframe=1&n=283155&redirect=true&ref_=dp_proddesc_0&s=books&showDetailProductDesc=1#iframe-wrapper [Consultado em 30 junho 2015].
- biography, n.d. Napoleon Biography. [Online] disponível em: <http://www.biography.com/people/napoleon-9420291#first-consul> [Consultado em 07 julho 2015].
- Ferreira, B.P., 2011. Napoleão Bonaparte: Estratégias e manobras de guerra e a formação militar do seu grande Exército.
- HISTORY.com, n.d. HISTORY.com. [Online] Disponível em: <http://www.history.com/topics/napoleon> [Consultado em 07 julho 2015].
- Joseph Knight Company, 1897. Napoleon's Adresses. Boston: Joseph Knight Company.

- Lousada, A.P., 2007. História Militar de Portugal, Apontamentos. Lisboa.
- Napoleonic Guide, n.d. Napoleonic Guide. [Online] disponível em: <http://www.napoleonguide.com/> [Consultado em 30 junho 2015].
- Robalo, M., ed., 2003. Como Fazer a Guerra - Napoleão Bonaparte. 1st ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Rodríguez, R.V., n.d. Universidade Federal de Juíz de Fora. [Online] Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Napole%E3o.pdf> [Consultado em 30 junho 2015].
- The Catholic Encyclopedia Inc, 1913. The Catholic Encyclopedia - Volume Ten. New York: The encyclopedia press.
- Tuck, C., 2014. Understanding Land Warfare. Routledge.

TEORIA DO COMBATE – CARL VON CLAUSEWITZ

Major de Artilharia Rui Alvarinho
Major de Infantaria António Marques
Major de Artilharia Rui Heleno

“...como o general Clausewitz julgava as coisas, tirava conclusões de certos movimentos e marchas, calculava o tempo das marchas e os pontos onde se tomariam decisões, era extremamente interessante. Como dirigente no campo de batalha, por outro lado, não estaria tanto no lugar apropriado (...) faltava-lhe a arte de arrastar as tropas”

Brandt¹

1. Contextualização do espaço em causa e da época

Carl Philipp Gottlieb Von Clausewitz nasceu em 1780 em Burg, nos arredores de Magdeburgo, Alemanha durante o reinado de Frederico Guilherme II da Prússia. Clausewitz iniciou a sua carreira militar logo com doze anos de idade onde combateu integrado como soldado porta-bandeira (*Fahnenjunker*) num dos regimentos do exército prussiano que expulsou os franceses da Renânia² durante as campanhas no Reno, no contexto das designadas Guerras da Revolução. Aqui assiste à rendição da cidade de Mainz. Em 1801 inscreveu-se na Escola Militar de Berlim, onde estudou Kant e atraiu a atenção de Scharnhorst³, a quem mais tarde ajudou a reformar o exército prussiano.

Participou na Batalha de Auerstadt⁴ como Ajudante de Campo do príncipe Augusto da Prússia, sobrinho de Frederico Guilherme III, onde ambos foram capturados e levados como prisioneiros para Soissons, perto

¹ General que esteve no Estado-Maior de Gneisenau, esteve em contacto diário com Clausewitz em assuntos de serviço e também o encontrava frequentemente à mesa do Marechal Gneisenau, em Posen (Clausewitz C. V., Vom Kriege, s.d.).

² Área definida pelo conjunto de diversas regiões, na Alemanha Ocidental, ao longo do Médio e Baixo Reno.

³ General Gerhard Johann David Von Scharnhorst (1755-1813) foi diretor da Escola Militar e Chefe do Estado-Maior do exército prussiano.

⁴ Batalha que ocorre em 14 de outubro de 1806, no interior da Prússia, na época sob o governo dos Hohenzollern, que se opunham aos exércitos de Napoleão Bonaparte (Stoker, 2014).

de Paris. Aqui permaneceriam cerca de dez meses até ao final da guerra. Quando regressou de França foi nomeado elemento do Estado-Maior do General Scharnhorst, onde teve oportunidade de colaborar na reorganização do Exército (Clausewitz C. V., Vom Kriege, s.d.).

Em 1812, ao serviço do exército Russo, como Ajudante de Campo do General Phul⁵ combateu em Vitebsk e em Borodino, território russo, antes de Napoleão entrar em Moscovo. Assistiu, depois, à retirada dos franceses da capital russa (Clausewitz C. v., Princípios da Guerra, 2003). Em segredo, conduziu as negociações que levariam o General York Von Wartenburg⁶ a desertar com as suas tropas do exército napoleónico, contribuindo assim de um modo decisivo para que se rompesse a – por si odiada – aliança franco-prussiana.

Durante o ano de 1813, na batalha de Lutzen (que recebeu o nome da cidade alemã a sudoeste de Leipzig), da qual Napoleão saiu vitorioso, Clausewitz comandou diversas cargas de cavalaria tendo sido ferido (Clausewitz C. v., Princípios da Guerra, 2003).

Decorria o ano de 1814, quando Clausewitz foi nomeado chefe do Estado-Maior das unidades russo-germânicas do General Walmoden⁷, que faziam parte do exército do Norte comandado pelo General Bernadotte⁸. Ainda durante a campanha de Waterloo, em 1815 e de acordo com Graham, Clausewitz colaborou com o General Von Thielmann⁹, fazendo parte do seu Estado-Maior, durante a batalha de Wavre¹⁰.

⁵ Karl Ludwig Von Phull (1757-1826) foi um General Alemão ao serviço do Rei da Prússia e do império Russo.

⁶ Johann Yorck, conde von Wartenburg (1759-1830) foi marechal, reformador e comandante durante a Guerra de Libertação de 1813-15 contra a França. Por sua iniciativa tentou acordar um acordo de separação neutral com a Rússia permitindo à Prússia juntar-se aos países aliados na luta contra Napoleão.

⁷ Ludwig Georg Thedel, Graf von Wallmoden (1769 -1862) foi um general oriundo de cavalaria conhecido pelo treino de infantaria ligeira e pelo sistema “*Tirailleur*” em português, “ atirador especial ”).

⁸ General Jean-Baptiste Jules Bernadotte (1763-1844), conhecido também por Charles John. Recebeu de Napoleão o bastão de marechal e, estando a ponto de assumir o governo de Roma, em 1810, foi escolhido pelos suecos para sucessor do rei Carlos XIII da Suécia. Relutantemente, Napoleão acabou por assinar a libertação incondicional das obrigações do marechal para com a França.

⁹ Johann Adolf, Freiherr Von Thielmann (1765 - 1824) foi um General que serviu com a Saxónia, Prússia e França durante as Guerras Napoleónicas.

¹⁰ Batalha que ocorreu a 18 de junho de 1815, na região da vila de Wavre na Bélgica, entre o Marechal francês Grouchy e o General Thielman, Comandante do Corpo do Exército Prussiano. Na mesma altura, Napoleão, travava a sua última grande batalha nos campos de Waterloo, que viria a perder.

“Em 1818 tornou-se diretor da Escola Militar onde fora previamente educado” (Graham, s.d., p. 25).

Em 1830, foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército de Observação junto da fronteira com a Polónia sob o Comando do Marechal Prussiano August Von Gneisenau, após ter sido inspetor de artilharia em Breslau (Castro, s.d.). Quando o Exército Prussiano de Observação foi extinto, Clausewitz regressou a Breslau onde foi atacado pela cólera. Faleceu em 1831, com 51 anos de idade.

Em suma, Clausewitz foi combatente em Jena-Auerstadt, acompanhou os acontecimentos de Leipzig e ajudou a conceber e a colocar em prática as profundas reformas militares e sociais que colocaram a Prússia num plano de primeira grandeza no concerto europeu.

“A vida de Clausewitz foi, na sua grande maioria, passada em campos de batalha, em guarnições, ou em preparativos de guerra. Mas também em laboriosas conceções de planos de campanhas e numa análise incessante e perspicaz dos eventos que à sua volta ocorriam. Ansiou sempre pela oportunidade de combater pelo seu país contra a opressão francesa, tendo acumulado uma invejável experiência militar.” (Bóia, 2003, p. 9 e 10).

2. Contextualização do autor

Clausewitz viveu numa época em que a Europa foi palco de uma revolução. O antigo regime e as antigas relações feudais foram eliminadas, o mapa político europeu redesenhado e o absolutismo substituído, em boa parte do continente, por monarquias constitucionais¹¹. Assim, o processo de formação dos Estados Modernos estava concluído, o Capitalismo foi introduzido com a Primeira Revolução Industrial (com início na Inglaterra por volta de 1850) e vivia-se uma verdadeira hegemonia do Ocidente em diferentes aspetos da vida social.

O Congresso de Viena (1814-1815) redesenhou as fronteiras políticas da Europa e reorganizou os estados, visando suprimir definitivamente o espectro de Napoleão. A velha Europa passava uma borracha no passado recente, procurando recriar o fio de continuidade que tinha sido violentamente rompido. O princípio da Legitimidade foi uma das bases do projeto europeu articulado em Viena, gerando a política da restauração. Os governos oriundos da hegemonia napoleónica, alguns dos quais liderados por familiares do imperador francês, foram eliminados.

¹¹ Monarquia constitucional (também designada como ou *monarquia parlamentarista*) “sistema de governo onde a posição do monarca (rei, imperador ou figura similar) fica estabelecida na constituição local. O Soberano governa de acordo com a constituição, isto é, de acordo com a lei, ao invés de tomar decisões baseado na sua livre vontade.”

Do princípio de Legitimidade podemos dizer que permitiu que a Europa se virasse para si mesma, num sistema que poderíamos hoje designar por “equilíbrio multipolar” (ou pluripolar), decorrente de uma geometria pentagonal liderada pela Inglaterra, França, Prússia, Império Austro-Húngaro e Rússia (Mendes, 2010, p. 11)¹². Este princípio foi, inequivocamente, uma das bases do projeto europeu articulado em Viena (Raquel Mendes, 2010). O estado de legitimação foi defendido pela diplomacia europeia, tendo sido uma iniciativa do chanceler austríaco, príncipe Metternich e do czar Alexandre I, da Rússia¹³.

Há ainda o sistema de Metternich, nome dado ao Concerto da Europa de Viena. O objetivo passava por estabilizar e equilibrar as potências soberanas que, em conjunto, zelavam pela manutenção da ordem continental. Se antes havia uma geometria pentagonal, agora estávamos perante uma geometria irregular com a presença da Inglaterra, França, Prússia e Áustria e a Rússia. Irregular no sentido em que uma era uma potência marítima, a outra tinha sofrido uma derrota militar dura, duas delas eram arqui-inimigas e uma outra conservadora (Mendes, 2010).

A obra *Vom Kriege* (em português, "Da Guerra") constituiu um sucesso peculiar na Alemanha, então em processo de unificação e com a pujante dinâmica de um nacionalismo nascente, em grande parte assente na florescente cultura germânica. Mas também em França e noutros países europeus viria a ser enorme a curiosidade suscitada, a que não eram estranhos os êxitos militares prussianos e, posteriormente, alemães, da segunda metade do século XIX, os quais, pensava-se, muito deviam à contribuição teórica de Clausewitz (Clausewitz C. v., Teoria do Combate, 2005).

Decorria a segunda década do século XIX quando Clausewitz iniciou a escrita da obra “Da Guerra” (Bassford D. C., 1998), ano da crise constitucional de 1819, onde Frederico William III¹⁴ reconheceu a fidelidade da Prússia aos Decretos antirrevolucionários de Karlsbad¹⁵. As forças prussianas mais

¹² Esta “geometria pentagonal” só foi afetada aquando da unificação da Alemanha, em 1871, que após o seu crescimento corrosivo se veio traduzir na Primeira Guerra Mundial.

¹³ Este princípio teve o seu fim quando a Inglaterra recusou intervir na guerra espanhola entre liberais e realistas. O seu fim oficial deu-se em 1848, com a expansão das revoluções liberais.

¹⁴ Frederick William III (1770-1840) foi rei da Prússia entre 1797 e 1840. Filho e sucessor de Frederick William II (Brown, s.d.).

¹⁵ Trataram-se de restrições sociais feitas pela Confederação Alemã na cidade Karlsbad, na Boémia, que fazia parte do então Império Austríaco. Segundo Mejia (2006, p. 231) os decretos estabeleciam que cada universidade teria um inspetor oficial, os professores rebeldes teriam de ser demitidos, as sociedades de estudantes seriam dissolvidas e a imprensa submetida a uma forte censura. A execução implacável dos Decretos

conservadoras discordavam do recrutamento em prol de um mais democrático. No mesmo ano Frederico William III reduziu o tamanho das milícias e colocou-as sob o controlo do exército regular, levando à demissão dos generais Boyen e Grolman e ao fim do movimento reformista. O ideal de Boyen, de um soldado-cidadão instruído, foi substituído pelo de um militar profissional separado ou alienado da sociedade civil.

A sua escrita está intrinsecamente ligada à sua experiência com a participação (direta e indireta) em cerca de 36 ações de combate, algumas delas consideradas das mais sangrentas da era napoleónica (Stoker, 2014). A participação física em cinco guerras/campanhas moldou certamente o seu pensamento dando-lhe os necessários *inputs* para poder escrever. Veja-se, a propósito, o Anexo: Tabelas Complementares.

Decorria o período de 1793 a 1797, quando Napoleão Bonaparte assumiu pela primeira vez o comando de todas as forças francesas, na denominada a Guerra da Primeira Coligação, a primeira das Guerras Revolucionárias Francesas iniciadas em 1792. Esta foi a campanha decisiva para a vitória francesa e o fim da Guerra da Primeira Coligação (Stoker, 2014). Como já tivemos oportunidade de referir, a primeira experiência militar de Clausewitz foi aos doze anos, na campanha que expulsou os franceses da Renânia, no inverno e primavera de 1793. Depois da reconquista de Mogúncia, Clausewitz lutou nos montes Vosges onde as operações consistiram, essencialmente, em incursões e emboscadas. Quando o exército foi desmobilizado em 1795, Clausewitz retornou à Prússia com algum conhecimento sobre tática de pequenas unidades.

Em outubro de 1806, tiveram lugar duas importantes batalhas no coração da Prússia, a de Jena e Auerstadt (Stoker, 2014). Em Auerstadt (14 de outubro) cerca de 97 mil soldados ao serviço de Napoleão derrotaram cerca de 130 mil prussianos, sob o comando do príncipe Hohenlohe¹⁶, do duque de Brunswick¹⁷ e do rei Frederico Guilherme III. Neste confronto, destaca-se o papel do marechal Davout que, com os seus 27 mil homens, chacinava e punha em debandada os 70 mil prussianos que se lhe opunham. Praticamente em simultâneo, na batalha de Jena, Napoleão lutava contra os 60 mil homens de Hohenlohe, combinando mobilidade, rapidez, audácia e perícia tática. Entretanto a Cavalaria de Murat perseguiria implacavelmente os sobreviventes. Brunswick

de Carlsbad levou a que o movimento liberal na Alemanha caísse numa obscuridade da qual só sairia em 1848.

¹⁶ Príncipe Hohenlohe (Frederick Louis) (1746 -1818) – General Prussiano. Foi um dos Militares mais populares do exército prussiano.

¹⁷ Carlos Guilherme Fernando de Brunswick (1735-1806) – “Foi príncipe-soberano do Sacro Império Romano-Germânico e um soldado profissional ao serviço do Reino da Prússia. Foi duque de Brunswick-Wolfenbüttel desde 1780 até à sua morte”.

foi mortalmente atingido, Hohenlohe rendeu-se, e o rei prussiano, depois de tentar sem sucesso retardar o demolidor avanço napoleónico, acabaria por fugir para a Rússia. Napoleão entrou triunfante em Berlim a 27 de outubro.

Em 1807, Bonaparte obrigaria Frederico Guilherme III a subscrever as humilhantes condições do tratado de Tilsit, que reduziria para metade o território e a população do estado prussiano (Clausewitz C. v., *Princípios da Guerra*, 2003).

Em 1813, passados seis anos, a escala rigorosamente devastadora a que as batalhas poderiam ser travadas não tinham paralelo no mundo ocidental. A partir de agosto, os aliados (prussianos, russos, austríacos, suecos e britânicos) puseram em marcha um exército colossal, com cerca de 750 mil efetivos, incluindo reservas e guarnições. Napoleão, por seu turno, mobilizou um esforço prodigioso de cerca de 450 mil soldados. Foi neste contexto que em Leipzig se defrontaram adversários com um elevado potencial de combate. Daqui resultou uma das mais cruciais batalhas das guerras napoleónicas. De volta à Prússia, reintegrou o Exército e, como chefe do Estado-Maior, combateu na batalha de Wavre, que empenhou os 33 mil franceses do general Grouchy, impedindo Napoleão de contar com essa força em Waterloo.

Segundo Bóia (2005, pp. 18 e 19), Clausewitz passou quase toda a sua vida a pensar em guerra, deixou-se fascinar pelo génio militar de Napoleão, pelas suas inovações e os seus êxitos. Chegou a chamar-lhe o Deus da Guerra, o maior general dos tempos modernos. Mas por outro lado, Napoleão era o seu arqui-inimigo, tornando-se um “anti bonapartista” radical. Quando o imperador da Prússia, Frederico Guilherme, derrotado por Napoleão, faz um pacto com este para a invasão da Rússia, Clausewitz, apesar de ser um nacionalista e patriota, abandona o exército prussiano e vai servir no exército russo, para combater Napoleão (Clausewitz C. v., *Teoria do Combate*, 2005).

3. Propósitos da obra à época

A vida profissional de Carl Von Clausewitz coincidiu exatamente com o período em que decorreram as guerras revolucionárias e napoleónicas, entre 1792 e 1815.

Na sua obra são apresentados conceitos ultrapassados no tempo e ideias eternas, como acontece nas obras de grande importância. As facetas que o tempo se encarregou de tornar obsoletas dizem respeito aos meios e tecnologia utilizados na guerra, à Revolução Francesa e os Exércitos que dela fizeram parte, à dimensão do império francês, à liderança de Napoleão e queda do seu poder, às dificuldades de sobrevivência da Prússia e à edificação do estado germânico, que encontra fatores determinantes durante o período em que decorreu a guerra e do qual Clausewitz fez parte. Mas também a compõem

várias facetas e conceitos que a atualizam e a mantêm como uma referência padrão para muitos, apesar das críticas ao pensamento do autor (Moreira, 2009, p. 371).

Clausewitz reconheceu que as instituições militares do Antigo Regime se encontravam obsoletas pois as suas formas e meios não se adequavam aos novos tempos e respetivas condições políticas. Em “Da Guerra” explica que as novas condições políticas da revolução francesa permitiram impulsionar a guerra através das novas capacidades instaladas. Estas constatações são demonstradas na pesada derrota da Prússia em 1806, em relação à qual Clausewitz identifica a desadequação das políticas de Frederico II face aos novos tempos. Fica revelado que Clausewitz tende a explicar os acontecimentos tendo por base o cenário pré-existente e não de acordo com abordagens teológicas da história (Waldman, 2009).

A sua obra inacabada influenciou determinantemente o pensamento militar da França e outros países europeus ao longo do século XIX, chegando mesmo a pensar-se que os sucessos militares prussianos, e mais tarde alemães, se deveram à aplicação dos princípios teóricos de Clausewitz. Com a evolução tecnológica, as teorias da guerra de Clausewitz incrementaram a sua pertinência e, ao contrário de perderem a sua presença nos conflitos, tornaram-se mais abrangentes, fazendo com que a sua validade persistisse até aos nossos dias. A visão do autor permitiu que a sua moldura teórica se pudesse enquadrar muito para além da época vivida, continuando a ter expressão no futuro.

Tanto os feitos de Frederico II como os de Napoleão Bonaparte constituem as grandes referências de Clausewitz, mas foi sobre o segundo que mais se debruçou. Foi na sua obra “Da Guerra”, onde se insere este capítulo, que apresentou as ações de Napoleão num enquadramento teórico e onde descreveu as reformas prussianas. Apesar de não ter comandado unidades em campanha na sua carreira militar (teve sempre funções de estado-maior), foi capaz de analisar e compreender com sucesso grandes exércitos da sua época no campo de batalha (Smith, 2008). No esforço para descobrir como derrotar o exército napoleónico, Clausewitz não estudou apenas as técnicas militares, mas também os contextos políticos e os antecedentes históricos que se opunham ao modo de combater do francês (Howard, Clausewitz: A Very Short Introduction, 2002).

Napoleão revolucionou em larga medida o modo como se fazia a guerra. Herdou e melhorou exércitos de massas, levantados por conscrição, que iriam lutar pela sua nação, dando especial importância ao moral dos combatentes. O princípio divisionário, que constituía um desenvolvimento francês do final do século XVIII, abriu caminho para a realização de batalhas em que

já não era necessário o consentimento mútuo: um adversário podia impor a batalha ao opositor, desde que fosse mais rápido e o fixasse com uma divisão durante o tempo suficiente para que as restantes assumissem a sua ordem de batalha. Napoleão conduziu com mestria esta linha de pensamento e elevou o escalão em que se executava esse tipo de procedimento para o Corpo de Exército. Estas novas abordagens à guerra foram analisadas por Clausewitz, tendo-se afastado, nos seus escritos, das teorias formalistas da manobra que eram ensinadas nas escolas militares e mesmo preconizadas por outros teóricos da guerra. Mesmo assim, algumas das ideias de Clausewitz não chegaram a ser assumidas pelos exércitos europeus antes de 1870.

Mas também há uma componente da obra da qual se nota impacto imediato. Após 1815, entraram no Exército prussiano as ideias de Clausewitz sobre a importância das forças morais, o interesse em procurar o inimigo e destruí-lo em batalha, a necessidade de flexibilidade e autoconfiança. Estas ideias estavam em consonância com o pensamento liberal e voltado para o futuro dos jovens oficiais da época pós-napoleónica, que contrariavam os conceitos estratégicos formalistas impostos pela hierarquia conservadora (Howard, Clausewitz: A Very Short Introduction, 2002).

Até o fim do século XVIII, os Exércitos constituídos por grandes efetivos combatiam em terreno aberto, com táticas adequadas ao combate próximo e direto e com um modo de empenhamento que não rejeitava a morte. Para Clausewitz, o combatente teria duas possibilidades básicas na batalha: a vida e a morte. Definiu a guerra como um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à vontade do outro, ato esse extremo no uso da força física, quer em combate corpo a corpo, ou em combate com armamento. Após iniciada a guerra, apresenta como inevitável o derrame de sangue entre os contendores.

Com a Revolução Francesa na época, o povo francês tornou-se numa força política. Para Clausewitz, os propósitos do Estado-Nação são propósitos políticos e conceptualizou-os como interesses de um estado dirigido por um monarca que deveria colocar como prioritário os desejos da nação em detrimento das vontades próprias e individuais. Esse conceito foi demonstrado pelo próprio, aquando da aliança franco-prussiana que antecedeu a campanha de 1812 na Rússia. Aqui deixou claro que lutava a favor da Prússia e não do monarca Frederico Guilherme III, após ter abandonado o Exército prussiano, acompanhado por cerca de trinta oficiais, colocando-se ao serviço do Imperador Alexandre I da Rússia (Júnior W. V.).

Durante a campanha de 1812 na Rússia, os cossacos espalharam o terror nas forças francesas em retirada, com ações de flagelação. Esta atitude das forças russas, que marcou o pensamento de Clausewitz, fê-lo perceber que a guerra

é feita com sentimentos próprios dos seres humanos, pelo que a “guerra real” só é conhecida pelo combatente que nela se encontra envolvido. Clausewitz concebe duas realidades interdependentes e que se complementam: “guerra absoluta” e “guerra real”. Para ele, e para a “guerra absoluta”, o plano de combate deve analisar como são utilizados os meios, militares e armas, determinar sua extensão e a dimensão nesse plano. Quanto à “guerra real”, esta compreende as situações que ocorrem durante a campanha, onde os militares estão submetidos a variações do moral, decorrentes das dificuldades e crueldades inerentes à batalha.

Quanto à obra “Teoria do Combate” em estudo, esta insere-se no Capítulo II – Teoria Geral do Combate, do Livro II, e representa uma parte do tratado incompleto sobre a “tática”, tratado esse que faz parte de um projeto de um tríptico da obra “Da Guerra” juntamente com o painel da “grande guerra” e o painel “pequena guerra”. “Teoria do Combate”, é apontado como um trabalho provisório que Clausewitz iniciou como esboço para um curso que ministrou na Escola de Guerra, onde lecionou entre 1810 e 1812 e na qual foi encarregado da instrução militar do príncipe herdeiro da Prússia. Este esboço faria parte de um projeto mais abrangente sobre a tática e que pretendia mais tarde desenvolver para incluir em “Da Guerra” (Clausewitz C. V., Teoria do Combate, 2005).

4. Conteúdo da obra

A “Teoria do Combate” está organizada numa sequência de parágrafos numerados e insere-se no Capítulo II – Teoria Geral do Combate, do segundo dos oito livros da obra “Da Guerra” da autoria de Clausewitz. Importa referir que a sua obra escrita ao longo de vários anos, sofreu atualizações e correções do autor, que impossibilitaram a conclusão da sua sistematização, como foi previsível e registado em notas escritas pelo próprio. A repetição da abordagem de conceitos e questões ao longo desta obra, por vezes descritos muito minuciosamente, confirma a ineficiente organização do capítulo.

Apresenta um trecho designado “Esboço de um Plano sobre Tática ou Teoria do Combate” dividido em sete títulos, sendo que os últimos cinco particularizam o combate, o que mostra que “Teoria do Combate” será apenas uma parte do Capítulo II. Com o título “Guia para o estudo da Tática ou da Teoria do Combate. Teoria Geral dos Combates”, Clausewitz mostra uma sequência de parágrafos com numeração crescente, de estrutura diferente à utilizada para a obra “Da Guerra”, o que leva a indiciar que este método utilizado serviria para *a posteriori* organizar os vários parágrafos numerados na construção do Capítulo II.

A “Teoria do Combate” está organizada em 28 títulos, não conciliados com os títulos do esboço inicial do autor, que agrupam e identificam os 604 parágrafos numerados. Apresentamos, de seguida, o resumo sucinto de alguns dos títulos da obra:

Quanto ao “Combate”, Clausewitz apresenta como finalidades que o justificam, a destruição das forças inimigas, a ocupação de um objetivo, a vitória pela honra ou a junção de duas ou mais destas finalidades. Quanto à vitória, esta representa a retirada do inimigo do campo de batalha, sendo conseguida através do combate, que no nível tático não implica o aniquilamento total das forças inimigas. Apresenta, ainda, como fator que leva à vitória, a desorganização da estrutura do inimigo, conseguida com um ataque rápido efetuado com uma força com elevado potencial. Divide o combate em “corpo a corpo” e “com armas de fogo”, sendo um indissociável do outro. O primeiro, utilizado pelo atacante para chegar ao defensor, é considerado um ato decisivo e estão aqui bem presentes as forças morais. O segundo, utilizado pelo defensor para evitar o atacante, é um ato destrutivo.

A decisão (ato decisivo) surge na sequência de uma ação do inimigo ou de um acontecimento desequilibrado entre as forças, tendo conduzido o comandante a este ato. O ato destrutivo consta da destruição das forças inimigas e do facto de explorar uma vantagem sem correr o risco de o inimigo voltar a combater, sendo predominante o combate com armas de fogo, o que leva a empenhar um menor efetivo de forças para obter a destruição desejada, surgindo assim o conceito de economia de forças.

Estes dois atos (destrutivo e decisivo) separam o combate na dimensão temporal. Inicialmente, na fase de preparação da decisão, ocorre o combate destrutivo, com intuito de obter vantagem através das armas de fogo. Só depois de concretizado este ato ocorre a decisão do comandante e tem início o combate decisivo, onde devem ser utilizadas forças de reserva diferentes das usadas no combate destrutivo.

Apresenta o conceito de “fricção”. Para Clausewitz, são acontecimentos reais imprevisíveis no plano que ocorrem da conduta das forças durante o combate. A guerra deverá ser conduzida com o equilíbrio entre a conduta e o plano¹⁸.

Quanto ao ataque e à defesa, no parágrafo nº 264 indica que é o atacante que procura o combate, enquanto o defensor é quem tem a ação passiva e aguarda. Esta afirmação contraria, de certa forma, o conceito apresentado por si na obra “Da Guerra”, que refere que é a defensiva que procura o combate e que, na ofensiva, o combatente deseja a conquista sem oposição.

A utilização sucessiva das forças militares tornará impossível a previsão da operação inimiga, pelo que é necessária uma reserva com capacidade para reforçar, consolidar o objetivo depois da sua conquista e preparada para atuar em situações imprevistas no decorrer do combate. Apresenta a reserva como

¹⁸ Finalidade do combate que se traduz na vitória pela destruição ou aniquilamento do inimigo.

força com capacidade para participar no combate após diminuição do potencial e que necessariamente tem superioridade face às já utilizadas e desgastadas.

Nas situações em que a frente da força seja igual à do inimigo, ou ainda quando é feito o movimento envolvente perante uma frente mais extensa, é privilegiada a utilização simultânea das forças. O envolvimento poderá este ser efetuado com o emprego da reserva. Como alternativa ao envolvimento, aponta a rutura do dispositivo como mecanismo para destruir inimigo. Para o comandante decidir entre o envolvimento e a rutura, terá que avaliar a extensão da frente, a natureza da retirada, o potencial do inimigo, a sua forma de manobrar e as características do terreno.

Conclui que terá que haver um equilíbrio entre a utilização simultânea e a sucessiva das forças militares porque ambas as formas de utilização têm vantagem para o sucesso no combate.

Clausewitz finaliza a “Teoria do Combate” abordando a liderança/comando. Distingue dois tipos de coragem das forças, a coragem física e a coragem moral, sendo que esta última é a que mais valoriza o atributo de comando. Refere que o comandante terá que ter bom senso nas suas decisões, garantido desta forma um comando eficaz.

5. Impacto prático da obra ao longo da história

As ideias contidas no tratado “Da Guerra”, redigidas há quase 200 anos, continuam a estar incorporadas na doutrina militar norte americana¹⁹. Clausewitz também continua a constituir-se como texto de estudo nas várias escolas de referência americanas, nomeadamente no *Naval War College* desde 1976, no *Air War College* desde 1978 e no *Army War College* desde 1981, e ainda na *U.S. Army's School for Advanced Military Studies*, em Leavenworth, desde 1983 (Bassford C., 2013). É reconhecido que estas instituições têm impacto e constituem-se como centros de referência em matérias militares, no mínimo, para todo o mundo ocidental.

Algumas ideias inicialmente apresentadas por Clausewitz, recuperadas e incorporadas na doutrina atual, são o conceito de centro de gravidade (*Schwerpunkt*) e Ponto de Culminação, que são aceites de uma forma bastante unânime (Echevarria II, 2003) e (Bassford C., 2013). Também os conceitos de “vitória”, “ato decisivo” “atrito/fricção”, “primazia do atacante”, “saber quando empregar a reserva” e “liderança por coragem moral” apresentados no capítulo anterior, mantêm-se válidos na atualidade e são aceites na comunidade militar

¹⁹ Quer do Exército (por exemplo, no FM 100-5: *Operations*, de 1982), quer do Corpo de Marines (USMC), FMFM 1: *Warfighting*, de 1989.

mundial, como podemos constatar, por exemplo, na nossa Publicação Doutrinária do Exército PDE – 3-00 Operações (Exército, 2012).

Clausewitz foi testemunha das vitórias e das derrotas de Napoleão e tendo por base as observações recolhidas produziu um conjunto de documentos escritos compilados no livro “Da Guerra”, que foi dado à estampa postumamente pela sua mulher, Marie Clausewitz, em 1832. O pensamento expresso não era totalmente novo, pois já tinha sido tratado por outros pensadores, destacando-se Maquiavel, como é reconhecido pelo próprio Clausewitz que, sobre este homem do século XV, refere que tem “ opiniões muito acertados sobre assuntos militares” (Keegan, 1993, p. 462).

A obra de Clausewitz começa a granjear a sua fama de repositório de verdades incontornáveis devido ao facto do Exército prussiano as ter posto em prática nas vitórias que obteve em 1866 na guerra contra a Áustria e, especialmente, em 1870-71, contra a França, catapultando-a assim, definitivamente para a aceitação por toda a Europa (Keegan, 1993).

Teve um impacto prático na condução e pensamento que enformou a I Guerra Mundial, mas foi depreciada por alguns críticos, como por exemplo Basil Liddell Hart²⁰, entre outros, que identificaram as ideias de Guerra Total como justificação para que fossem aceites tentativas de vitória a todo o custo, independentemente do número de baixas (Howard, CLAUSEWITZ - A Very Short Introduction, 2002, p. 68). Os preconizadores desta linha de pensamento viam nos postulados de Clausewitz a responsabilidade pelo flagelo que a Grande Guerra tinha causado à Humanidade.

Na II Guerra Mundial, do lado dos aliados, mas principalmente do lado da Alemanha Nazi, verificou-se um controlo político total sobre os desígnios estratégicos, indo-se de encontro ao pensamento de Clausewitz (Howard, CLAUSEWITZ - A Very Short Introduction, 2002). Para além disso, os Nazis viam em Clausewitz toda a história e tradição Prussiana à qual reclamavam uma forte ligação (Baldwin, 1981). Hitler foi diretamente influenciado pelo nosso biografado, tendo sido o “grande Clausewitz” o único nome a ser citado no seu testamento político como justificação por aquilo que tinha feito (Keegan, 1993, p. 486). Do ponto de vista dos Aliados, as ideias de Clausewitz passaram, aparentemente, mais despercebidas.

Com o advento da Era Nuclear, a ideia de Guerra Total de Clausewitz atinge a sua expressão definitiva (Howard, CLAUSEWITZ - A Very Short

²⁰ Basil Liddell Hart nasceu em Paris a 31 de outubro de 1895 e morreu em Marlow, Buckinghamshire, no Reino Unido, a 29 de janeiro de 1970. Foi capitão do Exército Britânico, tendo combatido na I Guerra Mundial. Abandonou as fileiras por invalidez em 1927. É autor de uma vasta obra literária no âmbito da estratégia e da história militar.

Introduction, 2002). A derrota americana no Vietname confirmou a ideia geral defendida por Clausewitz de que se não houver um forte motivo que determine a guerra, é bastante difícil fazer coincidir a vontade guerreira com as diretivas políticas. Foi o que, de certo modo, aconteceu no Vietname e que conduziu à derrota norte americana (Bassford C., 2013).

Na Guerra do Golfo de 1991, ao contrário do que se passou na Guerra do Vietname, os Estados Unidos tinham objetivos claros e bem definidos e atuaram integrados numa coligação internacional que se propunha a cumprir, usando a força, uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta intervenção, tinha por base doutrina vertida em manuais como por exemplo o FM- 100-5 *Operations*, que como já vimos, incorporou bastante bem as ideias de Clausewitz (Bassford C. , 2013).

Nos pós 11 de setembro de 2001, na designada Guerra ao Terrorismo, as teorias de Clausewitz nem sempre parecem encontrar correspondência, porque agora o conflito é travado entre entidades diferentes de estados propriamente ditos.

Para a corrente de pensadores que defendem as ideias de Clausewitz, as suas reflexões e interpretações são intemporais, uma vez que se baseiam em análise política, social, emocional e moral da guerra. Para além disso, o pensamento central de toda a sua obra é de que antes do início de qualquer conflito, a liderança política, a liderança militar e os estrategistas tem que saber bem que tipo de guerra vão desencadear e até onde estão dispostos a chegar (Holden, 1991).

Por outro lado, alguns críticos, vêem Clausewitz como alguém ávido de sangue, desorientado e obsoleto, contando-se entre estes Liddell Hart e John Keegan²¹. O primeiro, inclusive, culpou diretamente Clausewitz por ter estabelecido as bases teóricas, nomeadamente com a ideia da “Guerra Total”, que levaram à destruição entre exércitos na Frente Ocidental durante a I Guerra Mundial. (Howard, CLAUSEWITZ - A Very Short Introduction, 2002). John Keegan entende que a Guerra já não é feita apenas entre estados e afirma que “as ambições intelectuais de Clausewitz raiavam a megalomania (...) Clausewitz reivindicava ter penetrado na realidade mais profunda e fundamental dos fenómenos que se propunha analisar” (Keegan, 1993, p. 462), não demonstrando humildade suficiente para ser visto apenas como alguém que tenta dar uma solução para um determinado problema, mas sublinhando que quem não seguisse os seus pontos de vista seria derrotado.

²¹ Sir John Keegan nasceu a 15 de maio de 1934 em Londres e morreu a 2 de agosto de 2012 em Kilmington, Wiltshire no Reino Unido. Foi um historiador que se debruçou de forma excecional sobre a história social da Guerra tendo publicado mais de 20 obras (Britannica E., 2015).

6. Questões e problemas do presente que podem ser colocadas à obra

Atualmente tem-se verificado que existem várias situações para as quais as teorias *clauswitzianas* não têm validade. Foi já bem referida a abordagem à guerra como um fenómeno entre estados quando, nos dias de hoje, o que prevalece são conflitos de outra natureza.

Emile Simpson²² na obra *War from the ground up*, faz uma análise interrogando-se em que medida as ideias de Clausewitz podem ou não ser aplicadas aos conflitos atuais, colocando assim perguntas que poderão ou não ter resposta. Para Clausewitz a Guerra é polarizada entre atacante, polo positivo e defensor polo negativo em que o resultado é sempre uma vitória ou uma derrota. Para além disso o resultado de uma guerra liga o resultado militar ao resultado político. Ora, por exemplo, na guerra da Bósnia da década de 1990, como os decisores políticos não identificaram, por razões morais, nenhuma facção jugoslava com que pudessem estabelecer uma polaridade, as forças internacionais no terreno não obtiveram qualquer resultado (Simpson, 2013, pp. 54-57). Assim, a pergunta aqui seria: como identificar a polaridade clauswitziana nos conflitos atuais? (Simpson, 2013, p. 62).

Outra pergunta atual que pode ser colocada a Clausewitz é: quem interpreta os resultados de uma guerra, ou seja, quem são as audiências estratégicas nos dias de hoje? Assim, atualmente, em termos estratégicos, um contendor perde quando a audiência estratégica valida a sua derrota, deixando de ser a relação clássica entre estados a determinar o desfecho final. Um exemplo desta situação é a Guerra do Vietname. Aqui, a entidade estado, enquanto poder governante dos Estados Unidos da América, tinha a perceção de que a guerra estava a ser vencida, enquanto a audiência estratégica, ou seja a população norte-americana entendia que não. Aqui a pergunta a colocar a “Da Guerra” é simples: o que é vencer ou perder uma guerra? (Simpson, 2013, pp. 63-66).

Bibliografia

- Baldwin, P. M., 1981. Clausewitz in Nazi Germany. *Journal of Contemporary History*.
- Baron, H., 1966. *Crisis of the Early Italian Renaissance* (8ª ed.). Chinchester: Princeton University Press.

²² Emile Simpson serviu no Exército Britânico onde 2006 a 2012 como Oficial de Infantaria no Royal Gurkha Rifles, tendo cumprido três missões no sul do Afeganistão. Antes de ser Oficial, estudou história na Universidade de Oxford.

- Bassford, C., 2013. *CLAUSEWITZ AND HIS WORKS*. New York: Army War College.
- Bassford, D. C., 1998. *The Clausewitz home page*. Consultado em jun 08, 2015, <http://www.clausewitz.com>
- Britannica, E., 2015. *Encyclopædia Britannica*. Consultado em junho 17, 2015, <http://www.britannica.com/biography/Basil-Henry-Liddell-Hart>
- Britannica, E. (s.d.). *Encyclopedia Britannica*. Consultado em 06 09, 2015, <http://www.britannica.com/>
- Brown, A. S. (s.d.). *Brown University Library*. Consultado em junho 08, 2015, <http://library.brown.edu/cds/napoleon/fredwill.html>
- Clausewitz, C. v., 2003. *Princípios da Guerra* (1ª ed., Vol. 1). (M. Robalo, Ed., & J. Bóia, Trans.) Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda.
- Clausewitz, C. v., 2005. *Teoria do Combate* (1ª ed.). (M. Robalo, Ed., & J. Bóia, Trans.) Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda.
- Clausewitz, C. V., 2005. *Teoria do Combate* (1ª ed.). (J. Bóia, Trans.) Lisboa: EDIÇÕES SÍLABO, LDA.
- Clausewitz, C. V. (s.d.). *Da Guerra* (40 830/3237 ed.). (F. L. Castro, Ed., & I. Busse, Trans.) Publicações Europa-América, Lda.
- Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Frederico, o Grande e o Enigma da Prússia, 2013. [Filme]: CNN. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EW9IYdDokxs>.
- Graham, J. J. (n.d.). Breve Biografia do General Clausewitz. In *Da Guerra* (p. 2). Europa-América.
- História, C. (n.d.). *Battle of Waterloo*. Consultado em jun 09, 2015, <http://www.history.com/topics/british-history/battle-of-waterloo>
- Howard, M., 2002. *CLAUSEWITZ - A Very Short Introduction*. Oxford New York: Oxford University Press.
- Howard, M., 2002. *Clausewitz: A Very Short Introduction*. Oxford, Nova Iorque, Estados Unidos da América: University Press.
- InfoEscola. (s.d.). *InfoEscola*. Consultado em jun 11, 2015, www.infoescola.com/formas-de-governo/monarquia-constitucional
- Júnior, W. V. (n.d.). www.nethistoria.com.br. Consultado em junho 12, 2015, http://www.nethistoria.com.br/secao/ensaios/466/guerra_e_violencia_em_clausewitz/capitulo/3/
- Keegan, J., 1993. *Uma História da Guerra* (2009 ed.). Lisboa: Tinta da China.

- Lieutenant Colonel Antulio J. Echevarria II, U. A., 2003, Número de Inverno. CLAUSEWITZ'S CENTER OF GRAVITY. *Naval War College Review*.
- Major Herbert T. Holden, U., 1991. The Continuing Relevance Of Clausewitz: Illustrated Yesterday And Today With Application To The 1991 Persian Gulf War.
- Mendes, R., 2010, jul 2. *O SISTEMA MULTIPOLAR EUROPEU DO SÉCULO XIX*. Consultado em jun 10, 2015, <https://fichasmarra.wordpress.com/2010/07/02/o-sistema-multipolar-europeu-do-se%CC%81culo-xix/>
- Moreira, A., 2009. *Os Grandes Mestres da Estratégia. Estudos sobre o poder da guerra e da paz*. Coimbra: EDIÇÕES ALMEDINA, SA.
- Napoleon PBS Documentary* (s.d.). [Motion Picture].
- Sampson, J., 2012. *Why the Rejection of Clausewitz, Moltke The Elder and Bismark led to Germany's Disaster and Defeat in World War I*.
- Sánchez, A. D., 2004. Consultado em junho 13, 2015, <http://deim.urv.cat/~blas.herrera/reimilitarisesp.pdf>
- Schuurman, B., 2010. Clausewitz and the "New Wars" Scholars. *Parameters*.
- Simpson, E., 2013. *War from the ground up* (2 ed.). Londres: Hurst&Company.
- Smith, R., 2008. *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Stoker, D., 2014. *Authors at Google*. Consultado em jun 08, 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=g8K312sz9to>
- Verbo, 1982. *Enciclopédia Fundamental Verbo* (Vol. 1º). Lisboa / São Paulo: Verbo.
- Waldman, T., 2009. *War, Clausewitz and the Trinity*. Tese de Doutoramento, Universidade de Warwick, Londres, Reino Unido.
- World History at KMLA, 2001. *History of Prussia*. Consultado em julho 06, 2015, <http://www.zum.de/whkmla/histatlas/germany/haxprussia.htm>

Anexos

Tabela nº 1 – Dados biográficos de Clausewitz (adaptação)

Data	Unidade de Colocação	Posto	Função
1792	Guarnição de <i>Potsdam</i> de um Regimento de Infantaria.	Soldado	Porta Bandeira.
1793			
1795	Guarnição de <i>Neu-Ruppin</i> .	Segundo-Tenente	n.d.
1801-1803	Academia Militar de Berlim.		Aluno.
1804	n.d.	Tenente	Ajudante de Campo.
1805	n.d.	Capitão	
1806	Batalhão de Granadeiros.		
1808	Corte e Governo (cidade de <i>Königsberg</i>).	Capitão	Ajudante de Campo e Assistente Pessoal do Presidente da Comissão de reorganização Militar.
1809	Estado-Maior General; Ministério da Guerra.		Adjunto de Scharnhorst.
1810	Escola Geral de Guerra.	Major	Professor de estratégia e de guerrilha; Precetor militar do príncipe herdeiro.
1811	Comissão de Combate de Infantaria e Cavalaria.		Consultor e produtor de doutrina.
1812	Comando do Exército Russo; Primeiro Corpo de Cavalaria; Retaguarda do Exército Russo; Exército da Lituânia.	Tenente-Coronel	Ajudante de Campo do General Von Phull; Primeiro oficial do Estado-Maior do General Peter Pahlen; Oficial de Estado-Maior do Conde Uvarov; Estado-Maior do General Kutuzov; Chefe do Estado-Maior do General Diebitsch.
1813		Coronel	Autor de projetos; Oficial de Ligação com o Exército Prussiano; Chefe do Estado-Maior do Comandante da Legião.
1814	Reintegrado no Exército Prussiano.	Coronel de Infantaria	Chefe do Estado-Maior.
1815	Terceiro Corpo Prussiano.		

Data	Unidade de Colocação	Posto	Função
1818	Escola Geral de Guerra (até 1830); Guarnição de <i>Aachen</i> (breves meses).	General	Diretor; Comandante.
1830	Comissão de Supervisão dos Assuntos Militares e Científicos; Inspeção Geral de Artilharia; Exército do Leste de <i>Gneisenau</i> .		Avaliador; Inspetor; Chefe do Estado-Maior.
1831	Exército do Leste.		Observador.

Fonte: Dados compilados pelos elementos do Grupo de Trabalho de (Clausewitz C. V., Vom Kriege, s.d.) e (Clausewitz C. v., Princípios da Guerra, 2003).

Tabela nº 2 – Elementos identificados das guerras/campanhas em que Clausewitz participou.

Guerra/Campanha	Data	Aspetos identificados
Primeira coligação	1792-1797	1ª Guerra de Clausewitz; Campanha violenta; Na área das Montanhas Vosges; Definida por muitas pequenas ações; Rigor da campanha quase que levou Clausewitz à morte; Visão física e mental limitada.
Quarta coligação	1806	Invasão napoleónica; Situação criada pela pobre diplomacia prussiana e a vitória de Napoleão em 1805; Batalha de Jena e Auerstedt; Príncipe Augusto como Comandante do Regimento de Infantaria de Granadeiros; Utilizada parte da Reserva das Forças.
Invasão da Rússia	1812	Uma das mais famosas campanhas da História; Grande número de oficiais que desertaram ou abandonaram o exército prussiano; Encurtamento do eixo entre a Lituânia e Drissa; Combates na retaguarda; Campanha brutal; Clausewitz permanentemente assustado (Carta a Marie, 1812).
Guerra da sexta coligação	1813-1814	Campanha dividida em duas fases; Clausewitz não foi readmitido no exército prussiano; Lutas em Lutzen onde foi ferido; Depois do Armistício foi prolongada uma ofensiva aliada; Plano <i>Trachenberg</i> .
Waterloo	1815	Regresso de Napoleão; Ofensiva de Napoleão contra Blücher e Wellington; Batalha de Ligny (16 de junho de 1815) – (retração de <i>Awful</i>); Batalha de Wavre (dois dias defensivos contra as forças de Grouchy; mantiveram Napoleão sem receber reforços das suas forças francesas).

Fonte: Dados compilados pelos elementos do Grupo de Trabalho (Stoker, 2014).

COMPÊNDIO DA ARTE DA GUERRA – ANTOINE HENRI JOMINI

Major de Engenharia Fernando Malta
Major de Infantaria Pedro Costa
Major de Engenharia Sérgio Trindade

Introdução

O Trabalho de Aplicação de Grupo que nos propomos desenvolver, no quadro da disciplina de História Militar, tem como objetivo, no âmbito do tema geral “A Guerra Pensada no Ocidente”, efetuar uma análise da obra “Compêndio da Arte da Guerra”, do autor Antoine-Henri Jomini, pertencente à Idade Contemporânea.

No modelo de análise seguido, começaremos por efetuar uma contextualização do espaço em causa e da época, seguindo-se uma contextualização do autor, que nos permitirão melhor compreender o surgimento e enquadramento da obra. Iremos procurar identificar os principais propósitos da obra à época, através das motivações e objetivos do autor. Para melhor compreender a análise efetuada será efetuado um resumo do conteúdo da obra. Determinar o impacto prático da obra ao longo da História, foi o desafio que se seguiu, no quadro das múltiplas influências e dos múltiplos tratados que têm moldado a forma de pensar a Guerra no Ocidente. Por fim identificámos questões e problemas do presente que podem ser colocados à obra, avaliando até que ponto se mantém atualizada, resistindo à passagem de dois séculos, muito marcados pelo desenvolvimento tecnológico.

Contamos portanto, com a elaboração do presente trabalho, avaliar como o grande legado escrito de Jomini, marcou à época e influenciou até aos nossos dias “A Guerra pensada no Ocidente”, avaliando por fim até que ponto uma obra com dois séculos, continua a dar respostas a problemas e inquietações do presente.

A obra utilizada na nossa análise é uma tradução da edição original, efetuada por David Martelo e editada pelas Edições Sílabo em 2009. Consta desta obra um estudo introdutório efetuado pelo tradutor, que facilita o enquadramento e a compreensão da mesma, no entanto o foco da nossa análise é o conteúdo da obra original, apesar de traduzida.

1. Contextualização do espaço em causa e da época

A contextualização necessária ao entendimento da vida e obra de Antoine-Henri Jomini é indissociável da Revolução Francesa e das suas consequências, tendo sido tão marcante devido à radicalização política que a caracterizou que tem vindo a ser considerada como marco inicial da Idade Contemporânea.

A Revolução de 1789 trouxe alterações muito significativas, em particular em relação à ordenação social, com a ascensão da burguesia como classe dominante, assim como a criação de novas instituições e novas formas de organizar a vida económica e política. Das três classes sociais anteriores à Revolução, a Igreja e a nobreza detinham a maioria dos privilégios relacionados com o controlo da propriedade, recebiam taxas e tinham o poder de tomar decisões sobre as mudanças sociais e económicas. Por seu turno, enquanto os estratos mais baixos da sociedade se viam obrigados a pagar impostos que podiam ascender a mais que 70% do seu salário, recebendo, em contrapartida, poucos benefícios.

Com a Revolução Francesa, o sistema fiscal do Antigo Regime foi eliminado, proporcionado um alívio financeiro e social ao povo, assim como a possibilidade de algum poder nas decisões económicas do país. Da mesma forma a Igreja, que até à Revolução detinha poderes quase ilimitados sobre determinadas áreas da sociedade, sofreu alterações significativas, perdendo poder sobre assuntos financeiros e transformando-se numa instituição que passava a ter obrigações e limitações.

A Constituição de 1791, direta ou indiretamente catalisou muitas outras mudanças significativas, como a educação gratuita para todas as classes sociais ou géneros, a importância da educação artística, o serviço militar generalizado, a participação popular pelo voto ou a ideia de capitalismo, que foram estímulos para o crescimento pessoal e financeiro, e colocaram a França na vanguarda modernista na Europa.

Napoleão Bonaparte, jovem general que ascendera rapidamente no tempo das Guerras da Revolução, tornou-se figura incontornável, mercê dos sucessos das suas expedições. Em 1799, esteve no epicentro do Golpe de 18 de Brumário, que derrubou o governo do Diretório e instituiu o Consulado. Aqui iniciou a primeira fase do seu governo, de características republicanas com o poder centralizado e dominado pelos militares. Coroado Imperador em 1804, após aprovação em plebiscito do poder monárquico, continuou o ritmo expansionista da Revolução, submetendo, uma após outra, as Coligações que as monarquias europeias foram estabelecendo contra a França. Só

após a inviabilização de uma invasão das ilhas britânicas (1805)¹ e do fracasso do Bloqueio Continental, muito por via da Guerra Peninsular (1810-1814) e do insucesso da campanha da Rússia (1812), houve condições para forçar Napoleão à abdicação. Na última fase, conhecida por Governo dos cem dias, Napoleão regressa e gera a ira dos republicanos, ao promover uma constituição baseada no liberalismo, que juntamente com a derrota na Batalha de Waterloo², determinaram o fim da era napoleónica.

O Império Napoleónico foi produzido pela própria Revolução Francesa que, abalada pelos extremismos, recorreu à centralização do poder em Napoleão, que encarnou os ideais nacionais representados pelos interesses da burguesia, demonstrado na sua restauração económica, administrativa e religiosa, sendo que a Constituição de 1799 dava a Napoleão poderes quase ilimitados, sob a aparência de um regime republicano. A crise do Império deveu-se à conjugação da política de opressão económica interna³ com as dispendiosas guerras, que foram trazendo a Napoleão a oposição geral da nação. Pode também comparar-se a duração do Império de acordo com os êxitos militares e o constatar-se o seu fim com os insucessos militares.

A Confederação Helvética, atual Suíça, terra natal do Jomini, viveu a sua revolução em 1798, quase uma década após a tomada da Bastilha⁴, em França. Aqui não ocorreu pelos mesmos motivos que a Revolução Francesa, mas essencialmente devido à corrupção das casas aristocráticas. No entanto, os acontecimentos em França não deixaram de ser inspiradores, ao demonstrarem que era possível uma revolução. Na criação da República Helvética, que se seguiu, teve papel fundamental a Revolução de Vaud, região onde nasceu *Jomini*. Esta região acolheu Napoleão em festa quando este, a caminho da Alemanha, atravessou Genebra, tendo os vaudeses tomado a cidade de Berna em apoio do exército de Napoleão. Estes acontecimentos marcaram

¹ A batalha naval de Trafalgar ocorreu a 21 de outubro de 1805, ao largo do cabo com o mesmo nome (a Ocidente de Algeciras). Tratou-se de um combate decisivo, em que uma boa parte da esquadra francesa foi neutralizada. Napoleão já tinha abandonado o plano de invasão da Inglaterra e optado pelo Bloqueio Continental, mas as perdas francesas foram de tal monta que, a partir desta data os franceses deixaram de ter possibilidade de controlar o mar e o leque de opções de Napoleão ficou mais reduzido, assentando essencialmente na atuação continental e por linhas interiores.

² Ocorreu em 18 de junho de 1815. Tratou-se de derrota definitiva de Napoleão.

³ Que, paradoxalmente, acabou por originar a oposição da mesma classe responsável pela sua ascensão ao poder.

⁴ A Bastilha era uma fortaleza medieval utilizada como prisão e a sua queda em 14 de julho de 1789 é um símbolo da Revolução Francesa. Ainda hoje em França essa data é comemorada como "*Fête de la Fédération*" sendo feriado nacional.

o contexto local à época de *Jomini* e enquadram, de certa forma, a sua admiração por Napoleão, como veremos a seguir.

2. Contextualização do autor

Antoine-Henri Jomini nasceu em Payerne, no cantão suíço de Vaud, de língua francesa, a 6 de março de 1779. Trabalhador no setor da banca, sem tradição familiar ou contacto com a atividade militar, desde jovem apresentou gosto pelos combates durante as brincadeiras de escola. Manteve, ao longo da sua juventude, o gosto pela leitura de temas militares, destacando-se as obras póstumas de Frederico II da Prússia⁵. Interessado pela Revolução Francesa e influenciado pelas vitórias de Napoleão, sentimento que comungava com muitos habitantes de França, teve condições excepcionais para desenvolver esta vivência, já que viajou de Vaud para Paris, onde começou a trabalhar aos 17 anos.

Dois anos mais tarde regressa à Suíça, onde, pela primeira vez, é criado um exército helvético, em oposição às anteriores milícias. Jomini, com apenas 19 anos de idade, prestou serviço nesta força desde a sua criação, tendo essa circunstância permitido o “*reconhecimento da sua invulgar competência*” (Martelo, Estudo Introdutório, 2009, p. 15) sendo promovido a comandante de batalhão um ano e meio depois, acabando por se demitir após um ano por insatisfação e ambição. De novo em França, o seu comportamento temperamental juntamente com o facto de ser estrangeiro influenciou negativamente a sua aceitação nos meios militares.

Dedicando-se em exclusivo ao estudo da guerra, escreve e apresenta o seu “*Traité de grande tactique*” ao marechal Ney⁶, que entusiasmado promove a sua publicação e convida Jomini para seu ajudante-de-campo no 6º Corpo de Exército, no campo de Boulogne e posteriormente na batalha de Ulm⁷. O conhecimento de Napoleão do seu *Traité* origina um encontro pessoal, ficando Jomini “*adido ao estado-maior do imperador*” (Martelo, Estudo Introdutório, 2009, p. 16). O seu prestígio aumenta devido às suas soluções e previsões presenciais nas principais batalhas, assim como as espelhadas nos escritos que continuou a redigir. Regressa ao 6º Corpo de Exército para as funções de chefe

⁵ A Revolução Francesa e o ambiente de guerra quase permanente entre 1789 e 1815 (especialmente a partir de 1793), originaram uma vasta quantidade de obras escritas sobre temas militares.

⁶ *Ney* foi apoiante da decisão de Napoleão se declarar imperador e em 1804 foi um dos 18 recém-nomeados marechais da França.

⁷ Considerado um exemplo de estratégia militar, com a derrota das forças austríacas pelo exército de Napoleão em 1805. Curiosamente decorreu quase em simultâneo com a batalha de Trafalgar, entre 16 e 19 de outubro.

de estado-maior com apenas 28 anos, tendo os desentendimentos com o marechal Ney e posteriormente com o marechal Berthier originado a sua demissão, recusada por Napoleão que o promove a general de brigada.

Reconciliado com Ney e regressado às anteriores funções demonstra uma vez mais perspicácia na batalha de Bautzen⁸, tendo originado uma proposta de promoção pelos seus feitos, e ao mesmo tempo uma ordem de prisão do seu hostil Berthier. Este acontecimento originou uma alteração significativa na relação do general e barão do Império com o exército francês, tendo aceite do czar Alexandre I, um convite antigo para seu conselheiro militar. Até ao final da guerra Jomini, agora general ao serviço do exército russo que integra o estado-maior aliado, participa nas batalhas de Dresden⁹ e de Leipzig¹⁰. Apesar de acusado de traição pelos franceses, o próprio Napoleão manteve uma posição moderada em relação à troca de posições do suíço.

A sua carreira de mérito pessoal continuou após a guerra, participando nos Congressos de Viena e de Verona¹¹ como conselheiro do czar, tendo sido também responsável pela educação militar dos grão-duques Nicolau e Miguel. A sua carreira militar continuou tendo tido um papel de relevo na campanha contra a Turquia que originou a conquista de Varna¹². Manteve a escrita e a publicação de uma vasta obra, iniciando o projeto de reunir numa só publicação todas as ideias sobre a arte da guerra, que terminaram no *Compêndio da Arte da Guerra*, apresentado a Nicolau I, que após vários melhoramentos desde 1837, surge em 1855 a sua versão final, referência para este trabalho.

Regressado à Rússia, já com 72 anos, teve o seu último contacto com um conflito real na Guerra da Crimeia¹³, onde os seus conselhos já eram pouco ouvidos. Faleceu com 90 anos em Passy, próximo de Paris, onde passou os últimos anos de vida. Hoje é considerado uma referência no moderno pensamento militar, juntamente com Napoleão (1769-1821) e Clausewitz (1780-1831), sendo reconhecido mundialmente e estudado nos estabelecimentos de ensino em diversas áreas a nível global.

⁸ Vitória do exército de Napoleão contra tropas russas e prussianas em 1813.

⁹ Última grande vitória de Napoleão na Alemanha, que apesar da elevada inferioridade numérica derrotou forças austríacas, russas e prussianas em 1813.

¹⁰ Cidade alemã onde o exército de Napoleão foi derrotado por forças da Rússia, Prússia, Áustria e Suécia em 1813.

¹¹ O Congresso de Viena realizou-se em 1815 com a finalidade de redesenhar o mapa político da Europa após da derrota francesa, tendo-se seguido outras várias reuniões internacionais, entre as quais a de Verona em 1822.

¹² Terceira maior cidade da Bulgária, conquistada pelo exército russo, no quadro da Guerra Russo Turca de 1828-1829.

¹³ Conflito que opôs a Rússia contra a aliança Anglo-Franco-Sarda e o Império Turco-Otomano entre 1853 e 1856.

Devem ser consideradas as influências que a sua época lhe proporcionou assim como a sua personalidade e carreira militar, que apesar de não retirar valor à obra, têm consequência na sua escrita. É notória a admiração por Napoleão Bonaparte assim como “*o sentimento antibritânico*” (Martelo, Estudo Introdutório, 2009, p. 19). Da mesma forma, critica os generais do seu exército em oposição pela autoadmiração, apesar de reconhecer marcas de desilusões nas batalhas que procura utilizar como forma de ensinamento. Pretende transmitir de forma metódica, pois a finalidade da obra é proporcionar a utilização simples de máximas por comandantes, para aumentar a possibilidade de vitória.

A escrita académica da obra está relacionada com a necessidade, à época, de formar chefes militares, tendo tido uma elevada aceitação e utilização nas academias militares. Vivía-se numa época de transformação dos exércitos, com a criação de exércitos enquadrados por militares de carreira profissional oriundos da burguesia com ensino específico, em substituição dos reduzidos exércitos com chefias maioritariamente provenientes da nobreza. Passou a ser reconhecida a ciência da guerra e surgiu a necessidade de doutrina para a qual Jomini procurou contribuir com os seus princípios.

3. Propósitos da obra à época

Importa, desde já, referir que as nossas deduções, no que se refere ao propósito da obra à época, não estão dissociadas do facto de muito do argumento que integra este compêndio ter sido editado a espaços em anos anteriores, desde logo com propósitos gerais e específicos, influenciando grandemente a esfera militar em que o autor se inseria, contribuindo também e de forma decisiva, para aquele que viria a ser o seu percurso de vida, em especial dedicado à causa militar.

O autor, consciente da crítica, numa época de numerosos autores e obras sobre a atividade militar, enriquecida pelo grande número de batalhas contemporâneas e aproveitando a sua experiência pessoal, efetua uma revisão e atualização dos seus trabalhos, alguns redigidos quando era ainda muito jovem, permitindo “*reforçar as suas ideias e contra-argumentar com propriedade*” (Martelo, Estudo Introdutório, 2009, p. 19), enriquecendo ainda mais a obra.

Quanto ao propósito da elaboração da obra é consensual que esta pretendia ensinar, expondo recomendações. Com uma estrutura e linguagem didáticas, a sua argumentação inclui a história e a geografia, associadas a um estilo entusiasmante.

Fruto da sua aparição autodidata na esfera militar, e na sequência dos seus apurados estudos, o autor sentiu necessidade de começar a definir

conceitos de terminologia militar, desde a estratégia à tática, quer para auxiliar o seu raciocínio, quer para melhor compreensão e aprendizagem dos conteúdos dos seus escritos por parte dos leitores.

Observando as lacunas organizacionais dos exércitos à época, o autor desenvolveu orientações para organização e normalização dos mesmos, com efeitos a muito curto prazo, na reorganização dos exércitos helvético, francês e russo.

Numa época rica em quantidade de batalhas, não foi difícil para o autor identificar que as ações militares, dependiam em grande medida da arte para decidir dos comandantes aos vários níveis, o que nem sempre era a solução mais eficaz, nomeadamente ao nível do comando e controlo, levando-o a desenvolver e estimular a criação de procedimentos padronizados para cada ação militar em que tal fato era possível.

Ao longo da obra caracteriza bem as superiores qualidades que devem possuir os comandantes de topo da estrutura militar e o papel dessas qualidades na arte de comandar forças de elevados escalões, reforçando que para que os comandantes possam estar disponíveis para esse propósito, devem ser assessorados por um estado-maior competente, que através de métodos científicos que o autor padroniza (dos quais são exemplo o estudo do terreno e do inimigo) permitem reduzir as incertezas no processo de tomada de decisão, bem como evitar surpresas na conduta das operações.

Na sequência do referido nos parágrafos anteriores, podemos inferir, que era propósito da obra à época, na sequência dos ensinamentos transmitidos, influenciar o processo de planeamento e a conduta das operações militares.

Por último destacamos, o propósito da constituição de registo documental das mais variadas envolventes da realidade militar, objetivo muito influenciado pelo quase vazio de referências com que o autor se deparou, aquando dos seus estudos acerca da temática militar.

4. Conteúdo da obra

A obra traduzida que serviu de base à nossa análise é composta por um estudo introdutório do tradutor e pela tradução da obra original composta, totalizando o conjunto 526 páginas. Focaremos o nosso resumo nos sete capítulos que são o corpo principal da obra, enquadrantes dos 47 artigos desenvolvidos por Jomini.

No Capítulo I – “Da Política e da Guerra”, Jomini designa “Política de Guerra”, como conceito que permite destacar aspetos relacionados com a gestão da guerra ao nível da decisão política, incorporando os interesses de estado. Define “homem de Estado”, como o responsável pelos destinos de uma nação, a quem cabe julgar a necessidade e a pertinência de uma guerra

e, em caso de necessidade, determinar as operações militares que permitam alcançar os objetivos fixados em nome do superior interesse nacional.

Definidas as razões para a ocorrência de uma guerra, resta desenhar as operações militares que permitam alcançar os objetivos. Neste quadro Jomini estabelece as seguintes tipologias de guerras: Ofensivas, Defensivas, de Intervenção, de Invasão, de Conveniência, de Opinião, Nacionais, Civis ou de Religião e Duplas.

No Capítulo II – “Da Política Militar ou da Filosofia da Guerra”, o autor qualifica a “Filosofia de Guerra” como a predisposição para identificar qualquer aspeto, que possa influenciar de forma decisiva as operações militares. Considera como decisiva vantagem, a capacidade de no mais curto espaço de tempo possível, um comandante se munir dos instrumentos necessários à adequada tomada de decisão, resultantes do estudo e planeamento do estado-maior, no mínimo acerca do terreno, em particular na identificação de obstáculos naturais e artificiais, e do inimigo, incluindo as suas capacidades, motivações e formas de atuar.

Dos altos comandos, advoga que devem ser dotados de superior coragem moral e física, compensando a eventual falta de conhecimentos sobre determinados assuntos, com um estado-maior eficaz e eficiente.

Em relação às instituições militares, Jomini procura definir um conjunto de normas, que facilitem a passagem rápida e organizada, de uma situação de paz para a guerra.

O autor considera o “Moral dos Exércitos”, um elemento fulcral da consistência e do poder militar, estabelecendo normas internas e externas, na relação com as autoridades civis, para que tal desiderato seja alcançado.

No Capítulo III – “Da Estratégia”, Jomini faz uma reflexão deontológica sobre a forma de conduzir a guerra, que organiza diferenciando as operações por tipologias, caracterizando com elevado detalhe as ofensivas e as defensivas, enunciando as vantagens das primeiras e enquadrando as necessidades, para se efetuarem as segundas, que segundo advoga e sempre que possível, devem ser temporárias, até estarem criadas condições para se passar à ofensiva, procurando assim um desfecho mais rápido e decisivo na batalha.

Na busca incessante de simplificar os seus princípios e deduções para mais fácil compreensão e aprendizagem, o autor procura utilizar a ciência, em particular a geometria, bem patente na forma como caracteriza as formas de manobra, por linhas de operações: interiores, exteriores, concêntricas e divergentes. Jomini destaca a importância da determinação da linha de operações, mais apropriada para se exercer o esforço no ponto decisivo, sendo a mais direta ao centro nevrálgico do dispositivo inimigo.

“Outro dos conceitos inovadores desenvolvidos por Jomini foi o conceito de Reserva e a necessidade de ser constituída em diferentes níveis de decisão (escalões)” (Bernardino, 2012), diferenciando dois tipos: aquelas que estão imediatamente ao dispor do comandante, ao nível tático e, as destinadas a recompletar o Exército, funcionando como reservas estratégicas.

No Capítulo IV – “Da Grande Tática e das Batalhas”, o autor argumenta que através da “Tática Sublime” combinam-se e dirigem-se as batalhas, e pela estratégia conduzem-se os Exércitos aos pontos decisivos onde se verificará o sucesso das mesmas e a conseqüente vitória na campanha militar. Reconhecendo que a vitória nas batalhas não é sinónimo de vitória na guerra, o autor afirma que se torna difícil ganhar estrategicamente a guerra sem ganhar taticamente as batalhas.

Jomini define como fatores críticos no sucesso duma batalha, os seguintes: a ordem de batalha adotada, a escolha de meios de execução, a competência profissional dos Oficiais (comandantes e de estado-maior), a legitimidade (causas morais) da guerra, o moral das tropas, a proporção das diferentes Armas (e meios afetos), bem como o fator surpresa.

No Capítulo V – “Das diferentes operações mistas que são, simultaneamente, do âmbito da estratégia e da tática”, o autor foca-se em operações de carácter complexo, enquadrando e caracterizando as diversões e os grandes destacamentos, as passagens de cursos de água, as retiradas e perseguições, os acantonamentos em marcha ou em quartéis de inverno terminando no artigo 40º por caracterizar os desembarques.

No Capítulo VI – “Sobre a Logística ou a arte prática de mover os Exércitos”, o autor afirma que a logística é uma função a desenvolver prioritariamente pelos estados-maiores, constituindo uma arte prática de movimentar os exércitos, dos pormenores materiais das marchas, formações e estabelecimento dos acampamentos e acantonamentos. A manobra logística passa a constituir-se como fator crítico do sucesso da manobra tática, com reflexos diretos em toda a operação militar.

No artigo 42º, Jomini caracteriza os reconhecimentos e outros meios de conhecer os movimentos do inimigo.

No Capítulo VII – “Das formações das tropas para o combate e do emprego separado ou conjunto das três Armas”, antes de efetuar uma abordagem inovadora ao emprego combinado e integrado das Armas na batalha, tirando partido das sinergias multiplicadoras do potencial de combate, Jomini apresenta-nos algumas regras sobre como devem ser empregues a Infantaria, a Cavalaria e a Artilharia.

Descreve a Infantaria como a arma principal dos Exércitos, dado que conquista e defende o terreno, mas que no entanto e para alcançar cabalmente

os objetivos, precisa do apoio das outras armas. À Cavalaria cabe fundamentalmente preparar a vitória ou acabá-la, com a captura dos prisioneiros ou troféus de guerra, perseguir o inimigo, reforçar pontos ameaçados ou cobrir uma retirada. A Artilharia na ofensiva é crucial, permitindo desorganizar o dispositivo inimigo e proteger o avanço das tropas.

“O emprego combinado dos meios (das Armas) passaria a ser o baluarte das batalhas, pois o poder de choque proporcionado pela Infantaria, o poder de fogo proporcionado pela Artilharia e o movimento, ao alcance da Cavalaria, passavam a ser utilizados conjuntamente, pois a soma das suas sinergias era muito maior do que o resultado do somatório do seu emprego individualizado.” (Bernardino, 2012).

5. Impacto prático da obra ao longo da história

A obra do Barão Jomini teve grande impacto ao longo da história e até aos dias de hoje. Sendo inúmeros os casos práticos que se podiam reproduzir, apenas nos limitaremos a apresentar os considerados mais importantes.

Reorganização dos exércitos

Ainda em vida, a sua obra e o próprio transmitiram conceitos que elevaram a guerra ao nível da decisão política e das decisões de estado, tendo desta forma contribuído para a organização de três exércitos em três nações distintas – francesa, helvética e russa (Bernardino, 2012). Posteriormente, a sua obra atravessou o Oceano Atlântico e veio também a influenciar a forma de combater na Guerra Civil Norte-Americana.

Áreas militares

Foi autor do conceito de Comandos Militares e Áreas Militares, ao qual deu o nome de “Distritos”. Considerava que se deviam reunir várias capacidades militares numa determinada área geográfica, como efetivo de militares, armamento e, pela primeira vez, contemplava também a capacidade logística.

Logística

A inovação do conceito de Logística, como a “arte prática de movimentar os Exércitos, dos pormenores materiais das marchas, formações e estabelecimento dos acampamentos e acantonamentos sem entrincheirar” (Jomini, 2009). O desenvolvimento deste conceito e a sua atualização para os dias de hoje, fez com que fosse seguido pelas estruturas militares de vários países e foi mesmo transportado para o mundo empresarial. O conceito de Jomini abrangia os transportes, a estrutura organizacional, o reconhecimento, a inteligência para a movimentação e abastecimento das tropas e determinava que a logística

não era apenas apoio da arte da guerra, mas em si um campo distinto para sustentar e movimentar as forças armadas (Mendell e Craighill, 2015).

A reflexão sobre a divisibilidade dos recursos e a não concentração dos meios ao dispor de uma nação num determinado objetivo, exercendo-se aí o esforço de guerra (designando-se por esforço principal), pode ser ilustrado na história recente pela intervenção Portuguesa nos Teatros de Operações em África e, mais recentemente, na intervenção simultânea dos Estados Unidos da América nos conflitos do Iraque e Afeganistão (Bernardino, 2012, p. 7).

Lições identificadas

Ao incorporar os ensinamentos recolhidos do estudo da história das batalhas no planeamento das campanhas deu início ao conceito de Lições Identificadas e Lições Apreendidas, que existe em praticamente todas as Forças Armadas e organizações que operam, com as questões da segurança e da defesa no Mundo Ocidental.

As Informações no processo de planeamento

A necessidade do conhecimento aprofundado do Inimigo, a aquisição de conhecimentos sobre o cenário e o ambiente operacional envolvente, o estudo dos obstáculos (naturais e artificiais) conjugado com análise estatística dos manuais, tabelas e ábacos existentes ou por si formulados, aliam o conhecimento histórico, geográfico e estatístico que nos dias de hoje é incorporado no trabalho de Informações do estado-maior.

Limite da letalidade dos conflitos – Leis internacionais

Fez notar que “os meios de destruição se estão a aproximar da perfeição com assustadora rapidez”. Estas observações foram feitas em virtude das inovações tecnológicas e táticas que surgiam na época, levando à previsão da necessidade de limitar os meios de guerra através de “leis internacionais” (Jomini, 2009, p. 104).

A reserva

Outro dos conceitos desenvolvido por Jomini foi o conceito de “reserva”. Neste campo, preconizava a existência de uma unidade de reserva em todos os escalões e níveis de decisão, referindo-se mesmo em reserva ao nível nacional (Jomini, 2009).

A tática das três Armas

Depressa Jomini entendeu que o emprego combinado e integrado das Armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) na batalha, ajudaria os exércitos a tirar proveito das suas sinergias e multiplicar o potencial de combate.

Operações de desembarque

Talvez baseado nas observações colhidas nos preparativos feitos por Napoleão para invadir a Inglaterra, Jomini foi ainda dos primeiros pensadores militares a escrever sobre “operações de desembarque” ou operações anfíbias, que serviram de base para várias operações e continuam a servir de base para muitos estudos navais.

Cursos militares e de estado-maior

Não é por acaso que, passados quase duzentos anos, a maior parte dos exércitos contemporâneos continua a inscrever nos seus Regulamentos de Operações os tradicionais Princípios da Guerra de Jomini e as suas regras, pois podemos verificar que muita da sua obra se encontra atual (Martelo, Estudo Introdutório, 2009, p. 13).

6. Questões e problemas do presente que podem ser colocados à obra

Ao escrever o Compêndio da Arte da Guerra, Jomini parece ter perfeita noção de que escrevia algo que iria perdurar no tempo, não sendo difícil, hoje, encontrarmos respostas na sua obra a questões e problemas do presente. Questões que hoje se colocam, como a ameaça do autodenominado Estado Islâmico, podem encontrar pistas nos textos de Jomini. A definição de linhas estratégicas, linhas de operações, centros de gravidade e pontos decisivos constitui terminologia atualmente em uso no planeamento de operações, com um significado muito próximo daquele que Jomini lhes imprimiu. Com as devidas adaptações, outras dimensões como a seleção do tipo de guerra que deve ser assumido, em função do inimigo, podem continuar a ter significado. O nosso autor tinha já a perceção de um inimigo “conhecido, mas ilegítimo”, combatendo em prol da conquista.

Quanto à organização e estruturação de forças militares, Jomini, sempre preocupado com os recursos, fornece pistas interessantes para a gestão e otimização dos meios à disposição, estabelecendo prioridades. Num quadro de restrições financeiras, assumem especial interesse os artigos 13º (normas para organização) e 42º (orientações para a organização logística geral).

Quanto à identificação da possibilidade de obtenção de vitória sem a necessidade da destruição total de um adversário, Jomini apresenta-nos os conceitos de controlo das linhas de comunicação e da identificação das vulnerabilidades críticas do inimigo, que representam contributos de base indispensáveis ao planeamento de um mecanismo de derrota eficaz.

Conclusões

O trabalho realizado destacou de forma incontornável, o protagonismo da figura de Antoine-Henri Jomini, autor da obra “Compêndio da Arte da Guerra”, destacando o seu valor como homem de cultura e determinado, de carácter muito vincado e um autodidata conseguindo, sem passar pela formação militar de base, adquirir rapidamente um capital de conhecimento invejável sobre a temática da guerra que, à época, muito se confundia com a política e a administração dos estados.

Militar influente, com uma progressão rápida na carreira, fruto do seu mérito, desenvolvido na doutrina e no trabalho de estado-maior, tem apenas na ausência de comando de tropas, a sua potencial fragilidade. No entanto não deixou de marcar em vida, com o seu cunho pessoal, a transformação de três exércitos: o helvético, o francês e o russo.

O seu legado escrito, em particular representado pela obra analisada neste trabalho, composta por 47 artigos, muito objetivos, representou à época um salto organizacional bastante considerável, conferindo aos exércitos e aos estados a possibilidade de procurarem vantagem no campo de batalha, com a adoção dos seus conceitos, princípios e regras, em particular nos domínios da Estratégia, da Tática, da Arte Operacional e da Logística.

Pragmatismo, objetividade e carácter iminentemente didático marcam claramente o seu estilo de escrita, procurando, para problemas complexos, padronizar raciocínios simples, com um cunho científico e geométrico. Enaltece de forma impar o trabalho científico do estado-maior em apoio da arte de decidir do comandante, reduzindo a sua incerteza no processo de decisão e minimizando a possibilidade de surpresas desagradáveis na conduta das operações.

Como ficou patente, o impacto prático da sua obra foi colossal ao longo dos quase dois séculos que detém, desde o campo da formação militar, até à reorganização de exércitos, passando pela forma de pensar estrategicamente a guerra e conduzir taticamente o esforço das batalhas ao ponto decisivo do inimigo.

A possibilidade de podermos continuar a colocar questões do presente, que nos inquietam, à obra em estudo, procurando nela soluções adequadas, dá conta da resiliência da mesma face à evolução dos tempos, não obstante o progresso tecnológico.

Bibliografia

Bernardino, L. M., 2012. Conceitos Actuais da Estratégia Militar de Jomini. In *Revista Militar N° 2520* (1ª ed., pp. 85-115). Lisboa: Revista Militar.

- Jomini, A.-H., 2009. *Compêndio da Arte da Guerra* (1ª ed.). (M. Robalo, Ed.) Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Martelo, D., 2009. Estudo Introdutório. In M. Robalo (Ed.), *Compêndio da Arte da Guerra* (1ª ed., pp. 13-32). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- MENDELL, G., & CRAIGHILL, W., 2015. *The Art of War, by Baron Henri de Jomini*. Consultado em the Project Gutenberg EBook: www.gutenberg.net

